

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SANTOS
MESTRADO EM EDUCAÇÃO

PEDRO EMANUEL BUMBA

POLARIZAÇÃO POLÍTICA E DISSEMINAÇÃO DE
INFORMAÇÕES FALSAS NA ERA DA INTERNET: IMPACTOS NA
EDUCAÇÃO ESCOLAR

SANTOS
2026

PEDRO EMANUEL BUMBA

**POLARIZAÇÃO POLÍTICA E DISSEMINAÇÃO DE
INFORMAÇÕES FALSAS NA ERA DA INTERNET: IMPACTOS NA
EDUCAÇÃO ESCOLAR**

Relatório de Pesquisa de Mestrado ao
Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu
em Educação da Universidade Católica de
Santos como requisito parcial para
obtenção do título de Mestre em Educação

Orientador: Prof. Dr. Ricardo
Costa Galvanese.

SANTOS

2026

[Dados Internacionais de Catalogação]
Departamento de Bibliotecas da Universidade Católica de Santos
Viviane Santos da Silva - CRB 8/6746

B941p Bumba, Pedro Emanuel
Polarização Política e Disseminação de Informações
Falsas na Era da Internet: Impactos na educação escolar/
Pedro Emanuel Bumba; orientador Ricardo Costa Galvanese
- 2026.
127 f.

Dissertação (mestrado) - Universidade Católica de
Santos, Programa de Pós-Graduação stricto sensu em
Educação, 2026.
Inclui bibliografia

1. Informações falsas. 2. Polarização política.
3. Pensamento crítico. 4. Educação dialógica. 5. pedagogia
libertadora. 6. Paulo Freire. 7. Fake News. I. Galvanese,
Ricardo Costa. II. Título.

CDU: Ed. 1997 -- 37(043.3)

BANCA EXAMINADORA

1. Titulares

1.1. Orientador: Prof. Dr. Ricardo Costa Galvanese (UNISANTOS)

1.2. Examinadora: I Profa. Dra. Denise Regina da Costa Aguiar
(UNISANTOS)

1.3. Examinadora: II Profa. Dra. Silvania Maria da Silva Gil (IFSP-RGT)

2. Suplentes

2.1. Suplente I: Prof. Dr. Fabio Sampaio Mascarenhas (UNISANTOS)

2.2. Suplente I: Profa. Dra. Maria Margarete Sampaio Braga (UECE)

DEDICATÓRIA

Para Marco Antônio Cismeyro Bumba e Mary Romy Saito, meus pais.

AGRADECIMENTOS

Ao PPGE da Universidade Católica de Santos, pela formação. Minha gratidão a todos os professores e professoras com os quais tive aulas, conversas e que deixaram marcas positivas, não apenas, mas também aos professores Ricardo Costa Galvanese e Alexandre Saul pelo carinho e pelas orientações ao longo deste trabalho de dissertação.

À CAPES por garantir o acesso à educação e permitir a formação de mais um mestre.

Ao Marco Antônio Cismeiro Bumba por me guiar, demonstrar a importância da educação, e sempre incentivá-la.

A Mary Romy Saito por ser a pedra fundamental do lar em que sempre vivi, e o meu porto seguro.

A Maria Cismeiro Bumba por ser a minha segunda mãe desde o meu nascimento.

Aos membros do grupo de pesquisa “Educação e Política” pelo compartilhamento de ideias, pelos debates e serem parte de um ambiente que vive a práxis.

A todos os familiares, amigos e pessoas que, de alguma maneira, contribuíram para a minha trajetória de vida e como pesquisador.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) – Finance Code 001

RESUMO

BUMBA, Pedro Emanuel. **POLARIZAÇÃO POLÍTICA E DISSEMINAÇÃO DE INFORMAÇÕES FALSAS NA ERA DA INTERNET: IMPACTOS NA EDUCAÇÃO ESCOLAR.** 2026. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Católica de Santos, Santos, São Paulo, 2026

Esta dissertação investiga dois fenômenos que se tornaram comuns e amplamente debatidos, após a invenção e a massificação da internet: a disseminação de informações falsas e a polarização política atrelada a discursos de ódio. O tema central e objeto do trabalho é descrever os meios pelos quais ambos os fenômenos, presentes no ambiente virtual, podem interferir no cotidiano da sala de aula e no processo de ensino-aprendizagem. A partir disso, os objetivos principais são analisar como e por que esses discursos presentes nas redes sociais chegam no contexto escolar, refletir sobre o papel da educação escolar na formação de alunos numa perspectiva freiriana e identificar quais as mudanças que poderiam ser aplicadas num futuro próximo, com o fim de fortalecer o debate acadêmico sobre o tema e influenciar políticas públicas acerca dos temas abordados. Esta é uma pesquisa qualitativa em que é feita uma revisão da literatura, variando entre livros, artigos e dissertações, acerca das duas principais áreas relacionadas ao trabalho: educação e ciência política. Na educação, são utilizados diversos autores da área, tendo como base o referencial teórico de Paulo Freire que, sendo o autor o símbolo da corrente pedagógica crítico-libertadora, tem como pilares conceitos diretamente ligados com o objeto do trabalho, como: a indissociabilidade da política com a educação, a não existência de “pedagogia neutra” ou indivíduo livre de vieses, formação do pensamento crítico-reflexivo através da dialogicidade, de como tanto veículos de mídia como a escola tradicionalista podem ser usados para domesticar as massas, e que a educação libertadora é o caminho para “desopacizar” a realidade e buscar por uma sociedade mais justa e com indivíduos autônomos. Para reforçar o campo educacional, paralelamente são usadas obras atuais de ciência política, particularmente aquelas que estão diretamente conectadas com o objeto de estudo, e que contextualizam o objeto de acordo com a história recente e suas mudanças tecnológicas, sociais, políticas e econômicas. A

dissertação é justificada a partir da argumentação de que os fenômenos descritos no objeto de estudo implicam no surgimento de perigos para indivíduos e ameaças existenciais para a humanidade, como por exemplo, a negação da existência de mudanças climáticas de origem antropológica ou movimentos antivacina. Juntando essas questões com o fato de que, como a internet é uma invenção recente, os estudos de como e porque a internet e redes sociais conseguem interagir e interferir com o cotidiano escolar, também são recentes. Com a utilização do referencial teórico descrito e o uso de artigos e dissertações encontradas a partir do estudo de estado da questão, o trabalho argumenta que a pedagogia freiriana, apesar de ter surgido no século XX, é extremamente atual para falar sobre tecnologias e desafios do tempo presente. A crítica de Freire em relação ao modelo de educação bancária nunca teve tanto embasamento, a partir do momento que a internet escancara o quão defasado é um modelo educacional em que é proposto a escola como detentor das informações que serão depositadas na cabeça do aluno, enquanto a internet disponibiliza, de forma instantânea, uma quantidade de informações imensuravelmente maior do que todas as informações contidas no currículo escolar. Portanto, é sugerido que a escola precisa assumir um papel de protagonismo no combate a discursos de ódio e disseminação de informações falsas, a partir do momento que ela deixa de ter, como foco, o ensino bancário, e passa a ensinar o aluno a construir seu próprio conhecimento. A formação do aluno passa a ser sobre a formação de alunos que pensam sobre o mundo de maneira crítico-reflexiva, sabem filtrar informações falsas por possuírem letramento midiático, sabem fazer a “leitura de mundo”, e vivem de acordo com a práxis freireana.

Palavras-chave: informações falsas, polarização política, pensamento crítico, educação dialógica, pedagogia libertadora, Paulo Freire, *fake news*.

ABSTRACT

BUMBA, Pedro Emanuel. **POLITICAL POLARIZATION AND THE SPREAD OF MISINFORMATION IN THE INTERNET AGE: IMPACTS ON SCHOOL EDUCATION.**

2026. Dissertation (Master's Degree in Education) – Catholic University of Santos, Santos, São Paulo, 2026

This dissertation investigates two phenomena that have become common and widely debated after the invention and massification of the internet: the dissemination of false information and political polarization with hate speech. The central theme and object of this work is to describe the means by which both phenomena, present in the virtual environment, can mix with the daily life of the classroom and interfere in the teaching-learning process. Based on this, the main objectives are to analyze how and why these discourses present on social networks reach the school context, to reflect on the role of school education in the formation of students from a Freirean perspective, and to identify what changes could be applied in the near future in order to strengthen the academic debate on the subject and influence public policies regarding the topics addressed. This is a qualitative research study that involves a literature review, encompassing books, articles, and dissertations, on the two main areas related to this work: education and political science. In education, various authors in the field are explored, based on the theoretical framework of Paulo Freire, who, as a symbol of the liberating pedagogical movement, has as its pillars concepts directly linked to the object of this work, such as: the inseparability of politics and education, the non-existence of "neutral pedagogy" or individuals free from biases, the formation of critical-reflective thinking through dialogicity, how both media outlets and traditional schools can be used to domesticate the masses, and that liberating education is the path to "unveiling" reality and striving for a more just society with autonomous individuals. To reinforce the educational field, current political science textbooks are used in parallel, particularly those directly connected to the object of study, and the object is contextualized according to recent history and its technological, social, political, and economic changes. The dissertation is justified by the argument that the phenomena described in the

object of study imply the emergence of dangers for individuals and existential threats to humanity, such as the denial of the existence of anthropogenic climate change, or anti-vaccine movements. These issues are combined with the fact that, since the internet is a recent invention, studies on how and why the internet and social networks interact with and interfere with daily school life are also recent. Using the described theoretical framework and articles and dissertations found through a state-of-the-art study, this work argues that Freirean pedagogy, despite emerging in the 20th century, is extremely relevant today for discussing technologies and challenges of the present time. Freire's critique of the banking model of education has never been more relevant, as the internet reveals how outdated an educational model is that proposes the school as the sole holder of information to be deposited into the student's mind, while the internet instantly provides an immeasurably greater amount of information than all that is contained in the school curriculum. Therefore, it is suggested that the school needs to assume a leading role in combating hate speech and the dissemination of false information, from the moment it ceases to focus on banking education and begins to teach students to construct their own knowledge. The student's education becomes about forming students who think about the world in a critical and reflective way, know how to filter out false information because they possess media literacy, know how to "read the world," and live according to Freire's "práxis".

Keywords: misinformation, political polarization, critical thinking, dialogical education, liberating pedagogy, Paulo Freire, fake news

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Percurso na base de dados da CAPES 96

Quadro 2 - Produções científicas do Banco de Teses e Dissertações da CAPES
..... 96

Quadro 3 - Produções científicas do Banco de Teses e Dissertações da CAPES
..... 97

Quadro 4 - Produções Científicas do Google Scholar..... 98

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO E APRESENTAÇÃO: da trajetória do pesquisador	13
2. OS CAMINHOS DA POLARIZAÇÃO POLÍTICA NO BRASIL	23
2.1 Problematizações e o contexto histórico e político	23
2.2 Internet: A máquina e engenharia por trás das “fake news”	29
2.3 Os impactos da desinformação na política e crise da democracia	35
3. PAULO FREIRE E A CONSCIENTIZAÇÃO: DESVELANDO AS FAKE NEWS	45
3.1 Introdução a questões educacionais e o “Banco Infinito”	45
3.2 Bases teóricas da educação freiriana	59
3.3 A politicidade da educação	71
3.4 Educação e as mídias digitais	78
4. OS CAMINHOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA E ANÁLISE DOS RESULTADOS	93
4.1 Resultados da pesquisa metodológica	93
4.2 Respostas para os objetivos específicos da pesquisa	99
4.3 Restrições e limitações da realidade	104
CONSIDERAÇÕES FINAIS	114
REFERÊNCIAS	122

1. INTRODUÇÃO E APRESENTAÇÃO: da trajetória do pesquisador

Refletindo sobre a minha trajetória pessoal e educacional até os dias de hoje, diria que eu nunca escolhi amar as ciências e o ambiente acadêmico, foram as ciências e o ambiente acadêmico que me escolheram.

Nasci em junho de 1996, filho de dois químicos que se conheceram no laboratório alfandegário de Santos e, posteriormente, meu pai viria a se tornar professor de ensino médio e universitário. Por influência externa, meus gostos de criança eram um tanto diferentes: brincava com *kits* de química, lia revistas de ciência (Aventuras na História, Superinteressante, Mundo Estranho, entre outras) que meu pai assinava, o que sempre gerava um momento de profunda alegria no meu “eu criança”: quando ia olhar na caixa do correio e descobria que a edição do mês tinha acabado de chegar.

Estudei numa escola católica chamada Coração de Maria que, infelizmente, foi fechada. Nela, tinha bastante aptidão para ciências da natureza, matemática, história e atualidades, e sempre ficava maravilhado com as excursões às universidades de São Paulo. Como a ideia de fazer parte da academia me encantava, considerei, por uns bons anos, cursar Bacharelado em Física ou Engenharia de Produção. No fim, escolhi a Licenciatura em História, iniciada em 2017, e minha paixão pela ciência continuou. A minha ligação com a área da educação foi estabelecida em 2020, quando fiz uma Iniciação Científica com bolsa PIBIC, na qual o objeto de estudo foi a história como disciplina da grade curricular do ensino médio, para dissertar sobre sua importância no contexto contemporâneo. Meu orientador foi o Prof. Dr. Alexandre Saul Pinto, que, apesar de sua recente partida, permanece vivo nas memórias que cultivei nos encontros online e presenciais do grupo de pesquisa do PPGE e nos conselhos que recebi. Após concluir minha Licenciatura em História, participei do processo seletivo da Universidade Católica de Santos para o Mestrado em Educação e, assim, estou aqui.

Antes de continuar a falar sobre a dissertação em si e dar uma breve introdução ao conteúdo e à produção, há uma questão da minha trajetória pessoal que explica certas coisas, incluindo o meu interesse por assuntos pertinentes à ciência. Assim como ser educador é uma luta em que é necessário o “esperançar” de uma realidade mais igualitária e justa, cada um tem as suas próprias batalhas, e a minha é enfrentar, desde a adolescência (16), dores crônicas diárias decorrentes de uma condição chamada fibromialgia, cujo diagnóstico só obtive depois de 2 anos e meio de busca.

Eu, que virei fã do Carl Sagan há 10 anos, após assistir à sua série *Cosmos*, me surpreendi ao ver que ela não se limitava apenas ao mundo da física; todos os episódios eram recheados de trechos sobre fatos históricos, por exemplo. Num deles, explica-se que nós, seres humanos, criávamos mitologias na História Antiga porque temos uma tendência natural a atribuir causas místicas e a criar superstições em relação a fenômenos que observamos, mas não compreendemos a sua verdadeira natureza e causa. Faço uma conexão: minha vida, desde os 16 anos, é a prova disso. Antes do meu diagnóstico, quase toda pessoa próxima que sabia sobre mim (ou nem tão próxima) tinha um palpite sobre o que estava causando minhas dores e, indo até mais longe, explicava o que eu deveria fazer para tratá-las, numa tacada só. Às vezes eram remédios; outras, um “tratamento” que não era grátis; e outras, diziam que tinha a ver com causas espirituais ou que era pressão do vestibular. E eu, que acreditava nos conselhos sem questionar, por ainda ser novo e me sentir perdido, seguia conselhos não baseados na realidade, sem sucesso. E, de repente, vi o véu da mitificação da realidade, que pairava na minha frente por 2 anos e meio, cair em poucas semanas.

Com quase 19 anos, após várias consultas malsucedidas, faço uma consulta em abril de 2015, na qual um ortopedista de Santos faz um breve exame de toque (Fibromyalgia tender points, ou teste dos pontos de gatilho) e me diz: Suspeito que seja isso. Recomendo que vá a um neurologista no Hospital X em São Paulo. Marco uma consulta neste hospital, faço um exame de imagem inovador chamado Termografia, e o exame crava com todas as letras: a análise

dos achados de imagem é compatível com a Síndrome Fibromiálgica. O neurologista confirma o relatório dos médicos que realizaram o procedimento e, assim, o diagnóstico é fechado. Surpreendente, segundo o médico, pois é um reumatismo que geralmente acomete pessoas na segunda metade da vida e, em sua maioria, mulheres.

Foi como uma série que durou 2 anos e meio e que, no último episódio, acontece um *plot twist*, uma reviravolta que fecha perfeitamente toda a narrativa, sem furos de roteiro.

Desde então recebo bem menos sugestões míticas, e assistir Cosmos pouco tempo após o diagnóstico me deixou uma marca, a do quanto o ceticismo (saúdável, não um ceticismo cínico, que vai contra o conceito de esperar), o pensamento crítico e o método científico são os pilares da desmistificação da realidade.

Antes de entrar na iniciação científica, aprendi e apliquei métodos relacionados à pesquisa acadêmica, por exemplo, quando alguém comenta e sugere um remédio ou tratamento. Geralmente respondo que não conheço a terapia, e que vou ler e pensar a respeito. Faço exatamente isso: entro no Google e no Google Scholar e digito as seguintes palavras-chave, com pequenas variações e trocas de combinações “<nome do tratamento ou remédio> estudo cego randomizado grupo placebo controle”. Muitas vezes, não encontrava nada ou, no máximo, estudos-piloto. Para não me limitar ao português, digitava “<nome do tratamento ou remédio em inglês> double-blind placebo-controlled randomized trial”, e os resultados eram similares. A partir daí, chegava à conclusão de que, muito provavelmente, não valia a pena gastar tempo e dinheiro numa terapia não convencional e sem evidências científicas sólidas.

Paralelamente, sou uma pessoa que assistiu, com temor e agonia, a ascensão da extrema direita no mundo e no Brasil, logo quando cursava História. Os fenômenos de polarização política e a disseminação de *fake news* deixaram outra marca em mim. Juntando a minha trajetória de infância (escolar e familiar), de adolescência à vida adulta (medo das dificuldades da vida e formação de

pensamento crítico), e o fato de ter sido um jovem adulto cursando uma licenciatura em meio ao contexto tecnológico e político do século XXI, são os fatores que me levaram a estar, neste exato momento, escrevendo este parágrafo introdutório da dissertação.

Após a minha entrada no PPGE, no início de 2024, fui exposto a conteúdos acadêmicos relacionados à educação com os quais não havia tido contato na época da Licenciatura em História, ou tive contato breve por meio do conteúdo programático da grade horária, ou na iniciação científica. Sinto que a minha linha de pesquisa, Políticas Públicas Educacionais, contém disciplinas que abordam certas questões educacionais com muito mais profundidade do que numa licenciatura, com uma carga teórica inerente ao tema. Talvez me falte palavras, mas creio que isso ocorreu porque, na licenciatura, além da falta de tempo, as disciplinas de pedagogia procuram abordar assuntos da área da educação com um viés mais pragmático, voltado à formação de professores para o mercado de trabalho. Enquanto isso, para pensar políticas públicas educacionais, é necessário refletir sobre a relação da educação com a ciência política, a economia, as ciências sociais e, de modo geral, as ciências. Em outras palavras, enquanto o conteúdo da licenciatura é concebido com foco em aplicações empíricas, o mestrado em educação é focado na epistemologia.

Por isso, ao longo dos semestres, houve diversos momentos em que senti confusão e dúvida ao me defrontar com o conteúdo das disciplinas obrigatórias e eletivas, nos quais busquei orientação e conversei com professores e professoras, mudei partes do tema, as problematizações, os objetivos... Para meu agradecimento, a própria banca de qualificação me apontou novos direcionamentos e sugestões estruturais, muitas das quais acatei, incluindo a elaboração de uma introdução em que, em vez de simplesmente ir direto ao conteúdo da dissertação, eu fizesse uma breve trajetória de vida, do ponto de vista pessoal e de pesquisador. Portanto, para dar prosseguimento ao conteúdo dos capítulos, faço aqui um breve resumo dos capítulos e dos elementos que norteiam a pesquisa, como o objeto de pesquisa, objetivos específicos, metodologia, entre outros.

No capítulo 2, intitulado “Os caminhos da polarização política no Brasil”, é feita uma contextualização dos fenômenos e desafios relacionados ao surgimento de uma das invenções mais revolucionárias da história: a internet. Estes fenômenos, como a disseminação de informações falsas no ambiente virtual, a polarização política e a manipulação de massas, são demonstrados por meio de um referencial teórico específico das ciências políticas. Assim, também são demonstrados seus impactos no mundo e no Brasil (com ênfase no Brasil), sobretudo como as informações falsas e os discursos de ódio colidem com o que é ensinado no cotidiano escolar.

No Capítulo 3, intitulado “Paulo Freire e a conscientização: desvelando as fake news”, incorporo conceitos das principais obras de Freire, de grande relevância para o tema, tais como *Pedagogia do Oprimido* (1987), *Pedagogia da Autonomia* (1996), *Pedagogia da Esperança: um Reencontro com a Pedagogia do Oprimido* (1992), *Política e Educação* (2001) e *Educar com a mídia: novos diálogos sobre educação* (2013). O foco é refletir sobre como a realidade política e tecnológica do século XXI está entrelaçada com o mundo da educação e sobre os desafios que a educação enfrenta devido a essas novas tecnologias e aos discursos das redes sociais. Dentre os desafios, um dos focos será analisar a realidade da sala de aula, em que, muitas vezes, discursos de ódio e informações falsas contradizem o que é ensinado e, por vezes, de forma proposital, tentam desacreditar o material pedagógico aos olhos do discente. Basta lembrar que os professores, as universidades e o próprio conhecimento científico, construído a partir de consensos acadêmicos, são alvos de ataques políticos, sobretudo de influenciadores da extrema direita. São obras que se articulam com o tema, a partir de temas como: sobre a práxis, ou seja, sobre mudar o mundo a partir da educação e da luta política e com ambas caminham lado a lado, sobre a necessidade de nos esperarmos no sentido de crermos num mundo em que todos os países sejam democráticos, igualitários, num mundo em que todos possam ter respeitados os direitos à educação e a uma vida digna, em que possamos expressar livremente os pensamentos e analisar criticamente o mundo a sua volta.

Finalmente, no Capítulo 4, intitulado “Os caminhos metodológicos da Pesquisa e análise dos resultados”, são feitas associações entre os conceitos apresentados nos dois capítulos anteriores, relacionando-os às dissertações, teses e artigos obtidos durante a pesquisa e que possuem conexão direta com o tema da dissertação. A partir do referencial pesquisado, a dissertação irá responder aos objetivos específicos e mencionar possíveis limitações à aplicabilidade das sugestões.

Em relação ao objeto de estudo, o alvo da pesquisa é esmiuçar os impactos da polarização política e da disseminação de informações falsas no ambiente virtual, no sentido de como isso pode promover desinformação entre jovens em idade escolar. Trata-se, pois, de compreender os efeitos observados no cotidiano escolar e no processo de ensino-aprendizagem desses conteúdos disseminados nas redes sociais.

Para a exploração do objeto proposto, realizou-se uma busca por referências teóricas de diferentes áreas do conhecimento. Foram incorporadas, sobretudo, obras do campo educacional e da ciência política, que oferecem subsídios para a análise das políticas educacionais e da dinâmica escolar, e demonstram como ambas são impactadas pelo contexto tecnológico atual.

O trabalho parte do princípio de que a maioria das crianças e adolescentes passa uma parte considerável do seu tempo livre usando aparelhos eletrônicos, pesquisando sobre assuntos e interagindo em redes sociais e outras formas de comunicação, além de usar computadores e celulares para fins educacionais. Portanto, existiria uma relação e, ao mesmo tempo, uma sobreposição ou interferência, entre os assuntos abordados na escola, e informações obtidas fora do ambiente escolar

Como já explicitado, a corrente educacional que norteia esta pesquisa é a pedagogia libertadora, cujo principal representante é o educador Paulo Freire, pois seu referencial teórico discute amplamente a indissociabilidade entre educação e política e oferece insights importantes para responder às questões contidas nos objetivos desta dissertação.

Nesta dissertação, será feita uma análise histórica sobre a escola e a educação na esfera pública, como ela se tornou universal, obrigatória, dever do Estado e direito do cidadão por meio da luta social, sindical e de acadêmicos educadores, assim como explicitar as finalidades por trás de sua criação. E será defendido que, num contexto em que a tecnologia permite o acesso instantâneo a um número quase infinito de informações, os conceitos de educação bancária precisam ser definitivamente superados, e o modelo de educação crítica precisa ser a base de qualquer projeto político-pedagógico.

As obras selecionadas para a dissertação, que pertencem à área de ciência política, destacam que, nas últimas décadas, países de diversos continentes deixaram de ter governos democráticos e passaram a ser comandados por autocratas, ou sofreram ataques constantes de políticos autocratas que, ironicamente, foram eleitos pela democracia que planejam acabar. Em paralelo, destaca-se a existência de uma máquina voltada à disseminação de informações falsas e de discursos de ódio, com o intuito de fomentar um ambiente propício para aspirantes a autocratas. Neste sentido, as obras *Engenheiros do Caos*, de Giuliano da Empoli (2019), e *Como as Democracias Morrem*, de Daniel Ziblatt e Steven Levitsky (2018), são referenciais analíticos fundamentais.

Os livros e artigos de ciência política contidos nesta dissertação apresentam vários pontos em comum, no que tange à descrição de fenômenos políticos das últimas décadas, como o aumento da disseminação de informações falsas por profissionais que espalham desinformação, o papel de algumas redes sociais como centros de disseminação de ideias que vão contra princípios democráticos e direitos humanos, e a ascensão do autoritarismo.

O objetivo geral da presente investigação é analisar, com base na literatura especializada, os impactos da polarização política contemporânea na educação escolar e a correspondente produção e disseminação de notícias falsas por meio das redes sociais.

Este objetivo geral se desdobra nos seguintes objetivos específicos:

- Analisar como a polarização política impacta a disseminação de informações falsas e de como elas chegam no contexto escolar;
- Refletir o papel da educação escolar na formação de alunos numa perspectiva freiriana;
- Identificar quais as mudanças que poderiam ser aplicadas num futuro próximo, com o fim de fortalecer o debate acadêmico sobre o tema, e influenciar propostas de políticas públicas acerca dos temas abordados.

As justificativas para a realização da presente pesquisa estão relacionadas ao fato de que, sendo a internet uma invenção tecnológica recente, que passou por um processo gradual de popularização, a consequência natural é que a discussão acadêmica e os trabalhos científicos sobre o assunto ainda estão em seus primeiros estágios. Esse processo é acentuado pelo fato de que a digitalização do cotidiano e as aplicações da tecnologia aumentam exponencialmente. Portanto, novos problemas, questões e debates em busca de soluções se multiplicam e exigem que o mundo acadêmico se volte para essa realidade, e produza conhecimento acerca do tema. Por isso, essa dissertação participa desse campo de estudo em crescimento, contribuindo para o avanço da discussão acadêmica.

Esta dissertação defende que, como os adolescentes e jovens adultos ainda estão nas etapas iniciais do processo de maturação cognitiva, não estão completamente equipados para lidar com a sobrecarga de informações oriunda do ambiente virtual, podendo tornar-se presas fáceis de grupos de interesse. Numa democracia plena, todas as crianças e adolescentes em idade escolar, num futuro próximo, passarão a participar do processo eleitoral por muitas décadas. Prepará-los para não serem cooptados por discursos de ódio e por políticos que visam alçar-se ao poder para arruinar a democracia, por meio da própria eleição, revela-se tarefa fundamental para manter uma sociedade livre e plural. Nesse sentido, a educação tem um papel essencial para evitar que os alunos caiam na armadilha da polarização, e para entender que debates sobre políticas econômicas, como a redução da desigualdade social, entre outros assuntos, fazem parte do processo democrático e que a discussão desses temas

é saudável. No entanto, discursos que visam destruir direitos fundamentais previstos na Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, que buscam romper com a Constituição Federal brasileira de 1988 e que procuram negar o consenso científico em assuntos que tangem à sobrevivência do próprio ser humano, são inaceitáveis. Discursos que vão contra o consenso científico são particularmente graves quando usados para defender certas teses, como ser contra as vacinas ou negar a influência antrópica nas mudanças climáticas, porque estas crenças representam riscos existenciais à humanidade, seja do ponto de vista da saúde ou da possibilidade de continuidade da sua existência no planeta Terra.

A relevância deste trabalho para a área da educação está relacionada à necessidade urgente de reflexão crítica sobre o papel das escolas na redução da disseminação de informações falsas e de teorias conspiratórias, ajudando o aluno a analisar criticamente as informações que recebe e lançando luz sobre essa questão, impactante no dia a dia escolar, na medida em que o próprio corpo docente precisa lidar com os assuntos aqui expostos.

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica e documental, orientada por procedimentos de revisão sistemática da literatura especializada e por técnicas de Análise do Discurso. Para encontrar informações e atender à proposta do trabalho, foram empregados diversos recursos metodológicos. O primeiro deles é a busca por um referencial teórico. Tendo em mente o objeto de estudo e o seu contexto, a busca pelo referencial empregou palavras-chave relacionadas aos objetos de estudo mencionados. Para isso, foi necessário pesquisar artigos científicos e livros que embasassem a dissertação, em repositórios como a SciELO e o Google Scholar, e em periódicos com alto fator de impacto QUALIS. Foi realizada uma breve pesquisa na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações da CAPES e foi utilizada uma seleção de palavras, termos e conceitos-chave para determinar quais termos e suas combinações trariam dissertações e teses relacionadas ao objeto de estudo.

Além desses meios, o trabalho foi discutido no grupo de pesquisa “Educação e Política”, que reúne docentes e alunos da pós-graduação *stricto*

sensu em educação e é coordenado pelo Prof. Dr. Ricardo Galvanese. Além de recolher materiais de estudo para esta dissertação, foi possível discutir, nas reuniões semanais, o material pesquisado e apresentar o trabalho para receber críticas e sugestões.

2. OS CAMINHOS DA POLARIZAÇÃO POLÍTICA NO BRASIL

2.1 Problematisações e o contexto histórico e político

Com o avanço tecnológico das últimas décadas, o acesso à internet e às redes sociais se popularizou ao redor do mundo, permitindo conexões instantâneas entre indivíduos que não compartilham o mesmo espaço físico e causando uma revolução em diversas áreas do cotidiano. Consequentemente, a produção e divulgação do conhecimento científico foram, em teoria, muito facilitadas, e o compartilhamento de notícias, informações e produções artísticas aumentou exponencialmente. Paralelamente, a produção de desinformação e *fake news*, que não têm embasamento na realidade ou na ciência, também foi facilitada.

A partir desta invenção, o Brasil e a maioria dos países ao redor do mundo observaram o surgimento de dois fenômenos sociais atrelados entre si: a disseminação de informações falsas e a polarização política, com discursos de ódio no ambiente virtual. Ambos acabaram tendo graves consequências para o mundo real. Parte destes fenômenos é possível apenas por causa da existência das chamadas “bolhas virtuais”, em que indivíduos com opiniões de mundo semelhantes se concentram e compartilham entre si conteúdo midiático. Em certas bolhas, textos, vídeos e imagens que defendem teses completamente desconectadas da realidade, muitas vezes atreladas a discursos de ódio direcionados a grupos minoritários, são compartilhados entre si e vão se espalhando gradualmente na *web*.

As consequências da disseminação de informações falsas, narrativas anticiência e discursos de ódio podem ser observadas sob diversas lentes. Em relação aos discursos que vão contra o consenso científico, pudemos observar o caso da recente pandemia do coronavírus SARS-CoV-2, que se tornou um solo fértil para discursos que variaram entre negar a existência ou a letalidade do vírus, negar a eficácia de máscaras e outras medidas sanitárias, e teorias da conspiração sobre a origem do vírus. As vacinas, sejam para o coronavírus ou

para outros microrganismos, também são alvo de teorias da conspiração provenientes do movimento *anti-vax* (ou anti-vacina), que ganhou muito engajamento virtual na última década (Silva, 2022, p.115-117). Uma das maiores evidências disso são os dados da OMS referentes à taxa mundial de vacinação para a poliomielite entre crianças, que após décadas de cobertura vacinal quase universal, começou a diminuir a ponto de a organização ligar um grave sinal de alerta para um possível retorno da doença, além do registro de pequenos surtos da doença, em diversos países (Cardoso, 2023)

No Brasil, a pólio foi declarada erradicada em 1994, graças aos programas de vacinação infantil e de conscientização, mas a cobertura vacinal caiu drasticamente desde 2015. A cobertura vacinal contra a poliomielite, que era praticamente universal entre bebês nascidos no início do século, é de 72% entre recém-nascidos, segundo dados de 2022. Foi criado um termo para mães e pais que, por estarem expostos a fontes de informação falsas, muitas vezes com conteúdo sensível para provocar medo no leitor, relutam em vacinar os seus filhos por temerem danos à saúde da sua prole. O termo é “hesitação vacinal” (Mazzitelli e Vessoni, 2022). A ausência de explicações logísticas e locais para um fenômeno que ocorre em diversos países de todos os continentes do globo faz com que a disseminação do movimento antivacina seja apontada como a principal responsável.

Outro exemplo de discurso anticiência é o negacionismo em torno das mudanças climáticas, que também conta com muitos adeptos no ambiente virtual. Isto acontece apesar do consenso científico de que o ser humano é responsável pelo aumento da temperatura global, da documentação de que empresas petrolíferas, como a ExxonMobil, fizeram lobby e encomendaram estudos falsos que negavam a existência do aquecimento global, e da resolução do problema ser essencial para garantir a sobrevivência dos seres humanos (G1, 2023).

Em relação às informações falsas inseridas em narrativas políticas, como as redes podem manipular a opinião das pessoas e como adolescentes podem ser atraídos, é possível elencar três exemplos problematizadores. O primeiro

exemplo é o caso Cambridge Analytica, empresa de consultoria política criada em 2013, que foi dissolvida em 2018 após uma série de processos judiciais e era subsidiária da SCL Group, uma companhia de inteligência privada. O caso Cambridge Analytica é abordado em obras que serão citadas nos próximos 2 subcapítulos. A organização foi exposta por meio de um escândalo, que consistiu em coletar ilegalmente os dados de oitenta e sete milhões de usuários do Facebook, nos Estados Unidos. Após a obtenção e a análise dos dados pessoais, a empresa executou um plano de manipulação da opinião pública, com o objetivo de destruir a imagem de políticos democratas e favorecer a eleição de Donald Trump. Para cumprir seu objetivo, a empresa identificou quais estados dos EUA possuem uma divisão quase 50/50 entre democratas e republicanos, dependendo de cada eleição (os chamados *swing states*), e quais grupos de indivíduos eram suscetíveis a mudar o seu voto. Uma vez demarcados os alvos, a empresa disseminou notícias falsas em forma de correntes e “memes” nas redes sociais, por meio de serviços de anúncios na internet e de perfis falsos, com o intuito de confundir a opinião pública. (Silva, p.46, 2022) e (EMPOLI, 2019, p.77-78 e 127)

Os fundadores da empresa, que tinha sede em Londres, mantinham ligação direta com o Partido Conservador Britânico, e alguns dos maiores doadores da Cambridge Analytica eram empresários e ex-políticos ligados a partidos conservadores dos EUA e do Reino Unido. Posteriormente, foi descoberto que o Cambridge Analytica não só influenciou a eleição dos Estados Unidos, como também interferiu na campanha eleitoral de dezenas de países ao redor do mundo, chegando ao ponto de Mark Zuckerberg, o CEO do Facebook, ser sabatinado no congresso americano, assim como outros donos das maiores empresas de tecnologia do mundo.

O segundo exemplo é que, apesar de as investigações nos EUA não terem encontrado evidências sólidas de que o Cambridge Analytica tenha atuado no Brasil, existe um elo indireto entre a empresa e as eleições presidenciais de 2018 no Brasil. O líder de campanha do Donald Trump era o marketeiro e mentor político Steve Bannon, que mantinha ligação direta com a Cambridge Analytica e aconselhou movimentos de extrema-direita em diversos países, entre eles o

Brasil. Em 2018, Steve Bannon se reuniu publicamente com Eduardo Bolsonaro, filho do ex-presidente Jair Bolsonaro, para discutir estratégias eleitorais (Unisinos/Adital, 2018). Assim como nos Estados Unidos, a eleição de 2018 foi alvo de disparos em massa de informações falsas e, no caso brasileiro, o principal meio foi o WhatsApp. As mensagens tinham como objetivo escandalizar os usuários desse aplicativo, fazendo “denúncias” de que as escolas teriam instituído o chamado “kit gay” ou que o governo teria distribuído mamadeiras com formato sugestivo, sempre atrelando essas medidas a governos de esquerda para estimular o voto em Jair Bolsonaro.

No Brasil, os comunicadores a serviço do candidato ultranacionalista Jair Bolsonaro driblaram os limites impostos aos conteúdos políticos no Facebook comprando milhares de números de telefone para bombardear quem utiliza o WhatsApp com mensagens e *fake news*. (Empoli, 2019, p.47)

O terceiro exemplo de problematização é a cooptação de jovens para redes de desinformação e de ódio contra determinadas minorias. Existem redes sociais em que é possível manter o anonimato por meio da criação de usuários sem dados pessoais, que praticamente não possuem moderadores e não prestam contas a agências reguladoras. Muitas se localizam na *deep web*, mas estas são de difícil acesso e, por isso, não são tão relevantes para cooptar em massa jovens sem o conhecimento necessário para acessá-las.

Um caso mais relevante para a proposta é o 4Chan, uma rede criada em 2003, encontrada por meio de uma simples pesquisa no Google. Esta rede tem sido objeto de estudos, notícias e controvérsias desde então, pois permite a interação entre usuários anônimos, praticamente isenta de qualquer moderação externa ou transparência. Nesses tipos de redes sociais, foi possível observar todo tipo de discurso criminoso, bem como o incentivo de usuários a cometer crimes. Dois casos muito emblemáticos perpetrados por usuários foram o PizzaGate (CANOSSA, 2018) e o atentado de Christchurch (G1, 2019). No caso do atentado à mesquitas na Nova Zelândia, o terrorista (Brenton Harrison Tarrant, 28) fez uma transmissão ao vivo de 17 minutos no Facebook Live, e

antes de cometer o crime em si, ele fez um discurso saudando os usuários das redes sociais anônimas que ele usava desde os 14 anos(ressaltando, para fins de clareza, a rede seria o 4Chan), no qual ele divulgava ideias neonazistas, e chegou a citar nominalmente um produtor de conteúdo (PewDiePie) voltado para videogames, com o público majoritariamente infanto-juvenil, que insere “apitos de cachorro” de cunho antissemita nos seus vídeos.

Nessas redes, há um número significativo de adolescentes em idade escolar que desabafam sobre questões pessoais, e acabam sendo cooptados por discursos que buscam atribuir a culpa desses problemas a algum grupo minoritário. Um exemplo é o chamado “Movimento Incel”, que seria uma abreviação de “Involuntary Celibate”, ou celibato involuntário, composto em sua maioria por adolescentes e jovens adultos do sexo masculino, que recusam qualquer diálogo com o gênero oposto e defendem ideias fortemente misóginas. Paralelamente a esse movimento, os jovens são instigados a defender ideias com raízes neonazistas e, para se comunicarem e cooptarem novos adeptos em redes sociais abertas (Instagram, Youtube, TikTok, entre outros), empregam termos e ações chamados “apito de cachorro”, uma alusão aos apitos que emitem sons numa frequência que apenas os cães conseguem ouvir. Um exemplo muito conhecido de apito de cachorro, e por isso caiu em desuso, é o símbolo do leite, pois uma hipótese antiga e desmentida argumentava que apenas pessoas com raízes caucasianas possuem todas as enzimas necessárias para digerir a lactose, e a partir daí o leite virou um símbolo (entre uma infinidade deles), para o usuário comunicar que ela simpatiza com sentimentos de ódio a minorias, sem denunciar a si próprio (ASSAD, 2024)

Uma evidência forte e nefasta da prevalência de adolescentes e jovens nessas redes sociais anônimas são os massacres em escolas, muito comum em países como os Estados Unidos, e se casos como o Massacre de Realengo e de Suzano eram extremamente raros no Brasil, eles aumentaram muito de frequência desde o retorno às aulas pós-pandemia, com 64% dos casos entre 2001 e 2024 tendo ocorrido entre março de 2022 e dezembro de 2024 (AVANCINI, 2023). Em vários casos devidamente documentados, as investigações descobrem que o perpetrador sofria com diversos problemas

personais, sendo um dos mais comuns ser vítima de *bullying*, ao se vasculharem os aparelhos eletrônicos da vítima/perpetrador. Por causa desses problemas, esses adolescentes e jovens buscam refúgio nessas redes sociais anônimas, nas quais ficam expostos a apologias e instruções de outros usuários sobre como cometer o crime, bem como aos discursos citados anteriormente. Além disso, o uso desse tipo de rede pode causar ou agravar quadros psiquiátricos em adolescentes e jovens por diversas razões, seja por encontrar pessoas que instigam ideias pessimistas e semeiam a desesperança, por instigar a raiva contra pessoas que, supostamente, seriam as culpadas por seus problemas, ou até mesmo por estimular a violência física contra outrem ou contra si mesmo.

2.2 Internet: A máquina e engenharia por trás das “fake news”

Após esta introdução e antes de descrever a engenharia por trás da disseminação de *fake news* e da polarização política, é necessário fazer uma observação. Os problemas relacionados ao objeto se dão, em parte, por causa do sistema econômico neoliberal vigente e da influência da elite econômica nas esferas públicas. Isto é algo que será mais abordado nos capítulos seguintes, sobretudo no capítulo 4.3.

Políticos de extrema-direita, que ganham notoriedade a partir das redes sociais e são eleitos defendendo pautas que desrespeitam direitos humanos, ou vão contra o consenso científico sobre diversos assuntos, naturalmente têm um interesse em fomentar um ambiente de ódio nas redes sociais e confundir a população através de distorções sobre a realidade. É necessário entender que estes fenômenos não acontecem de maneira totalmente orgânica, espontânea, mas sim a partir de uma máquina dedicada a este propósito, que só existe devido aos agentes que financiam e investem nessa máquina. Por enquanto, a obra *Engenheiros do Caos*, de Giuliano da Empoli, consegue fazer uma boa síntese sobre o assunto em questão.

Como foi mencionado anteriormente, a disseminação de informações falsas e a semente da polarização política têm origem em determinadas “bolhas virtuais” em que narrativas políticas e sociais contendo a defesa de teses completamente desconectadas da realidade, muitas vezes atreladas a discursos de ódio direcionados a grupos minoritários, são semeadas e incentivadas, seja nas redes sociais abertas ou na *deep web*. Em algumas redes, os usuários podem se conectar de maneira anônima, e isso permite que o usuário, caso esteja disseminando opiniões criminosas, se sinta seguro para fazer isso.

No livro *Engenheiros do Caos*, do autor Giuliano da Empoli, muitas ideias relevantes para abordar o assunto são compartilhadas com a obra *Como as Democracias Morrem*, que estará mais presente no capítulo 2.3; no entanto, com uma ênfase diferente em relação aos mesmos assuntos.

Enquanto o próximo analisa a polarização política, o fenômeno das informações e a erosão da democracia a partir de um ponto de vista “macro”, em que é analisado o cenário como um todo, a proposta de Giuliano é mostrar o “micro” de como esta democracia é atacada. O mecanismo em questão se passa, necessariamente, pela massificação da internet e das redes sociais. Ambos têm algo em comum: enquanto o livro do italiano mostra os aprendizados do Steve Bannon com o Movimento 5 Estrelas, o livro dos autores de Harvard mostra a influência de Bannon na eleição do Donald Trump e o escândalo Cambridge Analytica.

Um dos aspectos principais do livro é demonstrar que, na política do século XXI, os partidos empregam equipes de análise de dados em ambientes virtuais e monitoram a opinião dos internautas sobre diversos assuntos para defender as ideias mais populares, não porque o partido siga determinada linha ideológica, mas porque a popularidade da ideia se materializará em votos. Ao mesmo tempo, essas equipes podem disparar informações falsas em massa para ajudar a manipular o debate público.

Para fabricar essa engenharia de manipulação política das massas, por meio das redes sociais, é importante encontrar maneiras de fazer a população nutrir dois sentimentos negativos em relação a minorias: ódio e medo. O motivo é que a raiva e o medo, quando despertados, estimulam o internauta a permanecer mais tempo conectado, e quanto maior o engajamento virtual, maior o número de pessoas alcançadas por redes de informações falsas e pela disseminação do ódio.

Portanto, houve uma mudança de cenário em que, no caso da Europa, as pautas econômicas e territoriais perderam força e as pautas identitárias, como imigração, casamento homoafetivo, religião, dominam o debate político e são comuns a todos os europeus. Isso fica explícito no trecho do livro que cita “a aversão aos casamentos gays e aos motoristas de táxi africanos é um sentimento que mesmo os austríacos e os italianos, que vivem em desacordo sobre a localização de sua fronteira, podem partilhar” (Empoli, 2019, p.23)

Outro trecho que aborda o poder dos sentimentos negativos, e fala dos partidos empregando monitores políticos, é a citação de Jaron Lanier, feita por Giuliano da Empoli:

Para manter seus usuários conectados, uma empresa de redes sociais deve, sobretudo, fazer as coisas de modo que eles se enervem, sintam-se em perigo ou tenham medo. A situação mais eficaz é aquela em que os usuários entram em estranhas espirais de um consenso muito poderoso ou, ao contrário, de sério conflito com outros usuários. Isso não acaba jamais, e é esse, exatamente, o alvo. As empresas não planificam nem organizam nenhum desses modelos de utilização. São os outros que são incitados a fazer o trabalho sujo. Como os jovens macedônios que completam seu orçamento mensal postando *fake news* envenenadas. Ou mesmo os americanos ansiosos por faturar um dinheiro extra (Empoli, 2019, p.47)

Além de manipular as massas ao incitar sentimentos negativos, as informações falsas também constituem um componente essencial. O poder de disseminação de informações falsas é grande, segundo Empoli:

Um recente estudo do Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT) demonstrou que uma falsa informação tem, em média, 70% a mais de probabilidade de ser compartilhada na internet, pois ela é, geralmente, mais original que uma notícia verdadeira. Segundo os pesquisadores, nas redes sociais a verdade consome seis vezes mais tempo que uma fake news para atingir 1.500 pessoas. Temos, enfim, a confirmação científica da frase de Mark Twain segundo a qual “uma mentira pode fazer a volta ao mundo no mesmo tempo em que a verdade calça seus sapatos! (Empoli, 2019, p. 46)

Outro aspecto-chave levantado por Empoli é que, na era do mundo virtual, todos os continentes do mundo, sobretudo no hemisfério ocidental, assistiram ao surgimento de movimentos políticos de extrema-direita, e políticos que seguem

essa linha ideológica recebem uma quantidade de votos considerada inimaginável no início do século XXI. E, nesse contexto de globalização das informações, políticos, movimentos e eleitores de extrema-direita sabem da importância de se unirem para defender seus interesses e opiniões. Consequentemente, políticos como Bolsonaro, na América do Sul, Donald Trump, na América do Norte, Nigel Farage e políticos responsáveis pelo Brexit no Reino Unido, Matteo Salvini na Itália, Marine Le Pen na França, entre outros exemplos, constantemente mencionam uns aos outros, fazem reuniões internacionais para compartilhar informações e tentam proteger a si mesmos através do meio que for necessário.

Nesse contexto, Giuliano cunha um termo que ironiza, com muito humor, essa união de políticos da extrema-direita ao redor do mundo, “internacional nacionalista” (Empoli, 2019, p.33). Essa internacional, apesar de ser composta por políticos que são ultranacionalistas ou ufanistas, entende que, para criar um país que coloca os seus interesses sempre acima dos interesses de qualquer outro país e raramente aceita absorver perdas econômicas no tabuleiro da geopolítica e em tratados internacionais, é necessário um movimento global em que esses políticos consigam chegar ao poder e se eternizar nele através da corrosão gradual da democracia.

Esses engenheiros do Caos, pessoas contratadas por partidos políticos de extrema-direita para gerar confusão nas redes sociais, analisar quais são as opiniões mais populares para que o partido as defenda, e manipular politicamente as massas, evidenciado pelo escândalo Cambridge Analytica (EMPOLI, 2019, p.78), têm duas ferramentas principais: as informações falsas e a instigação de sentimentos negativos na população. Essas duas ferramentas são sintetizadas num trecho absolutamente genial do autor italiano, ao fazer a metáfora “Se para Lenin, o comunismo era ‘os Sovietes e a eletricidade’, para os engenheiros do caos o populismo é filho do casamento entre a cólera e os algoritmos”. (Empoli, 2019, p. 53).

Ou seja, Empoli sintetiza que, após o advento da internet, as práticas políticas historicamente caracterizadas como populistas atualmente dependem

e se baseiam fortemente no *feedback* das redes sociais. A cólera seria o combustível do engajamento virtual; é o que faz com que parte da população destile e compartilhe discursos de ódio e revolta direcionados a minorias sociais ou a agentes políticos que estas pessoas consideram “inimigos” do “cidadão de bem”. E o algoritmo estabelece uma espécie de “processo dialógico”, distorcido e envenenado, em que a cólera da população em relação a algo se manifesta, o que determina quais pontos os políticos que utilizam big data precisam abordar e defender, e os que trabalham para estes agentes políticos e utilizam *bots* estimulam a cólera dos usuários para aumentar o engajamento e a exposição das opiniões que serão usadas.

Cabe destacar que, em inglês, o termo “fake news” tem um significado diferente em relação à tradução direta para o português “informação falsa”. A razão para isso é que, como é descrito em uma das dissertações que foram resultado do estudo do estado da questão, o termo “fake”, em inglês, carrega um significado diferente em português. Enquanto o adjetivo “falso” tem como principal conotação ser algo oposto ao “verdadeiro”, em inglês, “fake” é usado para se referir a algo que tem o claro objetivo de enganar alguém. Por isso, “fake news” seria um oxímoro; é um termo que carrega um tom até humorístico, porque algo que é falso, evidentemente, não pode ser notícia em primeiro lugar. Portanto, em português, o termo “desinformação” é muito mais abrangente e preciso do que a tradução literal “informações falsas” para descrever o fenômeno de “fabricar notícias” ou descontextualizar notícias verdadeiras, com o intuito de enganar aquele que as consome (Silva, 2022, p. 97-101).

Por fim, isso gera um quadro trágico, descrito nos capítulos finais, intitulado “Política Quântica”, em que os partidos deixam de ser organizações que defendem um conjunto de ideias e orientações políticas, para serem um conjunto de políticos que se alinham automaticamente com as ideias que aparentam ser as mais populares no ambiente virtual, para captar o máximo possível de votos. Seria o chamado “Netflix da Política”, em que os políticos defendem as ideias que o consumidor quer, da mesma maneira que o usuário de um serviço de *streaming* escolhe o que assistir. Seria como uma interpretação política da física quântica, em que realidade objetiva não existe, mas é

determinada pelos observadores isso é, a política é determinada pelo conjunto de opiniões que o algoritmo determina ser populares. É claro, em muitos casos, a defesa dessas ideias está atrelada ao uso de desinformações, seja para justificar a posição ou insuflar de volta os sentimentos de ódio e medo.

2.3 Os impactos da desinformação na política e crise da democracia

Quando o assunto são os impactos políticos desses fenômenos da internet, a pior consequência na escala macro, provavelmente, é quando um país deixa de ser uma democracia e passa a ter um governo autocrático. Esse é o assunto central por trás da obra *Como as Democracias Morrem*. Os mecanismos e métodos pelos quais isso acontece guardam semelhanças com o descrito por Empoli: uma delas é a manipulação da opinião pública através de informações falsas ou imprecisas, com o intuito de gerar confusão e/ou sentimentos de raiva na população.

Há, na sociedade contemporânea, um movimento de deslegitimação da democracia. Na obra “*Como morrem as democracias*”, dos cientistas políticos Steven Ziblatt e Daniel Levitsky (2018), existem duas ideias que são consideradas base para entender qual é a proposta do livro. Antes de definir quais são as duas ideias, é importante destacar que, de forma diferente da obra do Engenheiros do Caos do italiano, Giuliano da Empoli, que procura detalhar os ataques a democracia em diversos países e continentes, em diferentes capítulos, o *Como as Democracias Morrem* é um livro mais centrado na realidade estadunidense, e utiliza exemplos de outros países para gerarem paralelos com acontecimentos do país norte americano.

Dito isso, a primeira ideia é a de que, nas últimas décadas, o mundo tem passado por um período que os autores batizaram de “recessão democrática”. Na obra, é debatido se o mundo passa por algo que Ziblatt e Levitsky denominam “recessão democrática”. O século XIX e XX foi marcado por um aumento gradual e constante no número de países, ao redor do globo, que passaram por processo de democratização, e que anteriormente eram autocracias. No entanto, a partir do fim da URSS até o ano da eleição de Donald Trump, diversos países que haviam feito a transição de país autocrata para país democrático, ou, em alguns casos, países com uma tradição longuíssima de serem países livres, acabaram se tornando ditaduras ou elegeram presidentes que atentam contra a democracia (Levitsky; Ziblatt, 2018, p.228).

Na área da economia, a definição de um país que está passando por uma recessão econômica é quando, por dois trimestres seguidos, ou seja, ao longo de seis meses, o Produto Interno Bruto sofre um encolhimento percentual em ambos os trimestres, em vez da tendência natural de crescer. A partir desta contextualização, os autores utilizam este termo como uma metáfora e um paralelo para descrever um fenômeno geopolítico observado pelos especialistas desta área. O fenômeno seria que, na história moderna, desde a independência dos Estados Unidos até o período da queda da União Soviética, houve um processo equivalente a uma “primavera democrática”, um aumento constante no número de países ao redor do globo que, antes, eram autocracias/ditaduras, como monarquias absolutistas e ditaduras presidenciais, e fizeram a transição para um regime democrático. Portanto, assim como no crescimento econômico de um país, se o planeta Terra é um país, houve um crescimento no número de democracias, dando a impressão de que essa tendência continuaria indefinidamente, até todos os países se tornarem democracias plenas.

A euforia com esse aumento no número de países democráticos e a queda da União Soviética, em que seu representante máximo, a Rússia, era a última potência econômica com um governo considerado não democrático, fizeram acadêmicos ao redor do mundo pensarem que o modelo de democracia liberal e capitalista viria a se tornar o único modelo socioeconômico existente, e as grandes revoluções deixariam de existir. Um autor que ficou muito marcado por defender esta ideia foi Francis Fukuyama (1992), que deu origem ao termo “fim da História”, no sentido de que a definição da História, como área do conhecimento responsável por estudar a organização e trajetória das civilizações do ponto de vista territorial, político, econômico e social, deixaria de existir. Afinal, com o fim da URSS, o mundo passaria a ter apenas uma grande potência econômica, e, como consequência, todos os conflitos por aproximação acabariam, e, se, com o fim do comunismo, todos os países passassem a ser democracias capitalistas e liberais, esses três paradigmas da História não mudariam mais.

No entanto, no capítulo “Salvando a Democracia” e em outros trechos do livro, Levitsky e Ziblatt mostram como, a partir do século XXI e nos últimos anos,

o número de democracias ao redor do mundo não só parou de crescer (recessão democrática), como diversos países que, anteriormente, eram democracias, voltaram a ser autocracias. Paralelamente, a China tornou-se um Leviatã econômico sem mudar o seu sistema político, e em muitos outros países, políticos autocratas ganharam uma popularidade e influência que não existiam anteriormente.

Os autores dão vários exemplos de países que se tornaram autocracias, como o caso da Turquia de Recep Tayyip Erdoğan, a Hungria de Viktor Orbán, a Venezuela de Hugo Chávez, e a Rússia de Vladimir Putin, de que eclodiu uma crise política sem precedentes na União Europeia, e outros países em que houve uma erosão da democracia, através de figuras presidenciais que encontraram maneiras de concentrar poder político, e enfraquecer os outros poderes. Assim, os sinais de uma recessão democrática estariam evidenciados pela presidência de Trump, junto com a crise da União Europeia, a ascensão da China, e a agressividade crescente da Rússia, (Levitsky; Ziblatt, 2018, p. 228)

Com isso, fica explícito a segunda principal ideia por trás do livro, a de que as transições de democracia para autocracia, no século XXI, se dão através de uma maneira totalmente diferente: elas acontecem de dentro para fora, através da erosão gradual da democracia, ao invés de grandes golpes militares e revoluções. Para que esta erosão aconteça, existe um método por trás, envolvendo redes sociais. O mundo não seria o mesmo desde a ascensão do fascismo na Europa, os golpes militares na América Latina no contexto da Guerra Fria, a Revolução Russa, entre outros golpes violentos e repentinos que, certas vezes, eram contra outros governos igualmente autocráticos. Para exemplificar o argumento, o autor menciona que a erosão gradual da democracia nas mãos de aspirantes a autocratas é “menos dramática, mas igualmente destrutiva”. Democracias podem morrer não nas mãos de generais, mas de líderes eleitos — presidentes ou primeiros-ministros que subvertem o próprio processo que os levou ao poder. As democracias decaem aos poucos, em etapas que mal chegam a ser visíveis (Levitsky; Ziblatt, 2018, p.15)

Nesse sentido, tanto Giuliano da Empoli como Ziblatt e Levitsky demonstram que os ataques à democracia são, antes de tudo, um método de enfraquecer uma democracia gradualmente, como numa morte lenta e discreta.

A erosão democrática é um processo gradual em que você faz com que as próprias instituições, que definem um governo como uma democracia, em vez de um governo despótico, fiquem enfraquecidas ou deixem de existir. E para enfraquecer essas instituições, geralmente, é necessário um autocrata que, ironicamente, fora eleito democraticamente para assumir o poder executivo de um país e, conseqüentemente, tenha o poder necessário para ruir as bases e instituições daquele país e se eternizar no poder.

Num país democrático, a imprensa é livre e aberta para tecer comentários e críticas a qualquer político e política, desde que, claramente, não infrinja regras da Constituição ou cometa calúnias. Portanto, um autocrata eleito precisa enfraquecer a imprensa e, para isso, existem diversas táticas.

Uma delas é que, em qualquer país democrático, a imprensa recebe verbas do governo para funcionar. Se você identifica quais veículos de imprensa vão contra o seu governo e suas políticas, você pode cortar as verbas para este veículo, e redirecionar para outros que aprovam as suas políticas, o seu partido, e esteja alinhado com o seu espectro político. Ao mesmo tempo, você pode fazer discursos que vão contra a legitimidade dos veículos de imprensa, através de ataques à idoneidade dos jornalistas que trabalham para aquele veículo, acusando-os de serem parciais e de estarem alinhados com o partido da oposição. Enquanto isso, você dá poder e menciona aqueles que estão alinhados com você, a chamada “mídia marrom”, para que, com a exposição virtual, esses jornalistas alinhados com o seu governo passem a ter notoriedade e maior poder econômico, gerando um ciclo. Na pior das hipóteses, um aspirante a autocrata pode encontrar maneiras de prender jornalistas que criticam o seu governo e censurar meios de comunicação que vão contra o seu governo.

De acordo com o livro,

a perda de fé do eleitor no sistema político é exacerbada pelo abandono das normas básicas de respeito à mídia promovido pelo presidente Trump. Uma imprensa independente é um bastião das instituições democráticas; nenhuma democracia pode viver sem ela (Levitsky; Ziblatt, 2018, p.220).

Ele seria um exemplo sem precedentes de presidente dos Estados Unidos, que ataca publicamente veículos de mídia, insulta e difama jornalistas, sobretudo aqueles que denunciam os problemas do seu governo, sendo que ataques pessoais nunca fizeram parte do repertório de presidentes eleitos. Mesmo Richard Nixon, que, em particular, dizia que a mídia era “o inimigo”, nunca fez esse tipo de ataque. Para encontrarmos comportamentos semelhantes neste hemisfério, de políticos que insultam publicamente a mídia e jornalistas específicos, seria preciso olhar para Hugo Chávez e Nicolás Maduro na Venezuela, ou para Rafael Correa no Equador (Levitsky; Ziblatt, 2018, p.221-222).

Num país democrático, a constituição é aplicada e há um sistema de balanços e contrapesos entre os poderes executivo, legislativo e judiciário. Você, como membro do executivo, encontra diversas maneiras de enfraquecer os outros dois poderes, entre elas: fazer ataques à Suprema Corte Federal para que os juízes fiquem acuados na hora de tentar barrar arroubos autocráticos e, ao mesmo tempo, nomear juízes que estão dispostos a cooperar com o seu projeto antidemocrático e votar a seu favor em votações do Supremo. Paralelamente, você encontra maneiras de manipular o Legislativo para que vote medidas a favor do seu governo e que visam concentrar o poder nas mãos do Poder Executivo e remover os contrapesos da Constituição. Quem não votar a seu favor é um “traidor do Estado”, tendo a sua imagem denegrada publicamente ou até mesmo sendo alvo de incitação à violência física.

Nos órgãos investigativos, como a Polícia Federal, você tem autoridades que podem investigar e punir você e seus parceiros políticos e empresariais. Portanto, você demite os profissionais que investigam suas ações

inconstitucionais e, assim, retira mais uma ferramenta da democracia para coibir autocratas.

Num país democrático, o sistema eleitoral não é questionado. Mas um aspirante a autocrata, para justificar as derrotas. Em eleições, acusa o sistema de estar fraudado, com o intuito de insuflar a população e desacreditar o processo. A tolerância mútua e alternância de poder não são opções; o objetivo é que o opositor nunca mais tenha acesso ao poder e o sistema

Essas e outras ações são atitudes tomadas sistematicamente para minar qualquer tipo de freio possível ao seu governo e, conseqüentemente, fazer com que a democracia de um país se torne um “morto-vivo”, uma fachada. Para demonstrar que existe um padrão, eles dão o exemplo de vários países em que a erosão da democracia acontece da mesma maneira; no entanto, o foco é falar sobre Donald Trump e como os Estados Unidos, que nunca em sua história foram uma ditadura, correria sérios riscos de ter a primeira experiência ditatorial com o presidente reeleito no ano passado. O risco seria o fato de ele ser um presidente fora do establishment político, ou seja, que não teve trajetória pública e que foi eleito e possui forte aprovação não a despeito do seu discurso autoritário, mas sim por causa dele. Por isso, os partidos e a justiça americana tiveram, e novamente têm, muita dificuldade de barrá-lo.

Os partidos, que, em teoria, são os protetores da democracia na medida em que escolhem os políticos que irão representá-los e barram pessoas autoritárias e despreparadas no processo, como é citado no caso de Henry Ford, notável antisemita, não têm o que é necessário para impedir. A força do candidato provém da dinâmica das redes sociais, e, em busca do poder, membros do Partido Republicano resolveram aceitar a ideia de Trump como candidato, por enxergarem que a popularidade dele nas redes seria sinônimo de vitória nas eleições presidenciais. E aqueles que queriam barrar a sua candidatura foram votos vencidos.

Um dos trechos que melhor sintetizam as ideias dos autores, o que foi descrito nos parágrafos anteriores, e quando o assunto é identificar aspirantes a

autocratas que, uma vez eleitos, pretendem minar a democracia de forma gradual e interna, é uma tabela contida no Capítulo I, “Alianças Fatídicas”. Esta tabela contém os principais indicativos de perigo de autocratas, e para contextualizar esta tabela, os autores citam o cientista político Juan Linz, que tentou anteriormente desenvolver um método para identificar autocratas:

Baseados no trabalho de Linz, desenvolvemos um conjunto de quatro sinais de alerta que podem nos ajudar a reconhecer um autoritário. Nós devemos nos preocupar quando políticos: 1) rejeitam, em palavras ou ações, as regras democráticas do jogo; 2) negam a legitimidade de oponentes; 3) toleram e encorajam a violência; e 4) dão indicações de disposição para restringir liberdades civis de oponentes, inclusive a mídia. A Tabela 1, a seguir, mostra como avaliar políticos nos termos desses quatro fatores. (Levitsky; Ziblatt, 2018, p.34-35)

Para os autores, “um político que se enquadre mesmo em apenas um desses critérios é motivo de preocupação”.

Esta tabela inspirou, por exemplo, um artigo científico intitulado “Como a democracia na escola morre: uma análise dos instrumentos jurídicos associados à educação brasileira (2020-2021), em que:

Esta pesquisa bibliográfica e documental objetivou identificar e analisar elementos autocráticos de instrumentos jurídicos publicados entre 2020 e 2021, com impacto na Rede Federal de Educação. Foram adaptados cinco indicadores de ações antidemocráticas para a área da educação, a partir dos quais os instrumentos jurídicos do governo foram analisados. Evidenciou-se, a partir desse trabalho, um conjunto de ações autocráticas do governo que colocam em risco as bases da democracia, mas também a possibilidade de resistir a elas. (Esposito, 2022, p.1)

Basicamente, eles repetem o formato da tabela, que tem os quatro pontos principais “1- Rejeição das regras democráticas do jogo; 2- Negação da legitimidade dos oponentes políticos; 3- Tolerância ou encorajamento à violência, 4- Propensão a restringir liberdades civis de oponentes, inclusive a mídia” (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018, p.35), e a partir destes quatro identificadores, traçaram paralelas com medidas no campo educacional com características de autoritarismo.

Ao longo da obra, são listadas as diversas crises geopolíticas e internas dos Estados Unidos, como o próprio povo reagiu e conseguiu manter a democracia, como exemplos positivos. Ao mesmo tempo, eles se indagam se, com Trump, a situação não seria diferente, por ele contar com armas inéditas e novas dinâmicas do sistema eleitoral.

É citado que, durante a Guerra do Vietnã, houve um racha no Partido Democrata que os levou à decisão de que quem ganhasse as eleições primárias seria o representante do partido à presidência. Isso facilitou a entrada de outsiders, que conseguem ser eleitos nas primárias através dos membros do partido, porque se mobilizaram pelas redes sociais, e o partido é obrigado a aceitar o resultado e oficializar o outsider como candidato. Donald Trump consegue mobilizar as redes sociais para apoiar os seus ataques à democracia, e existe claramente uma nova dinâmica em que em vez dos Republicanos e Democratas divergirem em questões econômicas, as chamadas pautas identitárias (etnia, religião, questões morais, entre outras) são o que mobiliza o eleitor nos ambientes virtuais, e por serem temas pessoais, despertam paixões e fúrias que não estão presentes no debate econômico.

Por fim, nos últimos dois capítulos, os autores sugerem maneiras de salvar as democracias e acabar com a recessão democrática. No entanto, eles dizem que, infelizmente, justamente pela nova dinâmica de polarização política causada pelas redes sociais, junto com a erosão das grades de proteção da democracia, é extremamente improvável que o Trump perca, em definitivo, os seus poderes políticos. O prognóstico do livro era de que o jogo político iria continuar cada vez mais caótico e que a luta pela democracia continuaria a ser

diária e travada batalha por batalha, como “pilotar um carro sem freio, em que o motorista tem que manter o carro na trajetória, sem bater em ninguém”.

E nessa nova realidade, a solução para a recessão democrática seria encontrar maneiras de conscientizar a população a não entrar no jogo da polarização e de haver uma ampla defesa da tolerância mútua, mesmo com discordâncias entre os lados políticos. Ou seja, ter em mente processos dialógicos. Para isso, é necessário que haja uma aliança entre pessoas que defendem a democracia e que se isolem aquelas que não a defendem, mesmo que os defensores da democracia sejam de polos opostos (centro-esquerda e centro-direita). E lutar para que o Congresso, o Judiciário, o sistema eleitoral e outros freios e contrapesos continuem agindo para barrar os excessos autoritários.

Apesar de não ser focado no Brasil, aqui a obra ganhou muita notoriedade, justamente com a eleição de Jair Bolsonaro e os diversos paralelos entre ambos os políticos, reforçando a ideia dos autores de que existe um método por trás e que existem razões em comum para este fenômeno ter se tornado comum nas últimas décadas, com a massificação das redes sociais como uma das principais causas. Em 2025, anos após o lançamento do livro, é possível verificar que os autores estavam muito certos sobre como a erosão da democracia é um método e como ele pode ser copiado em qualquer país de qualquer continente, desde que as mídias sociais existam sem regulamentação.

É importante notar que o fenômeno da polarização política no Brasil, fenômeno detalhado pelas duas obras anteriores, foi alvo de uma pesquisa com entrevistados, contida no artigo “Existe polarização política no Brasil: Análise das evidências em duas séries de pesquisas de opinião”, com perguntas que variavam desde a identidade política até o papel do Estado e opiniões sobre direitos sociais e de minorias. A conclusão dos pesquisadores, após as respostas do questionário e do material estudado, sobre a existência ou não de polarização política no Brasil, “é de que ela existe em todos os sentidos consagrados pela literatura citada” (Ortellado; Ribeiro; Zeine, 2022, p.25)

3. PAULO FREIRE E A CONSCIENTIZAÇÃO: DESVELANDO AS FAKE NEWS

3.1 Introdução a questões educacionais e o “Banco Infinito”

Uma vez que o capítulo um foi dedicado ao contexto político, tecnológico, histórico e econômico relacionado ao objeto de estudo, este capítulo dois detalha a conexão destes temas com o campo educacional, tendo em vista que a educação é a base desta dissertação.

Apesar de o referencial conter diversos autores da área da educação, tais como Mizukami, ou autores que estabelecem “pontes” entre suas respectivas áreas e a educação, as ideias de Paulo Freire serão a base deste capítulo. Ao longo de quatro subcapítulos, este primeiro é dedicado a fazer uma introdução com uma breve história da educação, destacando três pontos:

- Sobre a universalização da educação como direito do cidadão e, sobretudo, uma conquista política
- Breve explicação sobre o surgimento de abordagens pedagógicas e teorias da educação, com ênfase na Pedagogia Libertadora de Paulo Freire, e a sua contraposição à abordagem pedagógica tradicional
- Em um dos argumentos centrais da dissertação, que é falar o porquê da internet ser uma mídia e ferramenta que, mesmo sendo estudada com seriedade por acadêmicos e a sociedade como um todo, não é possível entender a real dimensão das capacidades e perigos que ela oferece. E o motivo é baseado num argumento lógico: Por um lado, enquanto acadêmicos contemporâneos do Paulo Freire e Sérgio Guimarães, tais como os sociólogos Georges Friedmann e Louis Porcher, na década de 60 e 70, já demonstrarem sua preocupação com as mídias criando a chamada “escola paralela” (Freire e Guimarães, 2013), diferente de todas as mídias ou meio de comunicação ao longo da história da humanidade, a internet é o primeiro

repositório de informações e meio de comunicação que, ao mesmo tempo, possui quatro características: a quantidade de informações beira o infinito, a comunicação entre seres é feita de forma instantânea, uma informação específica pode ser pesquisada e recebida instantaneamente por crianças e adolescentes, e por fim, estes recebem informações por meios em que não há filtros ou métodos(ou são muito falíveis) para barrar informações falsas e conteúdo que promove radicalização.

Diferente de meios de comunicação e distribuição de informação anteriores a ela, a internet consegue, ao mesmo tempo, reunir uma quantidade de informações que beira o infinito e as oferecer de maneira instantânea e sem filtros específicos para crianças e adolescentes em idade escolar. E isso teria uma consequência lógica muito séria, quando o assunto é analisar as bases teóricas de diferentes abordagens pedagógicas, sobretudo, como ela acaba ressaltando a importância da pedagogia libertadora e do pensamento crítico, e como ela decreta a extrema defasagem da pedagogia tradicional e do ensino bancário. A fonte principal, mas não a única, de informações sobre abordagens pedagógicas é o livro *Ensino: As abordagens do processo*, de Maria da Graça Nicoletti Mizukami.

No capítulo 3.2, são utilizadas a Pedagogia do Oprimido e a Pedagogia da Autonomia para demonstrar a maioria dos principais elementos do pensamento do autor, do ponto de vista teórico e do ponto de vista da prática educacional, e quais seriam relevantes para os objetivos propostos.

O capítulo 3.3 se dedica, especificamente, a falar sobre a conexão indissociável entre educação e política, sobre como a educação libertadora tem a luta política como consequência natural, e como a educação ganha sentido de existir quando a práxis está presente, a partir de conceitos do Pedagogia do Oprimido (1987), Pedagogia da Autonomia (1996), Pedagogia da Esperança: um reencontro com o Pedagogia do Oprimido (1992), e Política e Educação (2001)

Por fim, no capítulo 3.4, com o *Educar com a mídia: Novos diálogos sobre educação* (2013), lançado pela Editora Paz e Terra a partir de textos produzidos

por Paulo Freire e Sérgio Guimarães, o foco é dissertar sobre como a educação e a escola dialogam com os meios de comunicação e distribuição de informações do mundo, recontextualizando textos que foram escritos décadas antes do acesso à internet ser massificado. Para servir de complementação, sobretudo do ponto de vista temporal, é utilizado um livro do economista Ladislau Dowbor, chamado Tecnologias do Conhecimento: Os desafios da educação (2013), que tem, do ponto de vista prático e de aplicações das mídias, propostas e teses semelhantes às do livro de Freire e Guimarães. Por ter sido escrito décadas após os textos originais dos dois educadores citados, a edição de 2013 faz com que, do ponto de vista tecnológico, o livro de Dowbor seja mais atualizado por ter sido escrito no contexto da “Sociedade do Conhecimento”, caracterizada pela massificação da internet e tecnologias atreladas a ela (Dowbor, 2013). Por isso, é possível fazer uma espécie de diálogo entre a fundamentação teórica, sugestão de políticas educacionais e alertas de Freire/Guimarães, e comparar com as análises e descrições de Dowbor sobre a conexão da tecnologia com a educação.

Dito isso...

A educação como serviço público, universal e obrigatório, direito e dever de todo cidadão menor de idade, não caiu do céu. Atualmente, no Brasil e na maioria dos países do mundo, o ensino público é, como citado, um direito regulamentado por um conjunto de leis em constituições que, muitas vezes, só foram escritas através de muito suor e sangue. Durante boa parte da história civilizacional e sedentária da humanidade, que começou em torno de 4000 A.C, a educação não era universal, muitas vezes era algo reservado para as elites, nobreza e clero. Durante o início da Revolução Industrial na Europa, que começa no final do século XVIII na Inglaterra e no início do século XIX na Europa Ocidental, não havia leis ou limites para o uso, na força de trabalho, de homens, mulheres ou crianças. Todos podiam trabalhar no chão de fábrica em condições precárias com uma carga horária de trabalho absurdamente alta, muitas vezes correndo sérios riscos à saúde ou à própria vida devido a acidentes trabalhistas, sem direitos e ganhando um salário baixíssimo. O pagamento, é claro, era parte do esquema para manter os trabalhadores necessitados.

Nestes parágrafos iniciais, muitas ideias foram extraídas do artigo “Direito à educação: direito à igualdade, direito à diferença”, de Carlos Roberto Jamil Cury, enquanto a história da educação é de Thomas Marshall, dentro do artigo citado. Para dar um exemplo, Cury disserta em cima de citações diretas do autor, como por exemplo:

Para o autor, a história do direito à educação escolar é semelhante à luta por uma legislação protetora dos trabalhadores da indústria nascente, pois, em ambos os casos, foi no século XIX que se lançaram as bases para os direitos sociais como integrantes da cidadania. Segundo Marshall, "a educação é um pré-requisito necessário da liberdade civil" e, como tal, um pré-requisito do exercício de outros direitos. O Estado, neste caso, ao interferir no contrato social, não estava conflitando com os direitos civis. Afinal, esses devem ser utilizados por pessoas inteligentes e de bom senso e, para tanto, segundo o autor, o ler e o escrever são indispensáveis (Cury, 2002).

Portanto, a partir da sindicalização dos trabalhadores e da organização de movimentos sociais baseados em princípios de pensadores e catedráticos iluministas, começou a se criar o consenso de que eram necessários direitos trabalhistas, o que incluía proibir que crianças e adolescentes trabalhassem. No lugar, era necessário que as crianças fossem à escola, para que, de acordo com esses princípios, elas tivessem acesso ao conhecimento construído pelos seres humanos e, conseqüentemente, se tornassem cidadãs conscientes, capazes de eleger políticos que representem os interesses do seu país (CURY, 2002).

Fazendo uma observação, é importante dizer que, na obra Vigiar e Punir, Foucault descreve com maestria que ambientes públicos (escolas, hospitais, igrejas, entre outros) fazem parte de um ecossistema social com o intuito de, além de prover serviços essenciais à população, dar a constante sensação de que aquele indivíduo está sendo constantemente observado e, conseqüentemente, será pego e julgado se cometer um crime. Ao invés de usarem punições conhecidas como “suplícios”, para causarem medo no coração

de quem ousasse quebrar a lei, as forças do estado perceberam que era mais prático e eficaz criar a sensação de vigilância constante, como é bem descrito na metáfora foucaltiana do Panóptico. A escola faz parte desse sistema de várias maneiras; em primeiro lugar, quando a criança entende que o corpo docente e outros funcionários da escola estão constantemente observando o aluno, para que ele não seja indisciplinado. Em segundo, quando o sinal nos intervalos é uma maneira de ensinar disciplina e controle do tempo produtivo, e, em último, caso o aluno quebre as regras, a palmatória é o exemplo perfeito do que Foucault denominava “disciplinar os corpos”, com o intuito de produzir “corpos dóceis”. Era um castigo duro, porém apenas simbólico para ensinar à criança que, caso ela seja indisciplinada ou quebre as regras, ela terá punições que, relativamente, são muito piores. Se ela quebrar as regras quando adulta, ela não estará sendo indisciplinada; ela estará quebrando as leis e, por isso, terá uma punição muito pior: a prisão. (Foucault, 1987)

Mas é claro que, desde a sua criação, a escola pública também tem como norte prover o conhecimento para crianças que, no futuro, serão cidadãos plenos. Independentemente de quais fossem as motivações mais significativas e relevantes que levaram os países recém-industrializados da Europa a investir na educação pública, o importante é que, no início do século XX, principalmente nos países da região ocidental do continente, a educação pública havia se tornado direito e dever da criança e do adolescente, universal. Com esta conquista, a escola passou a ser uma das instituições basilares de qualquer sociedade dita civilizada que busca ter cidadãos bem informados e desenvolver novas tecnologias. Vale destacar que a escola universal, de pedagogia tradicional, também foi defendida por grandes agentes econômicos, por entenderem que, a partir da Revolução Industrial, a produtividade estava atrelada a inovações tecnológicas que surgiam a partir de cidadãos com educação formal e acadêmica, e que a indústria necessita de profissionais especializados. Portanto, a educação universal, mas no modelo tradicional, era de interesse dos grandes industriários (CURY, 2002)

Com a universalização da educação básica na Europa, a educação tornou-se um campo de estudos acadêmicos essencial, pois uma boa formação

de professores significa formar os bons profissionais, que formarão outros profissionais. Para além de questões de produtividade, os professores passam a ser os responsáveis, do ponto de vista da abordagem tradicional, por depositar informações e moldar o conhecimento de todas as crianças de um país, assim como políticas educacionais passarão a ser moldadas a partir de um referencial teórico de acadêmicos, que irão debater e implementar as melhores ideias exequíveis em nível federal e estadual. Portanto, a formação de profissionais bem capacitados em todas as áreas e capazes de pensar em inovações tecnológicas para a evolução da humanidade passa, necessariamente, pelo estudo de como ensinar e ensinar como ensinar. Ao longo do século XX, ao redor do mundo, os direitos e deveres relacionados à educação foram sendo expandidos, através da luta de movimentos sociais e da eleição de agentes políticos interessados em expandir os deveres legislativos do Estado, juntamente com o aumento da alocação do orçamento de um país para a área.

Ao longo do século XX, buscando superar as limitações do modelo de ensino tradicional, diversas abordagens pedagógicas, ou correntes pedagógicas, foram criadas, que possuem relevância na academia até os dias atuais. As novas correntes possuem diferentes fundamentos, seja por causa de evoluções no entendimento da biologia e do comportamento, como é o caso do behaviorismo de Skinner, seja por causa de teorias criadas a partir de evoluções no campo da psicologia, como é o caso do construtivismo de Jean Piaget. Para esta dissertação, quando é pensado nas intervenções propostas para os objetivos específicos, a abordagem pedagógica mais relevante seria a abordagem sócio-cultural, que abarca a pedagogia libertadora, que tem como seu principal representante o educador brasileiro Paulo Freire. (MIZUKAMI, 1986). Vale destacar que, em certos pontos detalhados por Mizukami, as bases teóricas da Abordagem Cognitivista vão de encontro à Abordagem Sociocultural e ao pensamento freiriano, e que, apesar do campo educacional estar em constante evolução, tanto do ponto de vista teórico/acadêmico como do ponto de vista prático/contexto escolar, o contexto escolar atual ainda mantém muitos alicerces da abordagem tradicional, com a pedagogia libertadora tecendo fortes críticas e contrapontos a esses elementos.

Como será descrito nas páginas seguintes, com a invenção da internet, é possível criar um argumento baseado numa lógica relativamente simples, em que o modelo de educação bancária e verticalizada, em que a escola seria a principal detentora do conhecimento a ser repassado aos alunos, e o professor se porta de maneira antidialógica, tornou-se algo, definitivamente, muito defasado.

Assim como o século anterior deu origem a diversas correntes pedagógicas, o mundo passou por diversas mudanças na sua forma de se organizar politicamente, economicamente e socialmente, junto com múltiplas revoluções na ciência e tecnologia. Como é sintetizado por Mizukami, os fundamentos teóricos de diversas abordagens pedagógicas foram estabelecidos a partir de evoluções nos campos da biologia, da neurociência, da psicologia, da própria educação, entre outras áreas. Por isso, seria mais do que natural argumentar que, a partir de novas evoluções científicas e tecnológicas, desenvolvidas *a posteriori*, os fundamentos teóricos de todas as abordagens pedagógicas podem ganhar mérito e reforços bibliográficos, ou perderem mérito e serem contestadas. Após a Revolução Industrial, a tecnologia e a produtividade aumentaram de maneira exponencial; portanto, poucos anos ou poucas décadas podem ser o bastante para gerar mudanças drásticas nas tecnologias.

Para dar alguns exemplos, na alvorada do século XX, o debate entre Santos Dumont e os Irmãos Wright sobre a autoria da invenção do avião ainda não existia, assim como a cavalaria de um exército ainda era peça-chave de estrategistas militares para dar suporte à infantaria, porque os tanques de guerra, o substituto natural dos cavalos, sequer existiam. No entanto, em 1945, menos de meio século após o início do século XX, os EUA foram capazes de utilizar tais aviões para jogar uma arma de destruição em massa, a bomba nuclear, em Hiroshima e Nagasaki. E a partir da invenção da bomba nuclear, é dado início à Guerra Fria, que tem como base, justamente, a corrida nuclear entre EUA e URSS. Esses são exemplos de como, no espaço de poucos anos ou décadas, uma única tecnologia, ou o conjunto delas, pode mudar drasticamente a forma dos seres humanos se organizarem. E se, como um todo, as formas de

organização da sociedade mudarem drasticamente, por que a educação não iria?

Como foi mencionado anteriormente, a invenção da internet foi uma mudança drástica na maneira de obter e distribuir informações, inclusive entre crianças e adolescentes, e, conseqüentemente, tem impacto na questão escolar. Até o fim deste subcapítulo, será detalhado como esta tecnologia tem conseqüências muito significativas para as correntes pedagógicas e como, especificamente, a pedagogia libertadora de Paulo Freire oferece perspectivas sobre como conduzir o processo de construção do conhecimento.

Na segunda metade do século XX, a internet estava restrita a meios acadêmicos, com o fim de compartilhar produção científica e descobertas. Nos anos 90 houve a criação do World Wide Web, assim como o primeiro navegador para o público geral (1993), o Mosaic. Isso coloca em perspectiva o fato de que, em 2023, apenas trinta anos após a data referida, 156 milhões de brasileiros (84%) possuem acesso à World Wide Web, redes sociais e ferramentas de pesquisa, inclusive para 69% dos cidadãos de classes D e E (CARTACAPITAL, 2023). Portanto, as principais correntes pedagógicas do século XX foram construídas num mundo muito diferente, no que tange à rapidez no compartilhamento de informações. Num espaço de tempo relativamente curto, em apenas três décadas, uma tecnologia recém-inventada e disponibilizada ao público tornou-se, praticamente, universal na população brasileira. Vale destacar que, no início do século XXI, Seul já era denominada a “capital mundial da banda larga”.

Antes do acesso à internet, crianças e adolescentes no fim do século XX tinham diversas opções para aprender sobre o mundo: através da escola, por pessoas ao redor dela, coisas que a TV mostrava (sobretudo conteúdos voltados para o público infantojuvenil), livros e revistas que estavam ao seu alcance, entre outros. É uma diferença bem considerável se compararmos com a realidade de uma criança europeia no final do século XIX: o modelo da escola tradicional era o padrão, e os meios de acesso a informações sobre o mundo eram muito limitados, fazendo com que a escola fosse responsável por muito do que a criança e o adolescente viriam a aprender.

No entanto, em ambas as situações, essas crianças têm algo em comum: a quantidade de informação prontamente disponível para uma criança, por limitações tecnológicas, sempre se manteve limitada, apesar de novas invenções e do aumento dos tipos de mídia audiovisual, e esta informação sempre passava por algum processo de filtragem de conteúdo. É a partir da internet de banda larga que qualquer tipo de barreira para os alunos, seja do ponto de vista da quantidade de informações ou da moderação/filtragem, foi removido. Vale destacar que, no capítulo 3.4, os livros Educar Para a Mídia e Tecnologias do Conhecimento referenciam muitas das informações descritas nos próximos parágrafos.

Não é nem um pouco incomum que crianças de três a cinco anos, que sequer iniciaram o ensino fundamental e mal aprenderam a ler e escrever, já possuam acesso a um dispositivo eletrônico que, em teoria, oferece uma quantidade de informações sobre o mundo que tende ao infinito, através de ferramentas de pesquisa, podendo elas serem verdadeiras, ou falsas. Se antes a obtenção de informações era limitada, selecionada e ofertada de maneira controlada pela escola, pessoas próximas, meios de comunicação ou mídias de uma forma geral, agora uma simples pesquisa Google resulta, instantaneamente, num mar de artigos, textos, opiniões, vídeos que, possivelmente ou não, passaram por processos de filtragem e seleção de informações. Naturalmente, as escolas do início do século XXI buscaram se antecipar a essa mudança, ao pedir que os alunos não fizessem o famigerado “copia e cola” e que eles pesquisassem as informações a fundo. No entanto, o receio das crianças plagiarem uma página da *Wikipedia* numa pesquisa escolar, ou questões mais pedestres não eram, nem de perto, o maior medo que as escolas, e a própria sociedade, deveria ter.

Apesar da divulgação e distribuição do conhecimento científico ter sido massivamente facilitada com a internet, assim também é com conteúdo que contradizem o conhecimento científico, ou ataca o próprio método científico. Notícias impactantes, que são divulgadas quase que em tempo real para o mundo inteiro, como o início da invasão russa à Ucrânia, imediatamente são alvo

de uma infinidade de especulações e informações falsas, confundindo ou até gerando desinteresse nas pessoas, por elas não saberem o que é real ou não. O termo para esta confusão se chama “information overload”.

Paralelamente, a criação de redes sociais ou fóruns em que o anonimato é total e garantido; portanto, o usuário tem liberdade de falar o que quiser sem ser descoberto, facilitando drasticamente a organização de grupos que têm, como base, fazer discursos de ódio a qualquer tipo de minoria (EMPOLI, 2019). Nesses “endereço virtuais”, é permitido até planejar atentados terroristas contra grupos minoritários ou instituições públicas, como uma escola. Isso facilitou demais a organização de células neonazistas na Europa, que promovem as suas ideias com tranquilidade e tentam cooptar mais pessoas em redes sociais diversas, através dos chamados *dog whistles*, mensagens veladas de cunho preconceituoso. Quando alguém chama a atenção, a pessoa fala que era “apenas uma piada/meme”, sem repercussões sérias. Os Atentados de Christchurch, por exemplo, foram cometidos por Brenton Harrison Tarrant (28), que começou a acessar o 4chan e redes sociais similares com apenas 14 anos e teve o seu pensamento moldado por elas, inclusive anunciando lá o dia e horário do massacre. Em partes, o sentimento de comunidade pode suprir a sensação de não-pertencimento que muitos adolescentes e jovens adultos sentem, o que explicaria a alta porcentagem desse público nessas redes sociais, uma faceta especialmente perigosa quando o assunto é a educação e saúde mental de jovens em idade escolar.

Mas para além desses exemplos, foi denominada a internet como o “banco infinito” para fazer um trocadilho com a educação bancária. Ora, na abordagem tradicional, bancária e vertical, o professor e a escola são os detentores das informações a serem depositadas na cabeça dos alunos, como se fossem um banco. No entanto, como, em 2026, qualquer escola poderia funcionar assim, se a quantidade de informações depositadas pelos professores e o material didático é finita e limitada (apesar de filtrada, mastigada e revisada por pares), enquanto a internet disponibiliza de forma instantânea uma quantidade de informações infinitamente maior que o conteúdo escolar? Não seria redundante a escola manter um sistema de ensino em que o seu papel

principal é transferir informações ao aluno, sem que ele tenha a possibilidade de questioná-las, quando a própria internet consegue transferir qualquer informação de maneira quase instantânea, sem a necessidade de intermediários ou de estar em certos locais. Em suma, infinitamente mais eficaz.

Esta pesquisa não tenta demonstrar teses; no entanto, é possível pegar um exemplo hipotético para demonstrar como, nesse contexto, a pedagogia libertadora de Paulo Freire já oferece algumas luzes e consegue definir perfeitamente o papel da escola nesse contexto tecnológico. Os motivos pelos quais as informações na escola possuem valor, apesar da existência da internet, não é porque ela detém o monopólio de informações a serem depositadas na cabeça do aluno, mas porque o conhecimento condensado nos livros didáticos e do corpo docente foi construído a partir de pesquisas, leituras, método científico, em contextos de dialogicidade, e devidamente filtrado para que o aluno pudesse absorver informações que estão alinhadas com as ciências. E no ambiente da sala de aula, quando o debate acerca do conteúdo didático é estimulado para que haja a construção do conhecimento, o aluno é obrigado a confrontar as informações que ele recebe na internet, por causa das opiniões de outros alunos e dos professores. E quando a escola estimula o pensamento crítico, a criança e o adolescente vêm a ser adultos que, ao longo da sua vida, serão capazes de refletir de maneira crítica sobre as informações que eles pesquisam e entendem que o debate saudável com outras pessoas é o caminho da sabedoria.

Ao Freire propor que:

[...]ninguém educa ninguém, como tampouco ninguém se educa a si mesmo: os homens se educam em comunhão, mediatizados pelo mundo. Mediatizados pelos objetos cognoscíveis que, na prática “bancária”, são possuídos pelo educador que os descreve ou os deposita nos educandos passivos. (Freire, 1987, p. 39)

Já é demonstrado o caminho para estimular o aluno a construir o seu próprio conhecimento: por meio do pensamento crítico, da reflexão e do debate de ideias de forma horizontal. Num exemplo hipotético, se um aluno assiste um professor de História simplesmente depositar informações sobre um período histórico, não há debate sobre o assunto e sobre as fontes utilizadas, e depois de ir para casa, ele assiste a um documentário sobre o mesmo assunto no Youtube, que está cheio de revisionismos históricos, informações falsas, e contradiz todo o material didático, ele não terá como distinguir o que é verdadeiro ou falso. Agora: se o conteúdo e as fontes são descritas e debatidas em sala de aula, e este aluno tem a oportunidade de alegar que as informações do livro didático estão erradas porque tal documentário refuta o que é ensinado; à partir desta menção, os alunos e professores começarão a debater mais ainda sobre o assunto, cada pessoa irá vocalizar os seus argumentos e reflexões, o professor pode demonstrar que as fontes do documentário são questionáveis, explicar que o livro didático tem fontes fiáveis, entre outras ações.

A partir daí, algo ótimo pode acontecer: Não só o aluno que assistiu o documentário, mas todos os alunos presentes na sala de aula, vão descobrir que este documentário possui revisionismos históricos e argumentos errôneos, vão descobrir quais foram os autores fraudulentos (e se o algoritmo sugerir o vídeo no *feed* particular, eles já estarão cientes), e ainda terão o aprendizado de que, por mais que um vídeo ou documentário possa parecer verdade quando você assiste, questionar a realidade pode mostrar que, qualquer coisa, pode possuir apenas o verniz da legitimidade, e não a legitimidade em si.

Resumindo o argumento, a educação bancária não faz sentido a partir do momento em que a internet surge, porque não é só uma questão da escola não ter a maior quantidade possível de informações que um aluno pode absorver; é que a internet possibilita o acesso instantâneo e não local a uma quantidade de informações tão grande que, **de certa forma**, a internet é “o infinito”. É como a representação do próprio universo, como a descrição da Biblioteca de Babel, porém imaterial. No entanto, mesmo com sua infinitude, diferente do material didático, as informações da internet não têm a garantia de terem sido

processadas, filtradas e examinadas pelo consenso científico. Mas todo esse infinito possui uma limitação, que será abordada nas considerações finais.

A escola não é um depósito amorfo de informações, um amontoado de silício sem vida, em que o internauta está sozinho com os seus pensamentos, lendo a opinião de usuários anônimos e, por vezes, assistindo a conteúdos produzidos inteiramente por *bots*. A escola é, assim, um lugar em que o conhecimento é construído e transmitido a partir de informações selecionadas, fiáveis, mas que, acima de tudo, é através do debate saudável entre seres humanos que constroem juntos o conhecimento. Portanto, a verdadeira força da escola é estimular o aluno a ter pensamento crítico, ser autônomo e torná-lo capaz de construir o seu próprio conhecimento e se acostumar com pessoas que discordam da sua visão de mundo.

Nas considerações finais, alguns dos pontos levantados nestes últimos parágrafos, sobretudo referentes a qual seria a verdadeira força da escola, serão retomados para traçar uma linha argumentativa sobre o que a escola representa a ponto de “sê-lo”, da mesma maneira que a internet, do ponto de vista das informações, seria a representação do infinito.

Por fim, para utilizar uma citação de Freire, contida no capítulo dois de Pedagogia da Autonomia, intitulada “Ensinar não é transferir conhecimento”, é dito que a formação de docentes, numa perspectiva progressista, é formar docentes com a consciência de que “*Saber que ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção*” (Freire, 1996, p.25). Eis aí a pedagogia libertadora que, de um certo ponto de vista, sem pensar ou falar sobre a internet, acaba demonstrando através da lógica que, por um lado, a invenção da internet foi um golpe tão acidental quanto destruidor. Por outro lado, quando as redes sociais são removidas da equação, a internet seria apenas um banco de informações pelo qual o indivíduo autônomo poderia acessar outras mídias, buscar sobre qualquer tema e construir o conhecimento a partir do pensamento crítico formado pela educação libertadora.

Perante a internet, a ideia da escola bancária e seus defensores, como a autoridade máxima e grande detentora das informações a serem repassadas aos alunos, cessam ao ver que outro valor mais alto se levanta, porque agora existe um banco de informações que, na prática, seria infinitamente maior que o dela. Por outro lado, um professor de História ou Geografia/atualidades, por exemplo, que tem uma formação progressista e leciona numa escola com a mesma abordagem, pode olhar tranquilamente nos olhos de um aluno e, numa interpretação livre, falar algo do tipo:

“Meninos e meninas, a internet é uma ferramenta incrível e um banco de informações excelente, mas cheia de informações falsas, agentes políticos que buscam disseminar *fake news* e discursos de ódio a minorias, e narrativas em prol de uma elite econômica, com o intuito de obter poder e vantagens econômicas. A minha missão não é depositar, de forma bancária e vertical, as “informações corretas”, é formá-los para que vocês se tornem adultos autônomos, capazes de pensar criticamente os textos, vídeos, *podcasts*, documentários, artigos jornalísticos, entre outros materiais que vocês assistem no ambiente virtual, e de forma dialógica, debater o que você viu com colegas em sala de aula, para que, em outros ambientes, vocês façam o mesmo. Para um jovem, 12 anos de ensino fundamental e médio podem parecer um longo tempo, mas as suas respectivas vidas serão muito mais longas do que isso. As informações sobre o mundo já estão na internet; aqui irei mostrar os conhecimentos básicos sobre História/geografia/atualidades, mas sempre que vocês quiserem ir além do conteúdo programático, e quando vocês estiverem devidamente formados, é o pensamento crítico e a práxis, desenvolvidos neste curto período em que estaremos juntos, que permitirão que vocês construam o próprio conhecimento, junto com outros indivíduos, pelo resto de suas vidas”.

3.2 Bases teóricas da educação freiriana

Uma vez que o capítulo dois se dedicou a falar sobre o contexto político, tecnológico, histórico e econômico relacionado ao objeto de estudo, este capítulo três será dedicado a falar sobre a relação destes temas com o campo educacional, tendo em vista que a educação é a base desta dissertação.

Apesar da presença de outros autores, as ideias de Paulo Freire servirão de base para este capítulo. No capítulo 3.2, utilizam-se, sobretudo, os livros *Pedagogia do Oprimido* e *Pedagogia da Autonomia* para dissertar sobre as principais características do pensamento do autor e sobre quais são relevantes para os objetivos propostos. O capítulo 3.3. Se dedica, especificamente, a falar sobre a conexão indissociável entre educação e política a partir de ambos os livros anteriores, assim como de *Pedagogia da Esperança* e de *Política e Educação*. Por fim, a partir de *Educar com a mídia: Novos diálogos sobre educação*, com o auxílio da obra *Tecnologias do Conhecimento: Os desafios da educação*, do economista Ladislau Dowbor, o foco é dissertar sobre como a educação e a escola dialogam com os meios de comunicação e de distribuição de informações do mundo, recontextualizando os textos de Freire e Guimarães para o tempo presente e o que é exposto por Dowbor.

A conexão da *Pedagogia da Autonomia* e da *Pedagogia do Oprimido* se deve ao fato de que, apesar do primeiro ter sido escrito quase duas décadas e meia após o segundo, a *Pedagogia do Oprimido* é considerada a obra mais relevante de Freire, contendo as ideias que norteariam as suas futuras obras. Enquanto isso, a *Pedagogia da Autonomia* é escrita com a intenção de ser a síntese do pensamento freiriano, propondo-se a ser uma espécie de “guia” ou conjunto de diretrizes sobre como o docente deve pensar e exercitar o ato de lecionar. Portanto, é possível afirmar que o *Pedagogia do Oprimido* e *Pedagogia da Autonomia* são fortemente complementares no sentido de que o foco do primeiro é estabelecer as bases teóricas da pedagogia libertadora, enquanto o segundo detalha como deve ser a prática docente, a partir da base teórica.

Esta intenção fica clara justamente no primeiro parágrafo do primeiro capítulo do livro, em que Freire diz:

Devo deixar claro que, embora seja meu interesse central considerar neste texto saberes que me parecem indispensáveis à prática docente de educadoras ou educadores críticos, progressistas, alguns deles são igualmente necessários a educadores conservadores. São saberes demandados pela prática educativa em si mesma, qualquer que seja a opção política do educador ou educadora (Freire, 1996, p. 12)

Ao mesmo tempo, uma citação que define bem a ideia de Freire sobre a necessidade da educação ter um propósito humanístico, que dê conta das necessidades do ser humano, está no capítulo 3.7. Ensinar exige reconhecer que a educação é ideológica, em que ele diz:

O progresso científico e tecnológico que não responde fundamentalmente aos interesses humanos, às necessidades de nossa existência, perdem, para mim, sua significação. A todo avanço tecnológico haveria de corresponder o empenho real de resposta imediata a qualquer desafio que pusesse em risco a alegria de viver dos homens e mulheres do educador ou educadora (Freire, 1996, p. 67)

Freire já se dedicou a trabalhos sobre a dinâmica das mídias globais e sobre quais seriam as suas intersecções com a educação, no livro Educar com a Mídia. Portanto, os problemas descritos no objeto do trabalho são questões que, dentro do cotidiano escolar, devem ser abordados, e ser encontrado soluções através da prática pedagógica, na medida que a disseminação de informações falsas e discursos de ódio não apenas contrariam questões factuais e científicas, mas também são questões que atingem o bem-estar da população.

Após esses pressupostos, é possível listar alguns conceitos-chave que estão presentes nas duas obras base deste capítulo, e como elas estão

relacionadas ao objeto de estudo, como: educação dialógica X educação antidialógica, desvelamento da opressão e suas estruturas, indissociabilidade da política com a educação, a práxis como a união da reflexão e ação, e o objetivo da educação ser a formação de um cidadão com pensamento crítico e autônomo, sujeito da sua própria história.

Possivelmente, o conceito que é a base da Pedagogia do Oprimido é a oposição entre educação dialógica e educação antidialógica. A “dialogicidade” e a “antidialogicidade” são conceitos extrapolados para outras situações, referentes a dinâmicas de sociedade e poder político, mas por enquanto, o foco será explicar a oposição entre ambos, no campo da educação.

A educação antidialógica seria um sinônimo de “educação bancária e vertical”, enquanto a educação dialógica seria um sinônimo de “educação libertadora e horizontal”, na medida em que também existem o “educador bancário” e o “educador problematizador”.

Na abordagem pedagógica tradicional, a ideia de ensino é baseada na metáfora freireana de “depositar” o conhecimento na cabeça do aluno, como se fosse um banco (eis o termo “bancário”), e a maneira bancária de transferir conhecimento é feita a partir de um educador que se coloca numa posição de superioridade ao educando, sem dar margem ao contraditório, como se o educador estivesse “acima” do educando (eis o termo “vertical”), transferindo de cima para baixo, de uma forma autoritária.

Enquanto a educação ou pedagogia libertadora seria “problematizadora”, pois tem como base o diálogo e a constante reflexão e problematização do mundo, o oposto do modelo bancário. Ela seria horizontal, porque ela ocorre num contexto em que o educador e o educando estão no mesmo nível, o educador vira um “educador-educando”, e o educando vira um “educando-educador”. Para que não se sobreponham, ambos são agentes que constroem juntos o conhecimento e são construídos por aqueles que compartilham o conhecimento com eles, sem autoritarismo. Freire utiliza o termo “educação dialógica” para se referir à natureza da pedagogia libertadora, na medida em que o educador e o

educando mantêm um diálogo respeitoso e intelectualmente estimulante, problematizando e refletindo juntos sobre o mundo. Enquanto a educação bancária é vertical, que consiste em um educador depositando informações na cabeça de um aluno, de um ponto de vista superior (verticalmente), e autoritária, seria uma “educação antidialógica”.

E a partir daí, seria possível extrapolar os adjetivos “dialógico” e “antidialógico” para outros processos na sociedade que possuem paralelos. O autoritarismo e os mecanismos de opressão e “domesticação das massas” seriam, por exemplo, processos antidialógicos. Por outro lado, uma pessoa que possui influência e trabalha para disseminar o conhecimento e os conceitos de justiça, na busca de um mundo mais igualitário, a partir da conscientização das massas, seria um exemplo de processo dialógico, em que o fim seria a “libertação” dos “oprimidos”. Assim, a pedagogia libertadora é chamada assim porque a liberdade, seja no sentido democrático ou a liberdade de viver num mundo em que os seus direitos humanos básicos são garantidos, é o objetivo final da educação libertadora.

Esses últimos parágrafos são sintetizados no segundo capítulo da Pedagogia do Oprimido, logo na intersecção do subcapítulo “Ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo”:

O antagonismo entre as duas concepções, uma, a “bancária”, que serve à dominação; outra, a problematizadora, que serve à libertação, toma corpo exatamente aí. Enquanto a primeira, necessariamente, mantém a contradição educador-educandos, a segunda realiza a superação.

Para manter a contradição, a concepção “bancária” nega a dialogicidade como essência da educação e se faz antidialógica; para realizar a superação, a educação problematizadora – situação gnosiológica – afirma a dialogicidade e se faz dialógica[...]

Em verdade, não seria possível à educação problematizadora, que rompe com os esquemas verticais característicos da educação bancária, realizar-se como prática da liberdade, sem

superar a contradição entre o educador e os educandos. Como também não lhe seria possível fazê-lo fora do diálogo[...]

Desta maneira, o educador já não é o que apenas educa, mas o que, enquanto educa, é educado, em diálogo com o educando que, ao ser educado, também educa. Ambos, assim, se tornam sujeitos do processo em que crescem juntos e em que os “argumentos de autoridade” já, não valem. Em que, para ser-se, funcionalmente, autoridade, se necessita de estar **sendo** com as liberdades e não **contra** elas.

(Freire, 1987, p. 39)

A educação dialógica, por exemplo, seria uma antítese do radicalismo e da não-aceitação de perspectivas diferentes sobre um mesmo tema, na medida em que estimula a troca de conhecimentos entre educador e educando e a investigação e a problematização das informações que ele recebe, em vez de transformar o aluno num receptáculo de qualquer informação que é enviada a ele, tal como a educação bancária. O cidadão autônomo, que analisa criticamente a realidade, seria alguém que consegue identificar quando uma informação obtida no meio virtual contradiz um conhecimento prévio e, a partir daí, pesquisar novas informações e analisar se elas vão de encontro ou não aos fatos.

A dissertação parte do pressuposto de que é perfeitamente possível a educação ser uma forma de resistência às tentativas de manipulação pública, através das mídias digitais, algo trabalhado no capítulo 3.4 Ou seja, que é possível, por exemplo, ensinar aos alunos como as *big techs* de redes sociais empregam meios para influenciar o usuário a utilizar compulsivamente o seu serviço, com o intuito de maximizar o número de horas gasto nesses aplicativos, consequentemente aumentando a receita obtida por empresas que anunciam os seus serviços nessas mesmas redes.

De acordo com o documentário “O Dilema das Redes”, que vai de encontro com as citações de Empoli (2019), um desses métodos é impulsionar conteúdos que visam gerar contradições e confrontos entre aqueles que usam

as redes, incentivando os usuários a interagir de maneira emocionalmente negativa, e deixando o raciocínio lógico de lado. Os resultados eleitorais impactados pelo Cambridge Analytica, citados por Como as Democracias Morrem, são um exemplo importante de manipulação da opinião pública, ao mesmo tempo que, em teoria, o impacto dessa manipulação política seria menor se todos os que recebessem uma corrente ou anúncio falso procurassem fontes fiáveis sobre o assunto.

Ambos os engenheiros do caos, como as próprias redes sociais, são agentes que estariam de perfeito acordo com o que Freire descreve como “opacizadores” ou “mitificadores da realidade”. Estes seriam grupos com interesse em representar a realidade como algo que foge da compreensão e “jogar um véu” em cima das injustiças econômicas e sociais que assolam a humanidade, com o intuito de dificultar a organização do raciocínio de homens e mulheres que, com a educação, teriam o conhecimento necessário para ir contra essas estruturas de injustiça. “Jogar um véu” para escurecer/cobrir a realidade, ou, tal como as mitologias antigas buscavam explicações sobrenaturais para fenômenos naturais, a mitificação da realidade seria convencer as pessoas de que compreender a realidade do mundo é algo sobrenatural. Esse é o objetivo das *fake news* e dos discursos de ódio: confundir a mente das pessoas sobre o que é certo ou errado, muitas vezes para transmitir falsas ideias em prol das elites econômicas, aliadas a partidos de extrema-direita, que buscam “provar” que minorias merecem o ódio despejado nelas.

Portanto, “desopacizar” o mundo seria puxar o véu que oculta as injustiças econômicas e sociais do mundo, e convencer as pessoas a abandonarem o fatalismo de que a realidade é impossível de ser entendida, alterada e sempre será cruel. Para “esperançarmos” e fazermos isso no século XXI, a educação precisa, inevitavelmente, desvelar os mecanismos das redes sociais e dos agentes que nelas operam, como o indivíduo é moldado por elas, e os agentes políticos e as elites que investem nas narrativas que buscam mitificar a realidade.

Num certo tom humorístico, por causa da literalidade por trás das palavras empregadas, assim como Freire fala sobre a importância de negar as injustiças do mundo com uma postura fatalista, é importante corrigir a percepção dos

homens e das mulheres como seres “historicamente programados”, mas sim, que somos “seres “programados, mas para aprender” e, portanto, para ensinar, para conhecer, para intervir...” (Freire, 1996, p.74). Em outras palavras, estamos falando justamente sobre como a educação crítica pode ensinar os seres humanos a não ficarem à mercê ou a serem “programados” pelas elites domesticadoras, que usam programas, no sentido literal de “programas cibernéticos”, ou computadores. Ou o computador que finge que é um ser humano, como os tais dos *bots*, que são uma das armas favoritas da extrema-direita para disparar mensagens contendo *fake news*, sobretudo em período eleitoral, para beneficiar candidatos tais como Donald Trump e Bolsonaro (KONAGESKY; LUCINI, 2021)

Dois trechos que contêm os conceitos de mitificação e desopacização da realidade, um na Pedagogia do Oprimido e outro na Pedagogia da autonomia, respectivamente, são:

Enquanto na teoria da ação antidialógica a elite dominadora mitifica o mundo para melhor dominar, a teoria dialógica exige o desvelamento do mundo. Se, na mitificação do mundo e dos homens há um sujeito que mitifica e objetos que são mitificados, já não se dá o mesmo no desvelamento do mundo, que é a sua desmitificação. Aqui, propriamente, ninguém desvela o mundo ao outro e, ainda quando um sujeito inicia o esforço de desvelamento aos outros, é preciso que estes se tornem sujeitos do ato de desvelar. O desvelamento do mundo e de si mesmas, na práxis autêntica, possibilita às massas populares a sua adesão (Freire, 1987, p. 97)

E do Pedagogia da Autonomia:

Saber igualmente fundamental à prática educativa do professor ou da professora é o que diz respeito à força, às vezes maior do que pensamos, da ideologia. E o que nos adverte de suas manhas, das armadilhas em que nos faz cair. É que a ideologia tem que ver diretamente com a ocultação da verdade dos faros, com o uso da linguagem para penumbrar ou opacizar a realidade

ao mesmo tempo em que nos torna “míopes”. (Freire, 1996, p. 97)

Para superar o que é denominado “injustiças do mundo”, no sentido de injustiças caracterizadas por desigualdades econômicas, sociais e pelo não respeito à dignidade de cada ser humano, diferentes pessoas, sejam elas acadêmicas ou não, têm diferentes soluções. Para um socialista científico, ou seja, um socialista que segue a linha de Marx e Engels, em vez do socialismo utópico, a história da sociedade pode ser descrita pelas condições de trabalho (materialismo histórico). No capitalismo, haveria um momento em que as elites dominantes e a desigualdade social se tornariam tão opressoras que o proletariado pegaria em armas e faria a revolução do proletariado, instituindo o socialismo.

No entanto, apesar da forte ligação de Freire com a esquerda, a sua ideia de revolução contra as elites dominantes não era baseada numa revolução armada, mas sim numa revolução educacional contra “os opressores”. E a raiz dessa revolução parte da educação e, a partir de algo muito simples, pergunta: Por quê? A curiosidade epistemológica seria quando alguém deixa de lado a “curiosidade ingênua”, que seria quando a pessoa até busca conhecer o mundo, mas não é capaz de pensar para além do véu que “acoberta” a realidade, ou seja, pensa de acordo com o senso comum (FREIRE, 1996, p. 16). E ela é essencial para a educação libertadora, a partir do momento em que o educando e o educador admitem que somos “seres inacabados”, e o educando passa a ter papel ativo no processo de ensino-aprendizagem, ao se indagar sobre o mundo e se engajar na busca eterna de “completude”. É claro, o importante papel do professor seria exigir que os alunos sejam rigorosos na busca de fugir do senso comum, através da “curiosidade epistemológica”. Em outras palavras:

O fundamental é que professor e alunos saibam que a postura deles, do professor e dos alunos, é dialógica, aberta, curiosa, indagadora e não apassivada, enquanto fala ou enquanto ouve. O que importa é que professor e alunos se assumam *epistemologicamente curiosos* (Freire, 1996, p. 44)

Esta é a citação de Pedagogia do Oprimido em que Freire sintetiza, de forma genial, a necessidade da educação crítica e da curiosidade epistemológica na “desopacização” do mundo, ao falar que “Nenhuma “ordem” opressora suportaria que os oprimidos todos passassem a dizer: Por quê?” (Freire, 1987, p. 43).

Infelizmente, a demonstração de que, nas últimas duas décadas, a ascensão de Trump e outros aspirantes a autocratas pela obra *Como as Democracias Morrem* demonstram que uma parte dos próprios oprimidos, para além de perguntar “por quê?”, conseguem racionalizar o porquê dos opressores o oprimirem é bom, o porquê do Trump diminuir a alíquota de imposto de renda para a classe alta é bom para indivíduos que moram num estado vermelho e ganham o *minimum wage*, como as tentativas de Trump de centralizar o poder em suas mãos, e ser um aspirante a autocrata, é bom para a democracia americana, entre outros... (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018). Mas isto é esperado, visto que os oprimidos, quando descobrem que são, “em lugar de buscar a libertação, na luta e por ela, tendem a ser opressores também, ou subopressores” (Freire, 1987, p. 17), e isso ocorre porque as estruturas da realidade tendem a serem domesticadoras, ao “absorverem” os oprimidos que nela se encontram, e conseqüentemente, “Os oprimidos, contudo, acomodados e adaptados, “imersos” na própria engrenagem da estrutura dominadora, temem a liberdade, enquanto não se sentem capazes de correr o risco de assumi-la” (Freire, 1987, p. 19).

É possível afirmar que tanto o problema das fake news quanto o problema de discursos de ódio num contexto de polarização política ou de radicalização política de apenas um polo político são problemas em que a raiz está no senso comum dos usuários em redes sociais, que não conseguem olhar um post contendo estes problemas e se perguntar sobre o “porquê” de ele ter recebido aquilo. Entender que existe toda uma engenharia de disseminação de informações falsas e redes de difamação, que existem as “fazendas de bots” para tal fim, e perguntar os “porquês?” da informação que está na internet, ou se a mensagem foi enviada por alguém próximo, é correta ou não. Se perguntar o “porquê?” no sentido de “por que querem que eu acredite nisso?”, “Quais grupos têm interesse em ver a população acreditando nesta informação falsa/discurso

de ódio?” “Por que este político, em específico, está sendo alvo de correntes difamatórias, que estão sendo compartilhadas por perfis suspeitos que só fazem isso o dia inteiro?”

Pensar “os porquês” da realidade, ou seja, entender como ela é, ao invés de ler sobre a realidade, seria o que Freire chama de “leitura do mundo”, algo “que precede sempre a “leitura da palavra” (Freire, 1996, p.42). Conseguir fazer a “leitura do mundo” precede, igualmente, a capacidade de contestar informações e narrativas falsas, e quando essas informações e narrativas rompem com questões éticas, isso apenas justifica mais ainda a pedagogia libertadora, na medida em que Freire descreve no capítulo 3.1. que ser autônomo requer ser um indivíduo ético, portanto, ele pensa que o educador precisa ser ético com o educando, e parte do processo educacional é transmitir esses conceitos éticos, sintetizado pelo autor ao dizer que “Nunca me foi possível separar em dois momentos o ensino dos conteúdos da formação ética dos educandos[...] O ensino dos conteúdos implica o testemunho ético do professor” (Freire, 1996, p.49)

Para iniciar a finalização deste subcapítulo, como foi dito anteriormente, tanto a Pedagogia do Oprimido como a Pedagogia da Autonomia falam de fins semelhantes: que a educação é a busca da libertação do oprimido e da formação do ser pensante, que é autônomo. Freire deixa claro no final da Pedagogia da Autonomia que, para alguns, a afirmação dele de que a curiosidade epistemológica seria a chave para ir além do senso comum e da “curiosidade ingênua” carregaria uma arrogância ou prepotência. No entanto, ele deixa claro que a busca por entender o mundo e atingir a autonomia é um processo constante de amadurecimento, em que todos estariam em estágios diferentes de evolução. Isso é sintetizado ao dizer que:

Ninguém é sujeito da autonomia de ninguém. Por outro lado, ninguém amadurece de repente, aos 25 anos. A gente vai amadurecendo todo dia, ou não. A autonomia, enquanto amadurecimento todo dia, ou não. A autonomia, enquanto amadurecimento do ser para si, é processo, é vir a ser. Não ocorre em data marcada. É neste sentido que uma pedagogia

da autonomia tem de estar centrada em experiências estimuladoras da decisão e da responsabilidade, vale dizer, em experiências respeitosas da liberdade. (Freire, 1996, p. 55)

Por isso, tendo em mente que alguns dos conceitos da Pedagogia do Oprimido seriam repetições do que já foi abordado até aqui, enquanto certos conceitos são mais adequados ao subcapítulo seguinte, “A Politicidade da Educação”, este subcapítulo oferece as últimas citações relevantes, referentes às bases teóricas de Freire, antes de prosseguir.

Uma citação relevante, referente a como a educação antidialógica, que pretende manter o “senso comum” atrelado à “curiosidade ingênua”, é, antes de tudo, um mecanismo de prática de dominação, ao auxiliar no reforço das estruturas que “domesticam” os oprimidos:

A educação como prática da dominação, que vem sendo objeto desta crítica, mantendo a ingenuidade dos educandos, o que pretende, em seu marco ideológico, (nem sempre percebido por muitos dos que a realizam) é indoutriná-los no sentido de sua acomodação ao mundo da opressão. (Freire, 1987, p. 38)

Por outro lado, em oposição direta com a educação dominadora, a educação como prática de liberdade:

A educação como prática da liberdade, ao contrário daquela que é prática da dominação, implica na negação do homem abstrato, isolado, solto, desligado do mundo, assim também na negação do mundo como uma realidade ausente dos homens.

A reflexão que propõe, por ser autêntica, não é sobre este homem abstrato nem sobre este mundo sem homem, mas sobre os homens em suas relações com o mundo[...]. Não há uma consciência antes e um mundo depois e vice-versa.

(Freire, 1987, p. 40)

Por fim, para servir de introdução ao subcapítulo seguinte, que trata de educação e política, Freire sintetiza, em diversos trechos da *Pedagogia do Oprimido*, que o processo dialógico ocorre quando, por exemplo, uma liderança de massas utiliza a conscientização e busca informá-los sobre as estruturas do mundo para liderar uma revolução política pacífica. Essa revolução não seria baseada na violência ou, ironicamente, no autoritarismo de uma liderança que busca libertar os oprimidos, mas sim a partir do esforço de conscientização dessas lideranças e da união dos homens e mulheres libertos, em busca de conscientizar outros cidadãos.

3.3 A politicidade da educação

Ao pensarmos, especificamente, sobre a relação das obras de Paulo Freire com a política, o que daria o tom da escrita neste subcapítulo é o livro *Política e Educação* (FREIRE, 2001), que, ao determinar a conexão entre os dois sujeitos, demonstra que o objeto de estudo da dissertação está totalmente entrelaçado com o cotidiano educacional. No entanto, é preciso levantar uma observação. Este capítulo é uma formalidade do seguinte sentido: A pedagogia de Freire, conforme as citações estão deixando claras, está profundamente ligada com a política. Portanto, nos livros *Pedagogia do Oprimido*, *Pedagogia da Autonomia*, *Pedagogia da Esperança*, e *Educar com a mídia*, quem tiver lido os quatro livros, terá obtido boa parte das reflexões de Paulo Freire sobre política, os termos para definir como a educação se encaixa com a política, e no *Educar com a Mídia em especial*, é o livro que melhor estabelece a conexão entre educação, política e mídias tais como a internet. Para descrever elementos da sua filosofia educacional, a obra *Política e Educação* já utiliza boa parte dos mesmos termos usados nestes quatro livros. A única diferença é que o livro delimita o seu escopo para, exclusivamente, a política, ao mesmo tempo que expande um ou outro conceito que não está presente em outros livros ou é mencionado muito brevemente, como o conceito das “Cidades Educativas”.

Portanto, este capítulo contém uma ou outra referência à Política e Educação, mas os outros livros de Freire já dão o suficiente para embasar a politicidade de Freire e justificar o contexto da dissertação.

Na *Pedagogia da Esperança: Um reencontro com a Pedagogia do Oprimido* (Freire, 1992), Freire comenta que a conexão da sua pedagogia com a política é tamanha que, para alguns acadêmicos, críticos ou não à sua pedagogia, ele não seria um “autor da área da educação”, mas sim um acadêmico da área política. Isso é abordado em:

Para mim, pelo contrário, a prática educativa de opção progressista jamais deixará de ser uma aventura desveladora,

uma experiência de desocultação da verdade. É porque sempre pensei assim que, às vezes, se discute se sou ou não um educador. Foi isto que, recentemente, ocorreu em um encontro realizado na UNESCO, em Paris, em que representantes latino-americanos negavam a mim a condição de educador. Não a eles, é óbvio. Criticavam em mim o que lhes parecia minha politização exagerada. Não percebiam, porém, que, ao negarem a mim a condição de educador, por ser demasiado político, eram tão políticos quanto eu. Certamente, contudo, numa posição contrária à minha. Neutros é que nem eram nem poderiam ser (Freire, 1992, p. 5)

Como é descrito anteriormente na Pedagogia do Oprimido e na Pedagogia da Autonomia, a prática educativa de opção progressista precisa fazer a “desolcutação da realidade” para que as pessoas entendam e rechacem a compreensão mecanicista da História, no sentido de que os seres humanos seriam predeterminados e, por isso, não conseguiriam agir em prol da transformação social. Ou, nas palavras de Freire, “A prática política que se funda numa concepção mecanicista e determinista da história jamais contribuirá para diminuir os riscos da desumanização dos homens e das mulheres” (Freire, 1992, p. 51).

No caso da “verdadeira neutralidade”, o primeiro conceito antes do “ser mais” e da “práxis”, nem um docente, tampouco o discente, podem ser neutros na medida em que todos possuem um posicionamento político e um posicionamento diante de assuntos gerais sobre a vida. Por isso, ao lecionar, inevitavelmente, todo docente irá imprimir sua visão de mundo nas aulas, assim como o discente acaba absorvendo, ou recusando, certos conhecimentos de acordo com sua visão de mundo.

Ao mesmo tempo, nenhuma ação, pensamento ou fala, feita em sociedade para outros indivíduos, está isenta de ser um ato ou uma afirmação política. Um ditado popular, muito conhecido e repetido, e talvez sem notar, pessoas que se dizem ‘neutras’ ou “não gostam de política” admitem que a verdadeira neutralidade não existe ao concordarem com o ditado: “Se em uma

mesa estão sentados 10 homens, um nazista decide sentar-se também, e ninguém se levanta, então há 11 nazistas sentados”. Para reforçar a citação da Pedagogia da Esperança, a suposta existência do professor neutro e apolítico, conceito imaginário contido no projeto morto-vivo da Escola sem Partido, é rechaçado neste trecho:

Minha presença de professor, que não pode passar despercebida dos alunos na classe e na escola, é uma presença em si política. Enquanto presença não posso ser uma omissão, mas um sujeito de opções. Devo revelar aos alunos a minha capacidade de analisar, de comparar, de avaliar, de decidir, de optar, de romper. Minha capacidade de fazer justiça, de não falhar à verdade. Ético, por isso mesmo, tem que ser o meu testemunho (Freire, 1996, p. 50-51)

Coincidentemente, o capítulo da Pedagogia da Autonomia que sucede à última citação é o “capítulo 3.3. Ensinar exige compreender que a educação é uma forma de intervenção no mundo”, que possui curtos parágrafos reafirmando a natureza política da educação, a impossibilidade de neutralidade, o seu papel na busca da redução das desigualdades econômicas e sociais, e que é necessário “esperançar” enquanto este fim não é atingido. É dito “A ideologia fatalista do discurso e da política neoliberais de que venho falando é um momento daquela desvalia acima referida dos interesses humanos em relação aos do mercado.” (Freire, 1996, p.52), e:

Não posso ser professor se não percebo cada vez melhor que, por não poder ser neutra, minha prática exige de mim uma definição. Uma tomada de posição. Decisão. Ruptura. Exige de mim que escolha entre isto e aquilo. Não posso ser professor a favor de quem quer que seja e a favor de não importa o quê [...]. Sou professor a favor da decência contra o despudor, a favor da liberdade contra o autoritarismo, da autoridade contra a licenciosidade, da democracia contra a ditadura de direita ou de

esquerda. Sou professor a favor da luta constante contra qualquer forma de discriminação, contra a dominação econômica dos indivíduos ou das classes sociais.

Sou professor contra a ordem capitalista vigente que inventou esta aberração: a miséria na fartura. Sou professor a favor da esperança que me anima apesar de tudo. Sou professor contra o desengano que me consome e imobiliza (Freire, 1996, p. 53)

A busca dos seres humanos que, a partir da educação, ganham as ferramentas necessárias para serem protagonistas de um mundo mais igualitário, é caracterizada pelas expressões “ser mais” e “práxis”. O “ser mais” consiste na vocação ontológica, ou disposição inata, do ser humano de transformar a sua própria história, na medida em que ele é o único animal capaz de se organizar em sociedade, estabelecer linguagens para transmissão de informações e superar situações de opressão, ou situações desumanizadoras, ao buscar o “inédito viável”. Portanto, quando um oprimido se encontra completamente “domesticado” pelos opressores, sem as ferramentas cognitivas e materiais necessárias para buscar a sua própria libertação, seria uma “transgressão” (FREIRE, 1996, p.62) à vocação ontológica do ser humano.

Para se tornar o “ser mais”, é necessário que todos, a partir da educação, busquem praticar a “práxis”, que seria a união de “ação + reflexão”, ou seja, quando as pessoas utilizam o que é aprendido na escola e, a partir do processo dialógico (reflexão), para colocar em “ação” através da luta política e na busca de conscientizar outras pessoas. Ou seja, ganhar conhecimento para disseminar conhecimento e, tal como o educador-educando e o educando-educador, disseminar o conhecimento de maneira dialógica faz com que a pessoa ganhe mais conhecimento. Este é o ciclo da práxis, em que as pessoas buscam a sua libertação.

Este movimento de busca, porém, só se justifica na medida em que se dirige ao ser mais, à humanização dos homens. E esta, como afirmamos no primeiro capítulo, é sua vocação histórica, contraditada pela desumanização que, não sendo vocação, é

viabilidade, constatável na história. E, enquanto viabilidade, deve aparecer aos homens como desafio e não como freio ao ato de busca (Freire, 1987, p. 43)

Vale destacar que o próprio Pedagogia do Oprimido, ao afirmar que o conceito é peça-chave na libertação dos oprimidos, determina que a “práxis”, como a união de “ação + reflexão”, seria um imperativo ou consequência natural de, conforme os oprimidos fazem “um permanente esforço de reflexão sobre suas condições concretas”, Freire e educadores progressistas diriam que a consequência é natural “Estamos convencidos, pelo contrário, de que a reflexão, se realmente reflexão, conduz à prática” (Freire, 1987, p.29)

Portanto, na práxis como “ação + reflexão”, ou seja, a reflexão enquanto estudo, leitura do mundo, conscientização, entre outros adjetivos atrelados ao ato de pensar criticamente sobre a realidade, se une à ação, o debate salutar das ideias obtidas a partir da reflexão, na busca da construção do conhecimento de forma horizontal, e à mobilização política.

Não há outro caminho senão o da prática de uma pedagogia humanizadora, em que a liderança revolucionária, em lugar de se sobrepor aos oprimidos e continuar mantendo-os como quase “coisas”, com eles estabelece uma relação dialógica permanente[...]

Educador e educandos (liderança e massas), co-intencionados à realidade, se encontram numa tarefa em que ambos são sujeitos no ato, não só de desvelá-la e, assim, criticamente conhecê-la, mas também no de re-criar este conhecimento. (Freire, 1987, p. 31)

Ao ser reunido os conceitos do professor que não é neutro, a “práxis”, o “ser mais”, e a busca pelo “inédito viável”, constrói-se um panorama completo de como a pedagogia libertadora coloca o processo educativo como um processo igualmente político, e para o exercício político.

As pessoas que, realmente, tentam exercitar a práxis no seu dia a dia, são pessoas que dificilmente irão cair em informações falsas, porque conseguem pensar criticamente sobre o mundo, duvidam de informações improcedentes, e pesquisam e debatem em busca do conhecimento. Igualmente, são pessoas que não caem no jogo da polarização política, a partir do momento que ela entende o quanto a política e os interesses econômicos do *establishment* conseguem se infiltrar na mente da população, através dos Engenheiros do Caos. Sobretudo, a partir do reconhecimento de que todo ser é um “ser inacabado”, mesmo aquele que julga ser liberto, ainda não é um “ser feito”. Por isso, conseguem discutir um tema sem estar tomado de ódio ou totalmente fechado para novas ideias.

Ou, pelo menos, é o que deveria ser feito, de acordo com o próprio Freire no capítulo três de Política e Educação, intitulado “Unidade na Diversidade e Democracia”, em que é importante reconhecer a discriminação que existe na sociedade, inclusive na própria linguagem que, a primeiro momento, parece ser não-discriminatória. E o papel da educação e do educador é evitar um futuro em que ele é “a pura repetição do presente” (Freire, 2001, p.19). O conceito de luta por uma “História viável”, através das “práxis” e de homens e mulheres que buscaram “ser mais”, é sintetizado nessa passagem:

Para mim, a História é tempo de possibilidade e não de determinações. E se é tempo de possibilidades, a primeira consequência que vem à tona é a de que a História não apenas é mas também demanda liberdade. Lutar por ela é uma forma possível de, inserindo-nos na História possível, nos fazer igualmente possíveis. Em lugar de ser perseguição constante ao pecado em que me inscrevo para me salvar, a História é a possibilidade que criamos ao longo dela, para nos libertar e assim nos salvar. [...]

Pensar a História como possibilidade é reconhecer a educação também como possibilidade. É reconhecer que se ela, a educação, não pode tudo, pode alguma coisa. Sua força, como costume dizer, reside na sua fraqueza. Uma de nossas tarefas, como educadores e educadoras, é descobrir o que historicamente pode ser feito no sentido de contribuir para a

transformação do mundo, de que resulte um mundo mais “redondo”, menos arestoso, mais humano.

(Freire, 2001, p. 19-20)

E por fim, na medida em que a busca por “ser mais” é impossível no “isolamento, no individualismo”, e necessita que seja feito “na comunhão, na solidariedade dos existires” (Freire, 1987, p. 43), os seres humanos que vivem de acordo com a “práxis”, e lutam contra a desumanização, se opõem ao domínio dos opressores, que buscam manter o *status quo* de desigualdade, ao mesmo tempo que o método de construção de conhecimento daquele que busca “ser mais” é uma oposição em si, na medida que essa busca é “impossível dar-se nas relações antagônicas entre opressores e oprimidos” (Freire, 1987, p. 43).

3.4 Educação e as mídias digitais

Este quarto subcapítulo dedica-se especificamente a tratar do que Paulo Freire escreveu sobre a educação e suas conexões com as mídias e os meios de comunicação, a partir da obra *Educar com a Mídia*, e, ao mesmo tempo, a recorrer ao livro *Tecnologias do Conhecimento*, de Ladislau Dowbor, para reforçar e complementar os argumentos apresentados nos textos de Freire e Sérgio Guimarães, no contexto tecnológico do século XXI. Este complemento e reforço são necessários, pois o *Educar com a Mídia*, por ser constituído por entrevistas ou textos escritos na década de 70 (apesar das revisões apresentarem observações e novos trechos escritos anos após os textos originais), naturalmente não apresentou opiniões sobre como a educação pode trazer soluções para problemas existenciais gerados por meios de comunicação atrelados à internet. No entanto, como a ideia central do livro é falar sobre as mídias já presentes no mundo e sobre como elas se interconectam com a educação, é perfeitamente possível extrapolar o que é dito nessas obras para estabelecer conexões com o objeto de estudo.

Um dos pontos basilares do livro é falar sobre como todas as mídias, por si só, possuem uma “natureza bancária”, no sentido de que a transmissão de informações ao receptor é feita de maneira antidialógica, semelhante à de um professor bancário num modelo de educação verticalizada. A televisão (tal qual o cinema) não “conversa” com o espectador; o jornal (tal qual livros e revistas) não “conversam” com o leitor, no máximo, o rádio, jornais e telejornais “conversam” com uma porcentagem pequena de pessoas ao entrevistá-las, em respostas às perguntas em seções do leitor. Portanto, apesar das mídias transmitirem ideias que, originalmente, a criança ou o adolescente aprenderia na escola, a falta inerente de dialogicidade nas mídias é algo que justifica a educação escolar das crianças e adolescentes possuir conteúdos de “letramento midiático”.

Aí, se você considera toda a crítica que o Paulo faz, através de uma ideia que ele desenvolveu bem, a educação bancária, você pode transferir essa crítica também à ação de diversos meios de

comunicação que, ao invés de estimular a curiosidade, o exercício crítico por parte dos leitores, ouvintes ou telespectadores, na verdade exercem um mero trabalho de transmissão de informações, como se eles fossem latas vazias que devem ser preenchidas com determinados conteúdo.

(Freire e Guimarães, 2013, p. 112-113)

Com o advento da internet, décadas após os textos de Freire e Guimarães, só acaba justificando ainda mais a necessidade da sua abordagem nas escolas, considerando que já existia um olhar especial para as mídias numa época em que o potencial de transferir informações era bem mais limitado. Assim como parte do problema não é apenas o potencial de transferência, e o tamanho do repositório, mas o fato de que, num programa televisivo infantil, transmitido por um canal que tem a concessão pública, pelo menos há um “filtro” de qualidade e uma necessidade de prestar contas que, na internet, não existe.

O livro contém oito capítulos, e como foi explicado, cada um deles é um texto diferente, com diálogos de Guimarães com Freire, ou de algum dos autores com outro acadêmico. Portanto, eles não possuem uma natureza sequencial, mas giram em torno do mesmo eixo temático. A preocupação com as mídias fica evidente logo no título do Capítulo I: A escola escrava e a “Escola Paralela”. O termo “Escola Paralela” foi uma denominação que já era pesquisada anteriormente, mas foi ressaltada por Freire e Guimarães para demonstrar a sintetização do conceito e os motivos de preocupação, que conforme o avanço tecnológico vai criando e popularizando novos meios de comunicação, capazes de transferir uma quantidade cada vez maior de informações num tempo menor, os alunos passariam a ter uma espécie de “segunda escola” quando eles estão fora da sala de aula. Só que, como esses meios de comunicação possuem a tal “natureza bancária”, e eles podem transmitir informações incorretas ou informações que estão alinhadas com o interesse daqueles que tentam “mitificar” o mundo, os meios de comunicação deixam de ser um assunto passível de ser ignorado pela escola.

A expressão utilizada no título deste primeiro capítulo é esmiuçada, justamente, nas Notas do respectivo capítulo, em que é explicado que a primeira vez que este termo recebeu “grande repercussão, numa série de artigos assinados pelo sociólogo Georges Friedmann, publicados em janeiro de 1966 pelo *Le Monde*” (Freire e Guimarães, 2013, p.30). E a definição, assim como a sua relevância, o perigo delas, e a importância da escola trabalhar em conjunto com elas, é detalhado justamente pelo autor retratado na conversa com Sérgio Guimarães, detalhada no capítulo oito, o sociólogo e professor francês Louis Porcher:

“Seus Instrumentos são os da comunicação de massa, ou seja, os *mass media*: é preciso citar, essencialmente, a imprensa, as histórias em quadrinhos, o rádio, o cinema e, sobretudo, a televisão. Esses novos canais de educação, que os professores não controlam, são frequentados massivamente pelos alunos. Qualquer que seja a opinião que se formule em face deles, não se pode negligenciar o problema pedagógico e sociológico que eles colocam. Trata-se de saber se a escola e a escola paralela vão se ignorar, comportar-se como adversárias ou se aliar. Todos esses casos concernem muito de perto aos professores”.

(Freire e Guimarães, 2013, p. 30)

Uma rede social, ou uma plataforma de vídeos tal como o *youtube*, ao reunir numa só mídia conteúdos que estariam presentes na televisão, ou no jornal, ou na rádio, possui simultaneamente uma montanha de informações que não se chocam com o da escola, ou são diretamente complementares, auxiliando no processo de construção do conhecimento do aluno. No entanto, como é explicado nos Engenheiros do Caos, enquanto um canal do *youtube* pode ser um excelente transmissor de conteúdos educativos, um outro canal pode existir com o intuito de causar desinformação, carregar vídeos que visam cultivar o ódio político às minorias e dar uma imagem positiva a narrativas que beneficiam as elites econômicas. Nesse sentido, os “documentários” do “Brasil Paralelo” são um ótimo exemplo de como passar um verniz de legitimidade quando, na verdade, a narrativa presente no documentário pode ser tudo, menos legítima.

Um trecho do livro que sintetiza uma parte considerável do livro, em quatro parágrafos do Sérgio Guimarães, em que ele fala sobre os alunos estarem demonstrando um crescente interesse nos meios de comunicação em massa:

SÉRGIO: É. Comecei a lecionar no início dos anos 1970; frequentava nessa época uma faculdade de comunicações e artes onde a questão dos meios de comunicação de massa era discutida do avesso e do direito. Isso me ajudou a ir percebendo, junto às crianças em sala de aula, que os meios de comunicação se faziam cada vez mais influentes.

Havia, já naquela época, por exemplo, o costume de se conversar um pouco com as crianças, no início do dia, para que elas contassem coisas. Era “a hora das novidades”. Aí as crianças podiam se manifestar livremente, perguntar o que quisessem para a gente etc. Pois bem: essa “hora” era frequentemente preenchida por coisas que os alunos tinham visto na televisão, em fotonovelas, em histórias em quadrinhos; alguém tinha ouvido no rádio uma notícia, enfim: eram informações, ideias, fatos que não tinham sido levados a eles pela escola, mas pelos meios de comunicação.

[...] Essas crianças, que eu tinha como alunas, traziam para a escola os reflexos de uma vivência num mundo onde os meios de comunicação já estavam muito ativos. E, desde aí, essa questão me interessou. Usava isso na prática, mas não tinha formulado nada teoricamente. Não sabia, por exemplo, que já havia, nessa época, gente pesquisando por aí afora e já chamando, a esse conjunto de meios de comunicação de massa, de escola paralela.

(Freire e Guimarães, 2013, p. 17-18)

E poucas páginas após essa citação, é dito, justamente, que uma das coisas que preocupa nesses meios de comunicação é que mexer nessas questões um verdadeiro “vespeiro interminável” (Freire e Guimarães, 2013, p.19), e para se comprovar isso, bastaria tentar reunir todas as informações

veiculadas num dia só, numa cidade como São Paulo, e tentar distinguir “a televisão, o rádio, os jornais, o cinema etc.” (Freire e Guimarães, 2013, p.19).

Apesar desse vespeiro, o livro deixa claro que as mídias, tais como a televisão, pode ser utilizado pelas elites como instrumento de “domesticação”, um conceito que foi trabalhado anteriormente, do Pedagogia do Oprimido. A “domesticação” seria como o processo de dominação dos opressores não ser, necessariamente, um processo de violência física, mas sim uma “domesticação” do pensamento do oprimido. Com a domesticação, o oprimido, num primeiro momento, acaba por proteger o próprio sistema em que ele está inserido, por medo do desconhecido e por medo de “tomar as rédeas” da sua história. Nesse sentido, as mídias de fato “domesticam, em grande parte”, e, por isso, a escola pode e deve trabalhar esse assunto, explicando como e por que ele ocorre, apesar da domesticação causada pela ideologia dominante causar alguns problemas.

Num tom cômico e sério ao mesmo tempo, Freire aborda esse processo de domesticação “por trás dessas antenas todas e voando delas, há toda uma ideologia, toda uma compreensão do mundo e da realidade”, e os problemas de se abordar isso na escola, no seguinte trecho:

Que beleza é discutir com jovens adolescentes, na maior pureza do mundo! E não é negócio de se estar formando militante armado. Não é isso, Sérgio, não é isso, entendes? Mas é mostrando aos jovens como, realmente, por trás dessas antenas todas e voando delas, há toda uma ideologia, toda uma compreensão do mundo e da realidade, uma compreensão da beleza e da feiura, do sexo, da raça, da classe, que corresponde à ideologia precisa de quem tem o poder, de quem está no poder. Isso está entrando, normalmente, nas casas de todo mundo. E domestica, em grande parte.

Mas vamos pensar que um educador como tu ou eu pudesse ter feito essa proposta a um grupo de estudantes do antigo ginásio, ou do 2º grau, no sistema atual, no regime atual, na situação atual da realidade brasileira. O que é que poderia também

ocorrer? Poderia ocorrer que os pais começassem a estranhar que seus filhos começassem a ter uma linguagem diferente em sua casa, agora. Que os filhos começassem a dizer: “Você está vendo, papai? Essa propaganda aí é racista”; “Você está vendo, mamãe? Essa propaganda aí é machista”. (risos) Aí, o pai poderia até pensar: “Puxa, mas esses professores estão estragando meus filhos!” Entendes? Era possível também que houvesse uma reação da própria direção da escola.

E tu me dirás: “Mas, Paulo, ao mesmo tempo que você faz uma proposta até simpática, você já mostra o que pode ocorrer de consequência?!” Claro, só acho que o que pode ocorrer em torno de um trabalho como esse, para mim, não significa que a gente não deva fazer, não deva tentar. Significa sempre, de novo, que a escola também é política, que a educação também é política. (Freire e Guimarães, 2013, p. 27-28)

A partir daí, o educador teria o dever de utilizar as próprias mídias no processo educacional, ao mesmo tempo em que consegue alertar o aluno para as segundas intenções por trás dos meios de comunicação. Afinal, como foi demonstrado pelo relato dos autores, a maioria dos alunos possuía bagagem cultural oriunda dos meios de comunicação de massa, “independentemente dos alunos serem muito pobres ou de classe média”, e eles estariam passando por transformações da visão de mundo, a partir dessas mídias (Freire e Guimarães, 2013, p. 20).

Analisando no tempo presente, este argumento se torna ainda mais forte, porque o consumo se acelerou de tal forma a ponto de surgir a tal da “cultura geek”, que é baseada, justamente, no consumo de parte desses meios de comunicação de massa. Algo completamente normalizado que, para a época, seria uma revolução cultural. Assim como algo completamente normalizado, e que demonstra como as mídias se misturaram ao ensino de maneira natural, são os professores que passam um filme ou documentário para abordar um assunto de uma disciplina, ou servir de material complementar. Logo no parágrafo que segue a citação anterior, Guimarães reconta um caso em que, se hoje é

impensável que as escolas e os profissionais não reconheçam o papel das mídias como recurso no contexto escolar, na época não era bem assim:

As histórias em quadrinhos também estavam penetrando. E eu me lembro das resistências que havia da parte de professores de língua portuguesa em assimilar, por exemplo, fotonovelas em sala de aula. Ainda nessa época, dei aula para uma classe de 4º ano primário: havia mocinhas, já grandinhas, com seus treze, quatorze anos, que levavam fotonovelas à escola e, no começo, liam às escondidas, debaixo da carteira. Havia professores que diziam: “Isso aí deve ser reprimido, proibido”, quando eu achava que o fato de elas lerem esse tipo de publicação podia ser positivo para o ensino da língua portuguesa. Eu poderia até discutir o caráter ideológico das histórias, das fotonovelas, e mesmo manifestar o meu desgosto de classe em relação a esse nível de cultura. Mas era inegável que, enquanto liam aquilo, aquelas moças estavam praticando a própria leitura e aprendendo mais na área de língua portuguesa. Não deveriam, portanto, ser reprimidas, não?

(Freire e Guimarães, 2013, p. 20)

Portanto, é evidente que, a partir do momento em que as redes de televisão possuem donos multimilionários ou bilionários, o conteúdo transmitido terá, naturalmente, influência e irá de encontro a ideias que beneficiam os próprios donos. E as redes sociais, com seus donos bilionários, também favorecerão conteúdos dessa natureza. A transformação da realidade, o objetivo principal da pedagogia libertadora, passa por compreender a ideologia e as associações políticas dos detentores dos meios de comunicação, assim como dos que trabalham para eles. As reflexões feitas ao longo do livro ficam ainda mais atuais, partindo do argumento do capítulo 3.1; que o perigo da internet, comparado com as mídias anteriores, é oferecer informações com menos ou nenhum filtro de veracidade, ou que, diferente de um canal de concessão pública, existe a possibilidade de fazer propagandas políticas, fazendo difamações no processo, e você nem tem a necessidade de declarar que você está fazendo uma. Nesse contexto, o artigo Educação e desinformação:

Letramento Midiático, ciência e diálogo (NAGUMO; TELES; SILVA, 2022), ao falar sobre letramento midiático, cai como uma luva nessa questão abordada pela obra freireana.

Sobre o papel dos educadores nas questões apontadas, é possível separar mais citações do primeiro capítulo:

PAULO: Até que ponto um meio desses, a televisão, por exemplo, se constitui numa rede monopolista? Enquanto monopólio de um certo grupo de força, de poder, o risco que você tem, que a sociedade civil inteira tem, é o de ficar manipulada pelos interesses de quem detém o poder sobre esse meio de comunicação. Os educadores não podem, de maneira nenhuma, no mundo de hoje, silenciar ou simplesmente botar entre parênteses esse problema. É preciso ver o que fazer durante o período em que os meios de comunicação estão preponderantemente nas mãos de um poder antipopular, por exemplo. De um poder que não opta pelo povo, pelas classes populares.[...]

Mas, afinal de contas, isso tudo está ocorrendo, e não só no Brasil, não? Então, acho que aos educadores, enquanto políticos — desde que tenham uma opção de transformação da sua sociedade e não de preservação da sua sociedade tal qual ela está —, aos educadores que não estão satisfeitos com essa concepção consumista do mundo, cabe ver o que é possível fazer como antídoto à alta força manipulativa ou ideologizadora de alguns desses meios de comunicação

(Freire e Guimarães, 2013, p. 22-23)

Em paralelo, mais para o final do livro, Freire faz um pequeno capítulo em que ele disserta sobre a “alfabetização em televisão”, que aparentemente carrega um leve tom humorístico, tal qual a citação do diálogo com o “Puxa, mas esses professores estão estragando meus filhos”. O “tom sério” do termo seria para se referir à habilidade de “ler” o que um meio de comunicação quer transmitir, “ler” o que o âncora de um canal de televisão diz, nas entrelinhas, a

partir do momento em que o espectador sabe que, certas informações e opiniões dadas, seguem uma linha editorial em consonância com os interesses do capital, afinal, o dono bilionário da rede televisiva possui o interesse em disseminar narrativas que sejam amigáveis às elites econômicas. O tom humorístico do termo seria o paradoxo de ser “alfabetizado” para entender uma caixa que transmite sons e imagens, algo banal.

Mas enfim, no “alfabetização em televisão”, Freire consegue sintetizar bem a principal mensagem do livro, e de certa forma, nessa mensagem, Freire reforça muito as justificativas por trás do estudo da internet pela educação, e como a internet precisa ser usada para facilitar o processo educacional. Basta substituir a palavra “televisão” por “internet” ou “navegador de internet” em todos os trechos da citação a seguir:

Não é como puro especialista, de curiosidade domesticada a tecnicismos, que penso em alfabetização em televisão[...] Por isso é que a questão fundamental que se coloca a nós, qualquer que seja a inteligência da frase “A alfabetização em televisão”, não é lutar contra a televisão, uma luta sem sentido, mas como estimular o desenvolvimento da curiosidade e do pensar críticos. [...] O poder dominante, entre muitas, leva mais uma vantagem sobre nós. É que, para enfrentar o ardil ideológico de que se acha envolvida a sua mensagem na mídia, seja nos noticiários, nos comentários a acontecimentos na linha de certos programas, para não falar na propaganda comercial, nossa mente ou nossa curiosidade teria de funcionar epistemologicamente todo o tempo. E isso não é fácil. Mas se não é fácil estar permanentemente em estado de alerta é possível saber que, não sendo um demônio que nos espreita para nos esmagar, o televisor diante do qual nos achamos não é tampouco um instrumento que nos salva. Talvez seja melhor contar de um a dez antes de fazer a afirmação categórica a que Wright Mills se refere: “É verdade, ouvi no noticiário das vinte horas.” Como educadores e educadoras progressistas não apenas não podemos desconhecer a televisão, mas devemos usá-la, sobretudo discuti-la.

(Freire e Guimarães, 2013, p. 182-183)

Portanto, para finalizar as considerações sobre o Educar com a Mídia, antes de mencionar o Tecnologias do Conhecimento, Freire e Guimarães, em certos trechos do livro, dizem temer as consequências da massificação desses meios de comunicação, no sentido de que a quantidade de informações transmitidas, comparada às escolas, é muito maior. E, portanto, o potencial de desinformação e manipulação das massas seria difícil de conter. E justificam ao compararem com épocas em que “esses meios de comunicação nem sequer existiam. Até aí, a escola mantinha uma quase exclusividade, ao encarregar-se da formação sistemática dos indivíduos” (Freire e Guimarães, 2013, p.31). E, ironicamente, é um argumento extremamente parecido com o argumento feito no Capítulo 3.1. moldado antes da leitura do Educar com a Mídia, de que a internet, sendo um meio de comunicação instantâneo, com um repositório de informações que beira o infinito, teria um potencial de trazer desinformação e manipulação política muito maior, comparado com as mídias com as quais os autores já estavam muito preocupados. Agora, com o adicional da existência de redes sociais.

Os argumentos de que a escola precisaria utilizar esses novos meios de comunicação para auxiliar no processo de ensino-aprendizagem, de que é imperativo que as escolas evoluam de acordo com o contexto tecnológico e social, e da necessidade dos professores estarem sempre atualizados, buscando novas abordagens pedagógicas com o uso da tecnologia, são repetidos no livro de Dowbor.

No Tecnologias do Conhecimento, este livro complementar não traz muitos assuntos relacionados, especificamente, ao objeto de pesquisa. Não obstante, traz alguns pontos que valem a pena serem levantados, sobretudo a partir da premissa inicial.

O autor ressalta que, assim como já vivemos numa “sociedade agrária” e numa “sociedade industrial”, no século XXI, a partir da invenção da internet,

viveríamos na “sociedade do conhecimento”. Afinal, é possível afirmar que as próprias informações, disseminadas de maneira instantânea e global, são a “matéria-prima” na qual a economia global se baseia e constrói inovações. E a partir do momento em que as informações e o conhecimento se tornam a base da economia, naturalmente, a educação, como a área responsável por ensinar os alunos a decodificar informações para transformá-las em conhecimento, ganha uma relevância extrema. Portanto, se, por um lado, o objeto da dissertação parte de uma premissa negativa, de que a internet é a “culpada” pela polarização política e pela disseminação de fake news, Dowbor assume uma postura mais otimista, na qual a internet e as tecnologias do conhecimento trariam mais soluções do que problemas. O detalhe é que, como qualquer ferramenta, a internet depende do uso correto.

A educação já não pode funcionar sem se articular com dinâmicas mais amplas que extrapolam a sala de aula. Da mesma forma, a economia já não pode funcionar de maneira adequada sem enfrentar a questão da organização e da gestão social do conhecimento.

O autor destas linhas é economista. Porque está se aventurando nesta área que normalmente é da educação? Por um lado, porque ensinar economia é um trabalho de educação, e não há educador que não sinta que estamos avançando para novos horizontes. Por outro lado, estamos avançando a passos largos para uma sociedade do conhecimento, e a problemática da educação se tornou central para todos nós, para o desenvolvimento econômico e social de maneira geral

(Dowbor, 2013, p. 4)

E pertinente:

Partindo das tendências constatadas em diversos países, vislumbramos um conceito de educação que se abre rapidamente para um enfoque mais amplo: com efeito, já não basta hoje trabalhar com propostas de modernização da

educação. Trata-se de repensar a dinâmica do conhecimento no seu sentido mais amplo, e as novas funções do educador como mediador deste processo.

(Dowbor, 2013, p. 6)

Acima, o autor acaba entrando em consonância com as ideias propostas por Freire e Guimarães, e a ideia de que a internet deixa explícito o quão defasado o modelo bancário é, ao afirmar que o educador ganha um papel essencial, nesta nova Sociedade do Conhecimento, a partir do momento que ele se torna o mediador deste processo, na medida em que ele seria o grande responsável por ensinar os alunos a filtrarem e discernirem as informações absorvidas na internet. E essa mudança radical, que não seria apenas uma modernização, nasce porque:

A mudança é hoje uma questão de sobrevivência, e a contestação não virá de “autoridades”, e sim do crescente e insustentável “saco cheio” dos alunos, que diariamente comparam os excelentes filmes e reportagens científicos que surgem na televisão e na internet, com as mofadas apostilas e repetitivas lições da escola.

(Dowbor, 2013, p. 5-6)

A defasagem extrema do educador bancário, frente à Sociedade do Conhecimento, e os três atores do contexto escolar que passam por uma mudança drástica, a partir da revolução tecnológica. A começar pela importância do educador que ensina o pensamento crítico, e as metodologias do conhecimento, em consonância com o que foi argumentado previamente:

Neste universo de conhecimentos, nesta imensa rede de vasos comunicantes e interativos, assumem maior importância relativa as metodologias, o aprender a “navegar”, reduzindo-se ainda mais a concepção de “estoque” de conhecimentos a transmitir. O conhecimento não é mais essencialmente o que está na cabeça do professor, está na rede, e em constante movimento e renovação

(Dowbor, 2013, p. 18)

Assim como o educador, o segundo ator(educando) necessita passar por uma mudança de mentalidade e de protagonismo da própria educação. De certa forma, seria como assumir o papel do “ser mais”, previsto pela pedagogia libertadora:

Modifica-se profundamente a função do educando, em particular do adulto, que deve se tornar sujeito da própria formação, frente à diferenciação e riqueza dos espaços de conhecimento nos quais deverá participar. A educação vista neste prisma tende a se tornar de certa forma orientada pela demanda, sendo que construir o seu próprio universo de conhecimento passa a ser uma condição central da inserção social das pessoas. Não se trata mais de gerar o currículo adequado a partir de instâncias "superiores", mas de se adaptar ao que o aluno efetivamente necessita, nos seus diversos eixos de interação com o mundo, assegurando maior espaço de iniciativa ao educando

(Dowbor, 2013, p. 19)

E por fim, por causa da natureza sintética do livro do Dowbor, é possível listar a seguir o terceiro autor do contexto escolar, que seria as próprias instituições de ensino, que sofreriam alterações em sua estrutura, a partir da adaptação total ao novo contexto tecnológico:

Quando repensamos a educação formal neste contexto, é para considerá-la como atividade central e organizadora, e não mais como eixo único de formação. Em outros termos, a escola tem de passar a ser um pouco menos "lecionadora", e bastante mais organizadora, ou estimuladora, de um processo cujo movimento deve envolver os pais e a comunidade, integrando os diversos espaços educacionais que existem na sociedade, e sobretudo ajudando a criar este ambiente científico-cultural que leve à ampliação do leque de opções e reforço das atitudes criativas do cidadão.

(Dowbor, 2013, p. 26)

A educação, que trabalha com informações e conhecimento, e cuja matéria prima é, portanto, de total fluidez nos novos sistemas de informática e telecomunicações, é sem dúvida a primeira a ganhar com o conceito de rede, de unidades dinâmicas e criativas que montam um rico tecido de relações com bancos de dados, outras escolas, centros científicos internacionais, instituições de fomento e assim por diante. Esta nova e revolucionária conectividade, substituindo as pesadas e inoperantes pirâmides de inspetores, controladores e curiosos nomeados por razões diversas, pode dinamizar profundamente todo o sistema.

(Dowbor, 2013, p. 31)

Para a conclusão deste capítulo, o Tecnologias do Conhecimento fez uma associação entre dois aspectos que não são, geralmente, atrelados um ao outro, até porque demonstraria que o problema da polarização política está conectado ao próprio sistema econômico:

Longe de tentar ignorar as transformações, ou de atuar de forma defensiva frente às novas tecnologias, precisamos penetrar as dinâmicas para entender sob que forma os seus efeitos podem ser invertidos, buscando uma sociedade mais equilibrada, quando hoje tendem a se manter as polarizações e a desigualdade. Trata-se, em outros termos, de trabalhar de maneira séria e sem ilusões o fato das novas tecnologias terem dois gumes, pois tanto podem servir para a elitização e o aprofundamento das contradições sociais, através da exclusão digital, como para gerar, através da democratização do conhecimento e abertura generalizada do acesso, uma sociedade mais justa e mais equilibrada.

(Dowbor, 2013, p. 31)

Dowbor faz uma associação entre as polarizações do mundo digital e as desigualdades sociais, que dariam origem às polarizações sociais justamente pelos impactos negativos da “elitização e do aprofundamento das contradições sociais” na população. Para relembrar o capítulo 2.3, este contém o artigo que faz uma indagação sobre a existência ou não existência de polarização política no Brasil. A resposta foi “Sim, o Brasil apresenta todos os indicativos de polarização política”. Ora, sendo o Brasil um país que, segundo o próprio Dowbor neste livro, teve evoluções significativas no combate à desigualdade, mas ainda continua um país profundamente desigual, não seria a polarização política apenas uma consequência da nossa profunda desigualdade? E para fins de referência, sim, já existem diversos estudos comprovando a forte correlação entre o crescimento da desigualdade e o crescimento da polarização política, em países de qualquer continente (GU; WANG, 2021).

Portanto, a ideia de Freire de que a educação deve ser a faísca que acende a pólvora da luta por uma sociedade mais igualitária e justa, para pegar um termo em inglês, “comes full circle” ao ser observado que a redução das desigualdades é essencial para resolver os problemas de polarização política, os discursos de ódio, e as *fake news*, narrativas anticiência e contra a escola, atrelados à esta polarização.

4. OS CAMINHOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA E ANÁLISE DOS RESULTADOS

4.1 Resultados da pesquisa metodológica

Após a exposição das obras referentes à ciência política e à educação, este quarto capítulo será dedicado a trazer trabalhos científicos, sobretudo de pós-graduação, que foram pesquisados a partir da metodologia exposta na introdução, e que possuem relação direta com o objeto de estudo e os objetivos específicos. Enquanto o Capítulo 4.2 é dedicado a dissertar exclusivamente sobre os objetivos específicos e as possíveis respostas atingidas através da pesquisa de referencial teórico, o Capítulo 4.3 traz questões do mundo real que dificultam a implementação de políticas públicas educacionais, tendo como base o livro *A Era do Capital Improdutivo*, do economista Ladislau Dowbor (DOWBOR, 2017).

Vale destacar que, nesta dissertação, os artigos utilizados ao longo da pesquisa foram obtidos de diferentes formas: alguns foram sugestões de colegas pesquisadores, outros foram obtidos por meio da pesquisa em diferentes bases de dados ou agregadores de pesquisa científica, como o Google Scholar, a Scielo e periódicos com bom conceito QUALIS. Em relação às três dissertações usadas, foi adotado um tipo de “duplo filtro”: utilizou-se um conjunto idêntico de palavras-chave, primeiro no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES e, em seguida, no Google Scholar, para obter dissertações e teses relacionadas às palavras-chave selecionadas que poderiam não estar presentes em uma delas, mas estarem presentes na outra. Por meio deste método, com os filtros do catálogo da CAPES, foram obtidas duas dissertações em educação relevantes e correlacionadas com o tema desta dissertação (FERREIRA, 2022) e (SILVA, 2022). Ao repetir a pesquisa no Google Scholar, foi encontrada uma dissertação em letras (DIOGO, 2019).

Esta dissertação estabelece um compromisso com o eventual leitor que, talvez, tenha encontrado este trabalho no Catálogo de Teses e Dissertações. O

compromisso é de que todos os artigos presentes no referencial teórico foram relevantes para a escrita da dissertação, mesmo aqueles que não receberam citações diretas. Em menor parte, houve artigos que têm relevância para o objeto e para os dois primeiros objetivos específicos; portanto, provavelmente receberam citações ao longo dos dois primeiros capítulos, após o capítulo introdutório.

Aqueles que, sobretudo, satisfazem o terceiro objetivo específico, “Identificar quais as mudanças que poderiam ser aplicadas num futuro próximo, com o fim de fortalecer o debate acadêmico sobre o tema, e influenciar propostas políticas públicas acerca dos temas abordados” são, naturalmente, artigos mais adequados para, justamente, serem dissertados no contexto dos resultados da pesquisa, ao invés de estarem contidos na fundamentação teórica dos capítulos 2 e 3. O fato de alguns artigos estarem nos dois primeiros capítulos após a introdução não quer dizer que eles não tenham sido resultado da pesquisa, nem que os artigos que não receberam destaque ao longo do trabalho, mas estão nas referências bibliográficas, tenham tido um grau de importância na fundamentação teórica.

Para dar um exemplo específico, o artigo “Educação e Desinformação: Letramento Midiático, Ciência e Diálogo”, por falar sobre tais assuntos com ênfase no letramento midiático, possui uma conexão natural com as obras trabalhadas no capítulo 3.4. De qualquer forma, o resumo do artigo deixa claro que o intuito principal é fazer um ensaio em que “serão abordadas 3 (três) frentes em que a educação pode atuar para combater a desinformação: o letramento midiático, a confiança na ciência e a promoção de diálogo para lidar com a polarização” (Nagumo; Teles; Silva, 2022); portanto, ele se enquadra perfeitamente na proposta do terceiro objetivo específico. Ao abordar e descrever o que é, assim como a importância do letramento midiático e da alfabetização informacional, os autores detalham qual seria uma das frentes do combate à desinformação. O segundo ponto seria o apoio necessário à ciência e ao método científico, que precisam ser valorizados para combater o rampante negacionismo científico, um problema que existe em paralelo com as limitações econômicas da área, ao esmiuçar os déficits de infraestrutura e corpo docente

relacionado ao ensino de ciências em escolas públicas, assim como o baixo desempenho do Brasil em ciências no Pisa, ao detalhar que “na edição de 2018, 55% dos estudantes do Brasil ficaram abaixo do nível 2 em Ciência, o que é considerado o nível básico de proficiência nesta área”. Em terceiro, os autores falam sobre o problema da polarização, utilizando igualmente (Levitsky e Ziblatt, 2018) e (Empoli, 2019), para fins de embasamento. E, por fim, maneiras pelas quais as escolas podem trabalhar com os alunos as três questões, de maneira resumida.

Outros artigos, tais como “Negacionismo científico e propagação de notícias falsas ligadas a ciências: Precisamos falar sobre isso na escola” (ANGELO, 2023), também trazem sugestões, mas para falar de uma coletânea de artigos que propõe sugestões em vários, o “Paulo Freire em Tempo de Fake News: Artigos e projetos de intervenção produzidos durante o curso da EaD Freiriana do Instituto Paulo Freire”, é uma coletânea de artigos que em sua maioria, descrevem e fazem sugestões de soluções para os problemas descritos no objeto de estudo desta dissertação. Nesta coletânea do Instituto Paulo Freire, é descrito que o educador, justamente pelas suas ideias sobre a politicidade da educação e o emprego da educação para construir um mundo mais igualitário, é atacado por agentes políticos e pessoas que disseminam discursos de ódio e informações falsas. A sua metodologia e ideias de uma educação pública e democrática acabam sendo alvo de difamações, por estes agentes atrelados à extrema-direita.

Após esta seção sobre os artigos resultantes da pesquisa bibliográfica, o foco é detalhar a pesquisa no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES. Paralelamente, o autor utilizou as mesmas palavras no Google Scholar, para encontrar dissertações e teses que, por algum motivo, poderiam escapar do catálogo da CAPES, mas teriam relevância para a dissertação.

Depois do período de aclimação com a ferramenta de pesquisa, foi utilizado o conjunto de palavras-chave “Paulo Freire” e “pensamento crítico”, obtendo 311 resultados. Claramente, não foram filtros suficientes; no entanto, ao rolar os vinte primeiros resultados por curiosidade, foi encontrado um título muito

chamativo para a proposta da dissertação, no resultado de número oito, como descrito pelo Quadro 2.

Quadro 1 - Percurso na base de dados 1

Consulta realizada em	01/12/2025
Lócus da pesquisa	Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES
Palavras-chave	Paulo Freire; pensamento crítico
Questão norteadora	Objeto da pesquisa
Recorte temporal	2010-2025 (últimos 15 anos)
Tipo de documento	Teses e Dissertações
Resultados encontrados	311 Teses e Dissertações
Palavras-chave adicionais; objetivo	“fake news”; atrelar os termos anteriores ao problema do objeto de pesquisa
Novo recorte temporal	2015-2025 (últimos 10 anos)
Número após aplicação dos critérios	2 Dissertações

Fonte: elaborado pelo autor

Ao ver quem era a orientadora, o autor leu com interesse o nome da professora Ana Maria Saul. No entanto, a proposta da tese, por ser relacionada a educação de jovens e adultos, enquanto o foco da dissertação é falar sobre a educação escolar de crianças e adolescentes, assim como a ênfase da importância do pensamento freiriano no século XXI não estava, necessariamente, atrelada à tecnologia, mas sim ao seu método de alfabetização original, que ficou famoso com a experiência de Angicos, e as bases teóricas de uma maneira geral, decidi que não era exatamente o tipo de trabalho compatível com o objeto, e os objetivos.

Quadro 2 - Produções científicas do Banco de Teses e Dissertações da CAPES 1

Ano	Instituição	Autor	Título
2010	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	LEMOS, Silvania Donadio Vilela	A atualidade do pensamento de Paulo Freire na educação de jovens e adultos no século XXI

Fonte: elaborado pelo autor

Com o intuito de filtrar mais os resultados, para ver quais dissertações e teses estariam mais em linha com minha proposta, diminuir o número de resultados e, preferencialmente, encontrar outras dissertações, foi adicionado um filtro extra, “fake news”, junto aos dois anteriores. A partir desta adição, foi possível chegar em dois resultados, com alto grau de compatibilidade, ambas dissertações

Quadro 3 - Produções científicas do Banco de Teses e Dissertações da CAPES 1

Ano	Instituição	Autor	Título
2022	Universidade Estadual de Londrina	FERREIRA, Elaine de Souza	(IN)Experiência democrática, organicidade e práxis educacional em Freire
2022	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	SILVA, Jessica Suellen Palmeira	A constituição do pensamento crítico em tempos de informação e desinformação

Fonte: elaborado pelo autor

Os motivos por trás desta seleção específica de palavras-chave levam em conta que Paulo Freire e sua abordagem pedagógica são a base do referencial teórico sobre educação, bem como a quase completude do capítulo dois. A expressão “pensamento crítico” é praticamente obrigatória em qualquer dissertação ou tese, trabalhos que terão cem páginas ou mais para, pelo menos, utilizar uma vez uma expressão que, geralmente, mas não necessariamente, está atrelada a abordagem pedagógica de Freire, e comprova que o trabalho não

faz, apenas, referências aleatórias ao educador, mas utiliza um dos termos mais comuns para falar sobre o processo de “conscientização” dos alunos, a obtenção da capacidade de “leitura de mundo”, e uma qualidade necessária ao “cidadão autônomo”. E complementando, o pensamento crítico seria a raiz por trás do combate das “fake news”, que é um dos termos mais populares e atuais no contexto do “internetês”, para descrever o fenômeno da disseminação de notícias e informações falsas, assim como muitas “fake news” estão atreladas a discursos de ódio político velado ou, ironicamente, quem mais utiliza este termo são, justamente, aqueles que mais disseminam desinformações e discursos de ódio.

Em relação à pesquisa no Google Scholar, basicamente foram utilizadas as mesmas três palavras-chave utilizadas na pesquisa do Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, unindo-se à palavra-chave “dissertação de mestrado” para encontrar, justamente, pesquisas de mesma natureza. Assim, foi possível encontrar uma pesquisa que, tal qual as pesquisas de Silva (2022) e Ferreira (2022), tem alto grau de semelhança e relevância para esta dissertação. A única diferença é que, enquanto ambas as pesquisadoras publicaram uma dissertação de mestrado em educação, a dissertação de Diogo pertence à área de Letras:

Quadro 4 - Produções Científicas do Google Scholar 1

Ano	Instituição	Autor	Título
2019	Universidade Federal de Minas Gerais	DIOGO, Michel Martins Lacerda	A leitura crítica de notícias falsas na internet: uma proposta para os alunos finais do ensino fundamental

Fonte: elaborado pelo autor

4.2 Respostas para os objetivos específicos da pesquisa

Neste subcapítulo, o foco será inteiramente em falar sobre o referencial exposto em todos os capítulos anteriores, incluindo o subcapítulo que antecede este, com o fim único e exclusivo de esmiuçar como o referencial teórico auxiliou a atingir as respostas para os objetivos específicos predeterminados. Abaixo, está a citação exata dos objetivos contidos na introdução.

“O objetivo geral da presente investigação é analisar, a partir da literatura, os impactos na educação escolar da polarização política contemporânea e a correspondente produção e disseminação de notícias falsas por meio das redes sociais.

Este objetivo geral se desdobra nos seguintes objetivos específicos:

- Analisar como a polarização política impacta a disseminação de informações falsas e de como elas chegam no contexto escolar
- Refletir o papel da educação escolar na formação de alunos numa perspectiva freiriana
- Identificar quais as mudanças que poderiam ser aplicadas num futuro próximo, com o fim de fortalecer o debate acadêmico sobre o tema, e influenciar propostas de políticas públicas acerca dos temas abordados.”

Em relação ao primeiro objetivo específico, não há muito segredo porque o capítulo um, com a ênfase aos livros *Como as Democracias Morrem* (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018) e *Engenheiros do Caos* (EMPOLI, 2019), e a partir dos dois artigos que:

- Faz uma conexão direta com o primeiro livro de Levitsky e Ziblatt, para demonstrar indícios de autoritarismo a partir de ações do sistema legal

em torno da educação, que corrobora a tese de que as democracias “se desfazem de dentro para fora, de forma lenta, quase imperceptível”

- O estudo que, a partir dos questionários, buscam entender se existe polarização política no Brasil, e a conclusão é que, sim, existe e está plenamente presente na sociedade brasileira

Ficou bem demonstrado que o objeto de estudo tem impacto real na sociedade como um todo, e na educação idem, na medida em que a polarização política é intensificada graças ao surgimento do ambiente virtual, ela tem impactos reais para o sistema legal de países que sofreram ou estão sofrendo uma degradação gradual das salvaguardas da democracia, e que o processo de polarização é estimulado de forma artificial, na medida que isso gera ganhos políticos e econômicos para certos agentes.

E o Capítulo 3 acaba por confirmar essas questões a partir do referencial teórico, especialmente a argumentação sobre a velocidade do avanço da tecnologia, seus impactos na formulação e no questionamento de políticas educacionais, e sobre como a internet traz uma consequência fatal para a abordagem tradicional, no Capítulo 3.1. E por outro lado, o resto da comprovação está na argumentação contida na obra *Educar com a Mídia* (FREIRE; GUIMARÃES, 2013), junto com a de Dowbor, que deixa bem explícita a relação de dualidade da educação com meios de comunicação, em que eles podem ser usados para auxiliar o processo de ensino-aprendizagem, assim como podem ser armas de “domesticação das massas”, o conceito contido em *Pedagogia do Oprimido*.

Em relação ao segundo objetivo específico, enquanto os capítulos 3.1 e 3.4 tiveram uma relação mais forte com o primeiro objetivo, eles também possuem relevância para o segundo objetivo específico. No entanto, foram, sobretudo, os capítulos 3.2. e 3.3 a ter quase uma abordagem “pura”, se debruçando fortemente em cima de quatro obras de Freire (*Pedagogia do Oprimido/Autonomia/Esperança, Política e Educação*) para estabelecer a

maioria das bases teóricas destes livros, sobretudo aquelas que possuem relação com o objeto de estudo.

Ao estabelecer essas relações, demonstrando a o quanto a educação está atrelada a política, ao objetivo de formar um aluno que tem autonomia de pensamento para buscar sua libertação, que sabe fazer a “leitura de mundo”, que consegue “desopacizar a realidade” que é “mitificada” pelos opressores, sobre como a educação tem o papel de ajudar a dar respostas às necessidades humanas, e que para isso, o cidadão autônomo, que sabe fazer a “leitura do mundo”, precisa aplicar esse conhecimento através da “práxis” humana, etc. A partir da reflexão dessas ideias presentes na obra de Paulo Freire, foi possível refletir sobre o papel da educação no contexto de polarização política e disseminação de informações falsas no ambiente virtual, satisfazendo o segundo objetivo.

E por fim, o terceiro objetivo específico teve algumas pequenas respostas ao longo dos dois subcapítulos, quando, por exemplo, foi usado Tecnologias do Conhecimento para embasar o capítulo 3.4. No entanto, a maior parte das respostas ao que foi prometido veio, particularmente, nos resultados da pesquisa, que correspondem ao Capítulo 4. Os resultados da pesquisa, por artigos, dissertações e a coletânea de artigos contida no “Paulo Freire em Tempo de Fake News”, tiveram como foco principal, justamente, falar sobre possíveis políticas públicas ou medidas relativamente simples, feitas na sala de aula, em busca de solucionar os problemas relacionados ao objeto de pesquisa.

O artigo que recebeu ênfase no Capítulo 4.1, que trata de letramento midiático, negacionismo científico e polarização política, bem como das contribuições do campo educacional para essas questões (Nagumo, Teles, Silva, 2022), é quase um conjunto de diretrizes ou um resumo de como o contexto escolar trabalha essas questões e quais problemas merecem ênfase na busca de soluções. Por outro lado, artigos como a de ANGELO (2023) não dão exemplos de solução, mas argumenta as razões pela qual a escola precisa buscar soluções, citando a necessidade de estimular a “alfabetização científica”, o assunto abordado no artigo de Chassot (2003) , e “alfabetização midiática”,

que virou um termo mais abrangente e consolidado no meio educacional, comparado a “semente” do termo e conceito visto no livro Educar com a Mídia, em que Freire fala sobre o termo “alfabetização em televisão”, numa época em que a pesquisa e os consensos sobre presença dos meios de comunicação na educação estavam sendo consolidados.

Ou, em relação às três dissertações selecionadas, a dissertação de (DIOGO 2019) sobre a leitura crítica de notícias falsas na internet é um exemplo direto de pesquisa que busca, justamente, esse consenso de políticas públicas educacionais eficientes no combate a *fake news* e discursos de ódio, atrelados à polarização política. O autor buscou maneiras práticas e criativas de se abordar o tema *fake news* entre os alunos, Diogo acabou sugerindo elementos textuais comuns na internet, tais como os “memes”, dando o exemplo de um que dá “parabéns pelo esforço em checar suas fontes” (Diogo, 2019, p.119), até que os alunos chegaram à conclusão que, os tais *stickers*, em formatos de figurinhas, poderiam fazer piadas com alguém que enviou uma informação falsa, utilizando o rosto de alguém expressando decepção ou nojo, como forma de ironia e brincadeira. É um exemplo de como um elemento do “internetês” pode ser usado para questionar problemas decorrentes da internet. Esse exemplo prático, trabalhado em sala de aula, demonstra que entender as “linguagens do aluno”, como o próprio “internetês” contido em memes e stickers, o uso do humor e a linguagem do próprio aluno, é importante. A dissertação de SILVA (2022) trouxe *insights* valiosos através das suas entrevistas; também procurou propor soluções e trouxe ideias interessantes, tais como explicar que a definição de fake news, nos EUA, é diferente de como conhecemos “notícia falsa” (SILVA, 2022, p.133). Assim como a dissertação de (FERREIRA, 2023) trouxe muitos temas, ideias e chegou a conclusões semelhantes a esta dissertação.

De uma forma geral, o resultado da pesquisa buscou, justamente, complementar as bases teóricas que embasaram os capítulos 2 e 3, através da busca de exemplos práticos de pesquisas de pós-graduação ou simples artigos científicos, que estão atrelados à busca de um consenso científico que irá guiar as futuras políticas públicas educacionais. Sem fazer, claro, uma tese sobre o que está correto ou não, apenas uma apresentação de outras dissertações que

estão em linha com o conteúdo dissertado aqui, seja do ponto de vista do referencial teórico, contendo as ideias de Freire, seja com o objeto de pesquisa.

Portanto, com esta espécie de “considerações finais” antes das considerações finais, foi possível apontar quais foram os capítulos, bem como os seus subcapítulos, em que o seu conteúdo teve relação com cada um dos três objetivos específicos, delimitados no início da pesquisa.

4.3 Restrições e limitações da realidade

O intuito deste último subcapítulo é tratar de questões que não eram o foco da dissertação, mais especificamente, das eventuais limitações das sugestões e soluções propostas para as questões delimitadas nos objetivos específicos. Por não ser uma tese, o trabalho não iria se debruçar sobre limitações tais como restrições orçamentárias; no entanto, é importante por algumas razões. É importante deixar claro que uma coisa são trabalhos teóricos sobre políticas educacionais que dissertam sobre um tema e lançam luzes sobre um problema. Outra coisa é querer oferecer soluções simplistas.

E o outro motivo é que, através das referências mostradas em outros capítulos, foi demonstrado que o maquinário das *fake News* tem origem a partir do interesse e investimento de elites, e de acordo com o pensamento de Freire, as elites querem que a população não tenha o pensamento crítico necessário para se rebelar contra as injustiças e desigualdades do mundo. Na mesma linha, o economista Ladislau Dowbor detalha no livro *A Era do Capital Improdutivo* o impacto gerado por um sistema político em que uma pequena elite se sustenta através do “rentismo”, e o quanto a população está “presa” ao ideário neoliberal, pelo fato da elite econômica ter o poder e os meios de influência para garantir que o sistema a continue beneficiando. Portanto, soluções propostas neste sentido envolvem mudanças estruturais na sociedade e sofrerão, inevitavelmente, a resistência das elites econômicas e políticas.

As políticas públicas educacionais e práticas docentes, que visam combater fake news, polarização política e discursos de ódio, sofrem e sofrerão resistência de agentes políticos atrelados às elites econômicas, assim como dos pais e dos próprios alunos que se encontram “domesticados” pelo sistema, e as próprias soluções para esses problemas envolvem, em algum grau, repensar a sociedade e reduzir o poder dos agentes que querem barrar as tais soluções.

Vale destacar que logo no início do Prefácio da coletânea de artigos e projetos de intervenção do Instituto Paulo Freire, intitulado “Paulo Freire em

Tempos de Fake News”, de 2019, é citado justamente que a coletânea teve como motivação, no seu nascimento:

Este curso nasceu, inicialmente, de uma profunda indignação aos inúmeros ataques a Paulo Freire. Além do inconformismo da equipe do IPF, pelas redes sociais, chegavam até nós mensagens manifestando o mesmo sentimento e propostas de reação. Todos concordavam que era preciso denunciar o quanto estavam deturpando o pensamento e a prática pedagógica do Patrono da Educação Brasileira e, ao mesmo tempo, anunciar, esclarecer, contribuir para ampliar o conhecimento sobre o pedagogo da esperança, o andarilho da utopia (Abreu; Padilha, 2019, p. 10)

Ou seja, é sabido que Freire é alvo de ataques de indivíduos contra seus métodos pedagógicos e políticas baseadas na libertação dos alunos, para que pensem criticamente sobre discursos de ódio político contra minorias e sobre narrativas em prol das elites econômicas. E, por sua vez, estas elites econômicas estão por trás dos ataques ao educador e têm o poder de influenciar os rumos políticos do Brasil. Em especial, narrativas que difamam a estrutura e os docentes de escolas, universidades, acadêmicos, órgãos como o MEC, entre outros representantes e alvos da educação brasileira, foram fortemente propagadas pela extrema-direita, insuflada pelo ex-presidente da República, Jair Messias Bolsonaro.

Paralelamente, ao detalhar a história da educação, utilizando artigos como o de Jamil Cury (2002), fica claro que a universalização da educação, como direito e dever do Estado, só foi possível a partir de lutas sociais e legislações que visavam o bem-estar social da população. Inclusive, a educação, junto com a saúde, são peças centrais dentro do chamado *welfare state*, o estado de bem-estar social, por haver uma compreensão de que financiar essas áreas é essencial para o desenvolvimento de um país, ao mesmo tempo que reduz a desigualdade socioeconômica.

No entanto, com a crise econômica do petróleo de 1973, o estado de bem-estar social e o keynesianismo entraram num processo de decadência nos círculos acadêmicos, por não conseguirem dar respostas às crises geradas pela ausência de petróleo barato e em abundância. Nesse contexto histórico, o modelo dito “neoliberalismo”, que, essencialmente, consiste em três pilares: austeridade econômica, privatizações e desregulamentação, ganhou muita força nos meios acadêmicos, nas políticas governamentais e no chamado “mercado”. O processo encabeçado pelo “thatcherismo” e “reaganomics” foi a transição do chamado *welfare state* (Estado de bem-estar social) para o neoliberalismo, monopolizador e rentista. Ou, ótima síntese do autor, “Onde havia Estado de bem-estar e políticas sociais, teremos austeridade e lucros financeiros” (Dowbor, 2017, p.134)

Com o Chile de Pinochet sendo usado como laboratório de testes para essa tese econômica, com a eleição de Ronald Reagan nos Estados Unidos e de Margaret Thatcher no Reino Unido, o neoliberalismo ganhou cor e forma no mundo político. O chamado Consenso de Washington virou uma espécie de “cartilha” para países em desenvolvimento, feito por países que já eram desenvolvidos, como uma receita de bolo para que, supostamente, esses países virassem desenvolvidos também (Souza, 2012).

No Brasil, os efeitos ficaram claros a partir da redemocratização, com a eleição de Fernando Collor, que propunha teses econômicas de raízes neoliberais e, apesar de diferenças pontuais nos governos seguintes, o modelo de economia vigente no Brasil permaneceu o mesmo até os dias de hoje (Oliveira, 2018). Com a existência de estados brasileiros que sempre elegem governos alinhados com essa ideologia, como São Paulo, torna-se oportuna a introdução de agentes privados no fomento da infraestrutura e dos insumos dessas escolas, bem como a interferência na formulação do plano político-pedagógico das escolas públicas (Adrião, 2020). A partir desses experimentos nos anos 90, esse modelo se expande para o Brasil, tendo como bandeira programas como Todos Pela Educação (Cássio, 2020). Os motivos e finalidades por trás dos atores privados na educação pública são bem explorados em obras do sociólogo Stephen Ball, em que parte de sua obra foi direcionada ao estudo

de políticas públicas educacionais do Brasil e de outros países emergentes (Mainardes e Marcondes, 2009).

Para além das escolas, instituições criadas com o fim de praticar o chamado filantropocapitalismo, como a Fundação Lemann, passam a oferecer bolsas de estudo para jovens prodígios que, ao voltarem para o Brasil, conseguem ser eleitos para cadeiras no Congresso. Por causa dessas ligações, os políticos eleitos, naturalmente, acabam representando os interesses do filantropo-capitalista que fomentou o estudo e a projeção pública e midiática deles. O filantropocapitalismo é um exemplo de como o sistema neoliberal e seus agentes econômicos buscam se infiltrar em todas as esferas do poder público, e influenciar políticas públicas e leis.

No contexto desta dissertação, foi demonstrado que a internet já é uma ferramenta instrumentalizada para disseminar narrativas falsas e discursos de ódio, com o objetivo de gerar ganhos políticos para a extrema-direita, e que a própria extrema-direita mantém conexões com grandes empresários e outros membros da elite econômica.

Ao falar sobre A Era do Capital Improdutivo, de Ladislau Dowbor, a tese que percorre o livro, ou o panorama geral, é falar justamente sobre a transformação da economia global do keynesianismo com padrão ouro, e ênfase na industrialização, para a financeirização da economia global, num contexto de triunfo do neoliberalismo, tendo o Bretton Woods sido substituído pelo dólar flutuante em 15 de agosto de 1971, pelo presidente dos EUA Richard Nixon.

Este processo ocorrido a partir dos anos 70 e 80 seria o responsável por iniciar um processo de forte concentração de renda, e no qual a economia e os agentes econômicos passam a se **basearem na especulação**, ou seja, na compra de ativos econômicos do mercado financeiro (por exemplo, ações ou fundos imobiliários) em que o comprador tem a expectativa que tal papel trará lucro no futuro, através da venda dele mesmo por um valor bem maior do qual foi comprado. Por outro lado, assim como foi importante citar a evolução industrial e evolução educacional na Europa a partir do século XIX, neste livro, a

relevância é para demarcar a diferença entre os últimos meio século, com os quase dois séculos de revolução industrial entre o fim do século XVIII e metade do século XX, em que a economia e os agentes econômicos não se baseavam em especulação, mas se **baseavam na produção**, a “economia real”.

Eis a razão para o título do livro ser A Era do Capital Improdutivo, porque o norte do livro é falar sobre como a economia, no sentido do capital investido, deixou de ser num pequeno ou grande investidor refletindo “devo investir na empresa X porque ela é capaz de produzir y por um preço igual ou menor do que os concorrentes, e registrar lucros anualmente?”, ou um industrial tendo preocupações semelhantes relacionadas a produção de sua empresa. Neste novo panorama de financeirização da economia, baseado em atividade bancária ao invés da produção em si, é composto por agentes que deixaram de ser os pequenos e médios industriários/produtores, em busca de inovações, e se tornaram especuladores que decidem investimentos ao pensar “se eu comprar mil ações da empresa X valendo vinte dólares cada, será que de acordo com os meus cálculos, conseguirei vender por quarenta dólares daqui a três anos?”, sendo que essas empresas seriam, geralmente, empresas de caráter monopolista, presente em índices tais como o S&P 500.

Partindo da tese central do livro, Dowbor apresenta diversos argumentos e demonstra os impactos gerados pela “transmutação” do capitalismo em uma nova forma de capitalismo. Um autor que descreve, no contexto brasileiro, a relação entre essas transformações econômicas e a pesquisa em educação é o professor e autor do livro usado para estudar metodologia de pesquisa em educação, o Prof. Silvio Sánchez Gamboa, no livro Pesquisa em Educação: Métodos e Epistemologias. Mais especificamente, no Capítulo III “CONTEXTO: percebendo o objeto como parte de um todo”, em que ele disserta sobre a necessidade de conhecer o contexto histórico-social em que a pesquisa sobre educação está inserida, para delimitar o objeto de estudo e fazer a pesquisa em si:

Os textos das leis, decretos, pareceres, portarias, planos nos quais se explicitam as justificativas, os fins, os objetivos, as normas, etc, que pretendem institucionalizar a Pós-Graduação, só podem ser entendidos como indicadores do desenvolvimento da organização escolar como um todo, e esta, igualmente se explica através do exame do contexto histórico-social (Gamboa, 1998, p.69)

Os pontos levantados por Dowbor não são, exatamente, sobre a educação em si, mas geram impactos para o contexto educacional ou têm um certo grau de relevância para o objeto de estudo. Para listar alguns dos impactos negativos do capitalismo rentista para as soluções para os objetos de estudo, são descritos nos dois tópicos com algumas citações abaixo, e após estes apontamentos, o capítulo é encerrado.

A -Concentração de renda, monopólios e enfraquecimento do Estado

Com a ascensão do neoliberalismo e a derrocada do Estado de bem-estar social, a disparidade de renda aumentou na maioria dos países, sobretudo aqueles que compõem o “Ocidente”. A lista com o número de bilionários aumenta a cada ano, e a desigualdade de renda entre quem está no topo e na base da pirâmide disparou. Uma das consequências mais relevantes para a educação em si é o fato de que alguns bilionários possuem mais dinheiro que países, enquanto o faturamento de empresas de investimentos, tais como a BlackRock, consegue igualar o PIB dos Estados Unidos. E quando grupos privados possuem mais dinheiro que os próprios estados, eles passam a ter cada vez mais caminhos para se infiltrar na esfera pública e ter mais poder em políticas públicas do que os próprios membros do Estado. No caso, o exemplo dos filantropocapitalistas interferindo no projeto político-pedagógico de escolas e nas próprias políticas públicas do Estado de São Paulo, como foi descrito anteriormente, seria um exemplo claro de como as políticas educacionais sofrem interferência.

Quando na capa do The Economist aparece o nome da empresa BlackRock e seu faturamento de 14 trilhões de dólares, quase equivalente ao PIB dos Estados Unidos, temos de reajustar nossos conceitos. Foi realmente o Estado que se tornou um gigante sem controle? O que muda quando corporações se tornam financeiramente mais importantes do que os Estados? (Dowbor, 2017, p.55)

Neste equilíbrio instável, o Estado poderia ter espaço para introduzir mecanismos de contrapesos e regulação. Porém, quando se trata de proteger o lucro, manter a opacidade, reduzir ou anular impostos sobre lucros financeiros ou regular os paraísos fiscais, as grandes corporações reagem como um corpo só através das instituições e representações que veremos em seguida. Neste caso os Estados, fragmentados e limitados na sua competência pelas fronteiras nacionais, não têm peso suficiente para enfrentar a ofensiva, por mais nefasta que ela seja para o desenvolvimento do país e as populações (Dowbor, 2017 p. 75-76)

E para além do poder dos entes privados, subproduto da própria desigualdade econômica, os próprios recursos que poderiam ser usados para investir em políticas de bem-estar social estão nas mãos desses agentes, que investem em papéis financeiros improdutivos. Um exemplo de como entes privados podem subverter os recursos do Estado para benefício próprio, assim como lucrar com o trabalho de pessoas que não são donas dos meios de produção, é que, como argumentado por Dowbor, enquanto o Estado financia as pesquisas científicas, através de órgãos de fomento como a CAPES, as revistas científicas declaram como “posse” as pesquisas. O autor explica que as revistas são verdadeiros oligopólios que geram, ano após ano, lucros exorbitantes, ao colocarem *paywalls* caríssimos no acesso a pesquisas científicas (Dowbor, 2017, p.123-125)

B - Austeridade, juros abusivos, influência de ambos na formação de políticas educacionais

A dívida pública, processo que é agravado pelos altos juros básicos da economia, tais como a Selic, torna o pagamento da dívida pública algo muito caro para o Estado, e acaba sendo usado como alibi para que não haja investimento em políticas públicas educacionais ou em outras áreas caracterizadas pelo *welfare state*. Os juros altos, que existem para satisfazer a sede do sistema financeiro por dinheiro fácil, obtido através de capital improdutivo, são descritos como uma verdadeira “agiotagem” (Dowbor, 2017, p.277). Se os agentes econômicos controlam o governo, e não o governo que legisla para todos, incluindo os agentes econômicos, o mecanismo para tal é, justamente, a criação de mecanismos de “chantagem” contra políticos que buscam políticas que procurem diminuir o poder de grandes corporações. As políticas ditas de austeridade fiscal, ou controle de gastos, são vendidos como algo obrigatório e que, aqueles que não o seguirem, podem ser retirados do cargo por diversas vias, tais como sofrer um impeachment por “pedaladas fiscais”

“Essas instituições financeiras são as donas da dívida pública, o que lhes confere poder ainda maior de alavancagem sobre as políticas e prioridades dos governos. Exercendo este poder, elas tipicamente demandam a mesma coisa: medidas de austeridade e ‘reformas estruturais’ destinadas a favorecer uma economia de mercado neoliberal que, em última instância, beneficia estes mesmos bancos e corporações. É a armadilha da dívida.”

(Dowbor, 2017, p. 126-127)

Por causa desse modelo, o orçamento para serviços considerados essenciais para a população, tais como a educação, é constantemente mantido

sob controle e archoado ao menor sinal de crise, comprovado pela célere aprovação do Teto de Gastos em 2016.

Portanto, a partir dessas questões, é possível concluir que o sistema capitalista tem consequências diretas e indiretas para a aplicabilidade de propostas apresentadas, relacionadas às possíveis soluções que a educação pode oferecer para os problemas gerados por *fake news*, discursos de ódio e polarização política. As razões podem variar desde a forma como o ideário neoliberal coloca a “austeridade fiscal” em primeiro plano e o investimento no “welfare state” em segundo, de modo que políticas que visam melhorar a educação pública e requerem investimento são rechaçadas. Ou a outra razão é que a própria austeridade fiscal pode ser usada como argumento para barrar um projeto, mas, sendo apenas um bode expiatório, a partir do momento em que certos projetos podem ser barrados não porque falta dinheiro para tal, mas pelo ponto de vista ideológico, usando austeridade como razão, devido à invasão da ideologia do neoliberalismo e do rentismo nas esferas públicas.

Em suma, as contradições das elites econômicas e as propostas de combate às fake news e de investimento em escolas ou outros serviços públicos, característicos do welfare state, evidenciam que, no sistema capitalista neoliberal e monopolizador, existem dois grupos diferentes em relação a essas medidas: aqueles que querem mudança, mas não possuem o dinheiro e o poder para executá-las, e aqueles que possuem o capital, mas não querem mudanças.

Portanto, é necessário entender que parte da solução passa não apenas por repensar a educação, mas sim por repensar o sistema como um todo, e enfrentar essas resistências é algo inevitável, porém necessário. Freire afirma que não é fácil a luta pela libertação, que existe e haverá muita resistência dos opressores para cada política que busca reduzir desigualdades sociais e econômicas, e é necessário um esforço de conscientização, feito de maneira dialógica e não-autoritária. Seguindo a mesma linha, para que a libertação ocorra de maneira efetiva, o pensamento de Dowbor vai de encontro, de acordo com sua síntese nas últimas páginas do livro:

“Das conversas que tenho com pesquisadores ou pessoas comuns sobressai uma ideia geral: só o aprofundamento das tensões é que gerará força política capaz de reverter as tendências. Foi o estarrecimento e indignação generalizados das populações europeias com os massacres e atrocidades da II Guerra Mundial que gerou força política para que se criasse a União Europeia, as políticas socialdemocratas de inclusão social e produtiva, a própria ONU e as instituições de Bretton Woods. Regras para um convívio civilizado[...] A crise pode ser portadora de mudanças.

A indiferença com a qual observamos na tevê as pessoas que se afogam no Mediterrâneo e as crianças que passam frio e fome nos inúmeros acampamentos de refugiados não leva ao otimismo. Bilhões de pessoas ainda não têm acesso à luz elétrica, cozinham com lenha, morrem de causas ridículas, se desesperam impotentes, e acham cada vez mais ridículas as opções de voto entre um candidato e outro. Enquanto isso as televisões nos entretêm com novelas[...] e o que o mercado financeiro acha do PIB e da cotação do dólar. A erosão da governança é planetária, estamos perdendo as rédeas.

Estamos perdendo as rédeas nos Estados Unidos, no Brasil, [...]. Privilegiamos aqui a conscientização sobre a exploração financeira como eixo de articulação de forças para mudanças políticas. A razão é simples: o controle dos recursos financeiros não é apenas controle sobre dinheiro. Trata-se do controle sobre as capacidades de transformação que o acesso aos recursos permite. Inclusive, o resgate dos processos democráticos[...] desenvolvimento equilibrado permite.

Batalhar por juros decentes e pela racionalidade do sistema financeiro nas suas diversas dimensões tornou-se tão estratégico como batalhar por salários dignos. E combater o sistema de agiotagem que tomou conta do país é uma condição básica de qualquer recuperação do processo de desenvolvimento.

(Dowbor, 2017, p. 276-277)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por fim, antes de fazer as considerações finais, é preciso deixar claro que, neste último item da dissertação, o objetivo não é repetir os pontos levantados, como se fosse uma mera repetição do que já é apresentado no resumo e na introdução, mas com os resultados. Inclusive, é possível orientar aqueles que estão lendo as considerações finais para tal fim, que voltem para o capítulo 4.2, pois este teve como foco detalhar como o resultado da pesquisa ofereceu respostas aos objetivos específicos e, portanto, é um trecho que acaba resumindo tudo o que foi trabalhado, sem ser detalhista. Aqui terá, na verdade, um misto de reflexões sobre o tema, com reflexões sobre a vida.

Assim como Sauron -- ou Maiar, quando ele ainda era um deus menor (Maiar) servindo ao maior e Único (Erú Iluvatar) – consegue forjar o “Um Anel”, o “Um anel para a todos governar.” (TOLKIEN, 1954, p.41), ao transferir parte de seu espírito divino para o anel, tornando este o mais poderoso entre os vinte Anéis de Poder forjados na Terra-Média, “pois este foi feito por ele mesmo, pertence a ele, que permitiu que uma grande parte do seu antigo poder passasse para o anel” (TOLKIEN, 1954, p.42), todos os autores fazem algo semelhante. O Um Anel possui diversas interpretações e metáforas, inclusive uma das mais aceitas é a de que ele seria sobre como tecnologias podem ser usadas para obter poder, com o objetivo de dominar outras pessoas. Usar a internet para desinformar a população seria um ótimo exemplo. No entanto, a metáfora que o autor busca fazer aqui é que Tolkien, possivelmente, quis fazer um paralelo com todos os escritores que, ao se dedicarem à sua “forja”, colocam um “pedaço” de suas próprias vidas, ao se inspirarem neles mesmos e em tudo o que leram, nas suas próprias obras. E a partir dessas obras, influenciar outras pessoas. O autor, por ser apenas uma fração da fração do que Tolkien foi e tampouco um Maiar igual a Sauron ou Gandalf, consegue transferir apenas uma fração de uma fração de sua vida nestas considerações finais.

As considerações finais contidas aqui estão bem em linha com a epistemologia sociocultural, ou a abordagem pedagógica sociocultural,

baseadas na noção do conhecimento como fruto do processo dialógico, experiências pessoais, cultura que a pessoa está inserida, e da práxis freireana. No entanto, com um toque pessoal, em que é atrelado o referencial teórico com as próprias experiências de vida e observações do autor, e traçando paralelos com o que é ser humano no século XXI, em que inteligências artificiais são a “moda do momento” entre investidores de Wall Street, entre futuristas, entusiastas de informática e profetas do apocalipse. Antes de fazer as conclusões, é necessário que seja contada uma história.

O autor tem certo orgulho de algo. Durante parte de seu trajeto escolar, ele foi enxadrista. Ou, para usar a definição coloquial, alguém que joga e participa de campeonatos de xadrez. Ele construiu memórias excelentes em grupos de xadrez, junto com professores e amigos, em especial o professor Vlamir Souza, e conseguiu ser campeão de alguns campeonatos na Baixada Santista (os outros eram derrotas na final para um jogador chamado Tiago Jonas, um prodígio que veio a se tornar Mestre Nacional) e, no auge do seu interesse pelo jogo, o autor conseguiu o 4º e 6º lugar, respectivamente, no Campeonato Estadual de Xadrez de 2005, e no Campeonato Brasileiro de 2005. Sim, o Tiago foi o campeão na categoria do autor naquele ano.

E entre todas as recordações, uma história marcante: entre 1985 e 2000, por quinze anos seguidos, o campeão mundial e, quiçá, o melhor enxadrista da história até então era o azeri Garry Kasparov, o “Ogro de Baku”. Por isso, ele foi considerado “o escolhido” para jogar duas vezes contra aquele que era, até então, o melhor computador criado para, única e exclusivamente, jogar xadrez, a inteligência artificial “Deep Blue”, da IBM. Na época, os enxadristas temiam que o avanço computacional iria destruir o interesse das pessoas pelo xadrez, a partir do momento em que as máquinas, ao vencerem até os melhores enxadristas, poderiam comprovar que o xadrez seria um “quebra-cabeça” de soma-zero, em que todas as partidas jogadas perfeitamente, sem erros tipicamente humanos, sempre resultariam num empate. Ou que nenhum homem ou mulher jogaria a versão mais bela e inteligente do jogo, apenas as máquinas.

E, de fato, após vencer o primeiro confronto contra a máquina da IBM em 1996, logo no ano seguinte, em Nova Iorque (1997), Kasparov perdeu a revanche contra a versão melhorada do “Deep Blue”, algo que abalou o enxadrista, pois ele também tinha medo de que tais teses fossem verdade. Foi um golpe terrível para Kasparov, possivelmente uma sensação de “falhar” numa missão, assim como o próprio autor ficava triste e se recusava a aceitar que um de seus heróis de infância fora derrotado por uma máquina.

O que os enxadristas não conseguiram prever nos anos 90, talvez por medo do desconhecido, ou medo de perderem o motivo pelo qual eles eram capas de revistas, é que se uma máquina superasse o melhor dos melhores, isso seria **completamente irrelevante** para modificar o interesse das pessoas pelo xadrez. Apesar da pressão colocada no Ogro de Baku, quase como se ele fosse o “John Connor dos enxadristas”, não havia algo para ser salvo em primeiro lugar. Xadrez nunca foi tão popular. Milhões de partidas são jogadas diariamente em plataformas online, como “Chess.com” e “Lichess.com”; os campeonatos nos quais o autor participou ocorreram quase uma década após o episódio do Deep Blue e, numa celebração de fim de ano de 2025, o autor teve um grande *insight* relacionado a isso.

Ao se encontrar com um amigo de infância, junto com os “amigos do amigo”, alguns igualmente próximos desde a época de escola, para a surpresa do autor, alguém trouxe na sua mala de viagem dois tabuleiros “enroláveis”, com os seus respectivos conjuntos de trinta e duas peças. Ao perguntar o porquê, a resposta era que todos os que estavam lá se interessaram pelo jogo e começaram a praticar após assistirem ao Gambito da Rainha (2020), série da Netflix lançada no auge da pandemia, aclamada pela crítica e pelo público, sobre uma jogadora fictícia de xadrez chamada Beth Harmon, inspirada vagamente num ex-campeão mundial de xadrez, o americano Bobby Fischer. Após algumas partidas e ao relembrar algumas histórias tais como a de Kasparov, e estando a pesquisa em seus estágios finais, a afirmação “Somente o diálogo, que implica um pensar crítico, é capaz também de gerá-la” (Freire, 1987, p.47) ganhou um novo sentido pessoal. Freire estava explicando o porquê de “Deep Blue” não ter prejudicado o interesse das pessoas por xadrez e por que, não importa a

tecnologia ou a inteligência artificial, a escola libertadora sempre se manterá importante e firme no seu propósito.

O valor do xadrez, ou de diferentes jogos e esportes, não está nele mesmo, mas no valor que lhe é atribuído, a partir dos sujeitos que participam e fazem, por que não, um "processo dialógico" ao jogar. Tanto no aprendizado sobre o jogo, quanto nas conversas durante uma partida. Perder para uma máquina é irrelevante; ganhar de um amigo para "tirar sarro" de um erro crasso que custa o jogo (*blunder*), ou ficar feliz pelo amigo quando ele ganha e está "tirando sarro" de você, é tudo. O valor do jogo não é medido por ele mesmo, tampouco por uma "inteligência artificial".

Uma IA de xadrez, tal como o "Stockfish", "finge" que entende de xadrez, ao obter as informações sobre a disposição das peças em cima do tabuleiro, faz cálculos e mostra "a melhor jogada é esta, a segunda melhor jogada é essa, a terceira melhor jogada é essa..." Mas essa é a questão: ela possui apenas as informações sobre o que é xadrez de um ponto de vista matemático, e quais seriam os movimentos ideais, de acordo com as ramificações de cada jogada. No entanto, na medida em que ela não é uma vida e não é capaz de participar de um processo dialógico, ela não possui o "conhecimento" do que é xadrez; ela sequer entende qual é o "sentido" daquilo existir. Ela foi programada apenas para calcular jogadas a partir de indivíduos que, esses sim, realmente entendem o jogo e escreveram o código para que a máquina faça a vontade de seu programador entusiasta de xadrez.

Uma inteligência artificial não seria capaz de entender por que um pai ensinaria o seu filho de cinco anos a jogar xadrez, ou por que um grupo de jovens se interessaria pelo jogo, simplesmente após assistirem a uma obra de arte. Inclusive, assim como as obras de arte, ela também seria incapaz de entender por que tantos seres humanos trabalharam para criar máquinas como elas, para um único fim que, aparentemente, é tão banal. Talvez, quando as próprias máquinas imitarem a estrutura biológica de um ser humano, tal como os replicantes Roy Batty e Deckard, de "Blade Runner", elas entenderão.

Tal como uma inteligência artificial de xadrez, as IAs, no geral, “fingem” que sabem sobre algo, mas quando a ferramenta “diz” algo “sábio”, é porque a IA copiou as frases de seres humanos, a partir de livros e fóruns de internet. Isso gera problemas hilários, como o incidente do “emoji” de cavalo-marinho (MELO, 2025).

Um burocrata que nasceu em berço de ouro, é político, tal como sua família, possui diversos livros sobre gestão pública e desigualdade, mas nunca separou um dia de sua vida para pisar numa palafita e conversar com moradores, nem que seja para fazer uma campanha, não conhece o que é desigualdade. Ele finge que sabe o que é desigualdade, na medida em que nunca passou pela experiência ou pelo processo dialógico de conhecê-la. A experiência pessoal não é a única maneira de conhecer algo, ainda mais porque a pessoa pode usar o saber pessoal para se fechar e não sair do senso comum. Mas o político que não o faz, pensa que sabe fazer políticas de redução de desigualdade, sem saber sobre as pessoas a quem serão dirigidas essas políticas, e que possuem o “saber de experiência feito” (Freire, 2001, p.49)

Retomando o final do capítulo 3.1, nenhuma mídia ou meio de comunicação, por mais que ela seja quase a representação do infinito, tal como a internet, terá mais valor ou possuirá sentido inerente em suas informações, comparado ao conhecimento construído na escola. Pois na escola, lugar pelo qual foram descritos os seus méritos e suas razões de existir, sobretudo escolas que seguem a pedagogia libertadora, guardam uma quantidade finita de informações em seus respectivos livros didáticos, professores e alunos. Porém, mais importante que este finito, é o fato de que todas essas informações estão contidas e serão transformadas na presença de vidas.

Portanto, a internet, um repositório infinito e amorfo, seria o oposto direto da escola, com uma quantidade finita de informações, mas em que todas as informações estão atreladas a uma forma de vida. Se a internet é, do ponto de vista das informações, caracterizada e representada pelo infinito, a escola seria caracterizada e representada pela vida.

Isto não é uma tese; é uma observação ou impressão de qual é uma das sementes para a solução dos problemas descritos pelo objeto. Talvez, o início da verdadeira solução para a polarização política e desinformação em ambientes virtuais só existirá quando o ser humano reconhecer que o verdadeiro conhecimento, ou melhor, as formas mais superiores e “menos incorretas” de conhecimentos existentes, assim como as grandes revoluções tecnológicas, necessitam da existência do “outro contraditório”.

E a escola, como representante da união entre informações com vidas, tem a sua importância na medida em que essas vidas, usando uma quantidade finita de informações, produzem um ambiente hiperconcentrado de “outros contraditórios”. E são as pessoas, a partir da interação com outras pessoas, que definem quais informações são corretas, ou seja, o conhecimento é construído a partir da qualidade e veracidade das informações, em vez da quantidade. Um instituto como o Butantan não produz vacinas por causa de um biólogo genial, mas por causa de um grande grupo de pesquisadores, com diferentes especialidades, que não são, necessariamente, gênios. Porém, estão constantemente compartilhando seu conhecimento, se contrariando e construindo dialogicamente o consenso científico sobre vacinas.

Construir conhecimento a partir de livros bem escritos é possível, mas todo ser humano, falível, pode interpretar erroneamente informações de um livro, enquanto o verdadeiro conhecimento virá quando estes livros forem discutidos em um ambiente como a sala aula, e quando você é contrariado. E o xadrez é a expressão máxima disso, pois o rival diante de você, metaforicamente, está lá para contrariar todas as jogadas que sua inteligência julgou serem as melhores, mas ele não é seu inimigo. Pelo contrário, ele torna suas habilidades enxadrísticas melhores, conforme a prática. Essa é uma noção difícil de ser construída nos alunos e em todos os seres humanos, mas é possível: a de entender que você, a sociedade, as tecnologias, tudo o que existe e até o próprio sentido da sua vida são impossíveis sem a presença do “outro contraditório”.

É quase uma repetição da noção de “dialogicidade” e da fé freiriana na humanidade, mas vai um pouco além. É uma questão existencial num mundo de

redes sociais, inteligências artificiais e tentativas de “domesticar” o outro através da desinformação. É sobre todo ser humano entender, ao olhar para o outro, que ele está olhando para o indutor da forma “menos incorreta” de conhecimento. Enquanto uma informação falsa, ou discurso de ódio produzido por um ser qualquer (ou pior, produzido por um *bot*) é completamente irrelevante, na medida em que não existe um pinga de dialogicidade numa desinformação em que o receptor sabe absolutamente nada sobre o autor, e quem enviou sabe absolutamente nada sobre o receptor, ou sobre o assunto que ele está falando. Como ele estaria lhe contrariando, ou construindo o conhecimento, se ele não está estabelecendo qualquer tipo de processo dialógico?

Por isso, o conhecimento limitado de uma pessoa, construído no ambiente escolar ou qualquer outro a partir da dialogicidade, do pensamento crítico, e na busca pelo sentido da vida, possui um valor inerente e superior comparado com um repositório infinito de informações, estático, incapaz de discernir o que é verdade e é mentira. Claro, o conhecimento é construído a partir das informações contidas nessas mídias, mas todo conteúdo presente nelas, sozinho, só representa uma parte inferior do conhecimento arquitetado pelos indivíduos.

Para produzir o verdadeiro conhecimento, não basta ser; são necessários outros seres. O único que pode desconstruir uma desinformação, produzida por um ser que busca induzir outros a fazerem uma interpretação errônea da realidade, ou rechaçar a própria polarização política, é um outro ser humano. E o problema não está naquele que acredita numa desinformação, está naquele que **insiste** em acreditar numa desinformação, mesmo quando “outros contraditórios” desconstroem a informação falsa, porque aquele que está desinformado coloca a informação errônea numa categoria acima do próprio processo dialógico de construção do conhecimento. Seja por fanatismos, sentimentos de ódio, por não possuir a curiosidade epistemológica, por não possuir o “letramento midiático”, entre outras razões.

Tudo isso pode parecer uma redundância, mas a partir do momento em que existem pessoas que tentam fazer uma previsão futurista, argumentando seriamente que um dia a tecnologia ou IAs substituirão o papel de um professor

ou do ambiente escolar, como se fôssemos meras máquinas que recebem *inputs*, é impossível considerar este argumento uma tautologia.

E, finalmente, todos esses exemplos são apenas um espelho do que são a vida e o universo. Dizem por aí, ou melhor, alguns físicos respeitadíssimos argumentam que, muito provavelmente, existe um multiverso em que cada universo teria diferentes leis da física, mas os seres humanos observam este universo porque é impossível perceber universos em que as leis da física são incompatíveis com a formação de átomos, moléculas, corpos biológicos, planetas, estrelas, galáxias, entre outras organizações da matéria. Essa é a raiz do chamado "princípio antrópico", formulado pelo físico Brandon Carter.

Por isso, parafraseando Carl Sagan no primeiro episódio do documentário "Cosmos", e traçando um paralelo com o conhecimento "limítrofe" construído dialogicamente versus um repositório infinito de informações, toda e qualquer vida finita que, graças ao dom do discernimento, compreende as leis da física, constrói e dita os rumos da sociedade, sempre terá mais valor que o próprio universo infinito e atemporal. Pois um universo só consegue ter valor, ou sentido, quando ele é composto por seres que são capazes de dar estes atributos a si mesmos.

REFERÊNCIAS

ADRIÃO, T.; GARCIA, T.; DRABACH, N. A influência de atores privados na educação paulista: a primeira geração da privatização. Políticas Educativas – PolEd, [S. l.], v. 13, n. 2, 2020. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/PolEd/article/view/107517>.

ALMEIDA, Geraldine Leal Martins. A escola com um olhar voltado para a educação midiática: reflexão sobre as fake news. Educationis, v.10, n.1, p.33-39, 2022. Disponível em: <https://www.sustenere.co/index.php/educationis/article/view/6447/3433>

ANGELO, Carise Martins. Negacionismo científico e propagação de notícias falsas ligadas a ciências: Precisamos falar sobre isso na escola. Revista Docência e Cibercultura, 2023, v.7, n.2, p. 255-268. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/re-doc/article/view/65040>

ASSAD, Gabriela. Dog whistle ou apito de cachorro: como a extrema-direita se comunica. **Instituto Aurora**, 21 nov. 2024. Disponível em: <https://institutoaurora.org/dog-whistle-ou-apito-de-cachorro/>

AVANCINI, Marta. Pontos de atenção e recomendações na cobertura de ataques a escolas. **Jeduca**, 23 out. 2023. Disponível em: <https://jeduca.org.br/noticia/pontos-de-atencao-e-recomendacoes-na-cobertura-de-ataques-a-escolas>

Brites, Maria José; AMARAL, Inês; CATARINO, Fernando. A era das “fake news”: o digital storytelling como promotor do pensamento crítico. Journal of Digital Media & Interaction v. 1, n. 1, (2018), pp. 85-98. Disponível em: <https://recil.ensinolusofona.pt/handle/10437/8949>

CANOSSA, Carolina. Pizzagate: o escândalo de fake news que abalou a campanha de Hillary. **SuperInteressante**, 13 abr. 2018. Disponível em:

<https://super.abril.com.br/mundo-estranho/pizzagate-o-escandalo-de-fake-news-que-abalou-a-campanha-de-hillary/>

CARDOSO, Rafael. Pesquisadores apontam alto risco de volta da poliomielite no Brasil. **Agência Brasil**, Rio de Janeiro, 02 mai. 2023. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2023-05/pesquisadores-apontam-alto-risco-de-volta-da-poliomielite-no-brasil>

CARTACAPITAL. Acesso à internet chega a 84% da população brasileira, impulsionado pelas classes C e D. 16 nov. 2023. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/acesso-a-internet-chega-a-84-da-populacao-brasileira-impulsionado-pelas-classes-c-e-d/>

CÁSSIO, F., Avelar, M., TRAVITZKI, R., & NOVAES, T. A. F. (2020). Heterarquização do Estado e a expansão das fronteiras da privatização da educação em São Paulo. *Educação & Sociedade*, 2020. n.41.

CHASSOT, Attico. Alfabetização Científica: uma possibilidade para a inclusão social. *Rev. Bras. Educ.* [online]. 2003, n.22, pp.89-100. Disponível em: ["https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782003000100009"](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782003000100009)

CURY, Carlos Roberto Jamil. Direito à Educação: direito à igualdade, direito à diferença. *Cadernos de Pesquisa*, n. 116, p. 245-262, julho/2002.

DICK, Phillip Kindred. Será que os Androides Sonham com Ovelhas Elétricas? 1968.

DIOGO, Michel Martins Lacerda. A leitura crítica de notícias falsas da internet: uma proposta para os alunos finais do ensino fundamental. Dissertação – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/36520>

DOWBOR, Ladislau. Tecnologias do Conhecimento: Os desafios da educação. 2013. Disponível em: <https://dowbor.org/wp-content/uploads/2020/08/13-TecnDoCnh2013.pdf>

DOWBOR, Ladislau. A Era do Capital Improdutivo: Por que oito famílias tem mais riqueza do que a metade da população do mundo? São Paulo: Outras Palavras & Autonomia Literária, 2017.

Educar com a mídia [recurso eletrônico] : novos diálogos sobre educação / Paulo Freire, Sérgio Guimarães. - 1. ed. - Rio de Janeiro : Paz e Terra, 2013.

EMPOLI, Giuliano Da. Os Engenheiros do Caos. São Paulo: Vestígio, 2019.

ESPOSITO, Laura Fernanda Dias Ribeiro; et al. Como a democracia na escola morre: uma análise dos instrumentos jurídicos associados à educação brasileira (2020-2021). Revista Educação e Políticas em Debate – v. 11, n.3, p. 1034-1055, set/dez. 2022

FERREIRA, Elaine de Souza. (In)Experiência democrática, organicidade e práxis educacional em freire. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Estadual de Londrina. Londrina. 2022

FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir: nascimento da prisão; tradução de Raquel Ramalhete. Petrópolis, Vozes, 1987. 288p.

FREIRE, Paulo; SHOR, Ira. Medo e Ousadia: o cotidiano do professor. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. 25ª ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 1996. Disponível em: <<https://nepegeo.paginas.ufsc.br/files/2018/11/Pedagogia-da-Autonomia-Paulo-Freire.pdf>>

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Esperança: Um reencontro com a Pedagogia do Oprimido*. Notas: Ana Maria Araújo Freire. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. Disponível em:
<<https://pibid.unespar.edu.br/noticias/paulo-freire-1992-pedagogia-da-esperanca.pdf/view>>

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*, 17ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. Disponível em:
<https://www.letras.ufmg.br/espanhol/pdf/pedagogia_do_oprimido.pdf>

FREIRE, Paulo. *Política e Educação. Ensaio / Paulo Freire*. 5ª ed. São Paulo, Cortez, 2001.

FUKUYAMA, Francis. *O Fim da História e o Último Homem*. Rio de Janeiro: Rocco, 1992

GARCIA, T. DE O. et al.. Segunda geração de privatização da educação paulista: a articulação sistêmica dos atores empresariais. *Pro-Posições*, v. 34, p. e20210103, 2023.

GERAQUE, Eduardo. A Amazônia não tem tempo a perder. **Jornal da UNESP**, 04 abr. 2024. Disponível em: <https://jornal.unesp.br/2024/11/04/a-amazonia-nao-tem-tempo-a-perder/>

Gu Y, Wang Z. Income Inequality and Global Political Polarization: The Economic Origin of Political Polarization in the World. *J Chin Polit Sci*. 2022;27(2):375-398. doi: 10.1007/s11366-021-09772-1. Epub 2021 Nov 23. PMID: 34840491; PMCID: PMC8608558. Disponível em:
<https://pmc.ncbi.nlm.nih.gov/articles/PMC8608558/>

G1.Exxon Mobil, empresa multinacional de petróleo, previu o aquecimento global em 1970. 12 jan. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/meio-ambiente/noticia/2023/01/12/exxon-mobil-empresa-multinacional-de-petroleo-previu-o-aquecimento-global-em-1970.ghtml>

G1. Ataques a duas mesquitas deixam 50 mortos na Nova Zelândia. 14 mar. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2019/03/14/policia-e-acionada-apos-relatos-de-tiros-em-mesquita-na-nova-zelandia.ghtml>

LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. Como as democracias morrem. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

LUCINI, Andreia Cristina Guimarães Cantuária; KONAGESKI, Lorenzo dos Santos. A influência dos *bots* na ascensão da extrema direita no Brasil, durante e após 2018. Revista Sítio Novo, Palmas, v.5, n.4, p. 5-20, out./dez. 2021, e-ISSN: 2594-7036. Disponível em: <https://sitionovo.iftto.edu.br/index.php/sitionovo/article/view/964/325>

MAINARDES, J. e MARCONDES, M. J. Entrevista com Stephen Ball: um diálogo sobre justiça social, pesquisa e política educacional. In: Revista Educação e Sociedade. Campinas, vol I. 30, no.106, p.303-318, jan-abril, 2009.

MARQUES, Rui Pedro. Sobrecarga de Informação na Era Digital: Causa ou Consequência? In: Sobrecarga informacional e infopoluição: visões individuais e organizacionais. X Encontro CTDI, Junho de 2016, p. 19-28. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/316047521_Sobrecarga_de_Informacao_na_Era_Digital_Causa_ou_Consequencia

MAZZITELLI, Fábio; VESSONI, Aline. Por que temos a ameaça da volta de doenças como a poliomielite? **Jornal da UNESP**, 07 out. 2022. Disponível em: <https://jornal.unesp.br/2022/10/07/por-que-temos-a-ameaca-da-volta-de-doencas-como-a-poliomielite/>

MELO, João. É FALSO que existe o emoji de cavalo marinho – sim, a IA ficou totalmente maluca. **CanalTech**, 16 set. 2025. Disponível em: <https://canaltech.com.br/internet/e-falso-que-exista-o-emoji-de-cavalo-marinho-sim-a-ia-ficou-totalmente-maluca/>

MIZUKAMI, Maria da Graça Nicoletti. Ensino: As abordagens do processo. São Paulo: EPU, 1986.

MOREIRA, Marco Antonio. O que é afinal aprendizagem significativa? Aula Inaugural do Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências Naturais, Instituto de Física, Universidade Federal do Mato Grosso, Cuiabá, MT, 23 de abril de 2010. Aceito para publicação, Currículum, La Laguna, Espanha, 2012. Disponível em: <http://moreira.if.ufrgs.br/oqueeafinal.pdf>

NAGUMO, Estevon; TELES, Lúcio França; SILVA, Lucélia de Almeida. Educação e desinformação: Letramento Midiático, ciência e diálogo. Educação Temática Digital, v.24, n.1, p.220-237, jan./abr 2022. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1676-25922022000100220

OLIVEIRA, Francisco. O adeus ao futuro ao país do futuro: uma biografia breve do Brasil. In: OLIVEIRA, Francisco. Brasil: uma biografia não autorizada. 1a. Ed. São Paulo: Boitempo. 2018

ORTELLADO, Pablo; RIBEIRO, Márcio Moretto; ZEINE, Leonardo. Existe polarização política no Brasil? Análise das evidências em duas séries de pesquisas de opinião. Opinião Pública, Campinas, vol. 28, nº1, jan.-mar., 2022

PADILHA, Paulo Roberto; ABREU, Janaína. Paulo Freire em tempos de fake news [livro eletrônico] : artigos e projetos de intervenção produzidos durante o curso da EaD Freiriana do Instituto Paulo Freire / Paulo Roberto Padilha, Janaina Abreu, organizadores. -- São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2019.

SEVERINO, Antônio Joaquim. Educação, Ideologia e Contra-Ideologia. Temas Básicos de Educação e Ensino – São Paulo : EPU, 1986.

SILVA, FS., and SERAFIM, ML. Redes sociais no processo de ensino e aprendizagem: com a palavra o adolescente. In: SOUSA, RP., et al., orgs. Teorias

e práticas em tecnologias educacionais [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2016. Disponível em:

<http://books.scielo.org/id/fp86k/pdf/sousa-9788578793265-04.pdf>

SILVA, Jessica Suellen Palmeira. A constituição do pensamento crítico em tempos de informação e desinformação. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo. 2022

SILVA, Osni Oliveira Noberto. Dificuldades e possibilidades da educação crítica em tempos de fake News: Uma revisão sistemática. Revista Docência e Cibercultura, v.7, n.2, p.124-140, jan/abr. 2023. Disponível em:

<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/re-doc/article/view/67218>

SOUZA, Antônio Lisboa Leitão de. O significado do público na oferta educacional estatal: um pressuposto na realização do direito. Revista Educação e Políticas em Debate - v. 1, n. 1, p. 16-35, jan./jul. 2012.

TOLKIEN, John Ronald Reuel. A Sociedade do Anel. Disponível em:

<<https://agendadasbugigangas.wordpress.com/wp-content/uploads/2011/05/o-senhor-dos-anc3a9is-a-sociedade-do-anel.pdf>>

UNISINOS/ADITAL. Bolsonaro e o apoio de Steve Bannon, o sabotador de democracias. 18 out. 2018. Disponível em: <https://ihu.unisinos.br/78-noticias/583846-bolsonaro-e-o-apoio-de-steve-bannon-o-sabotador-de-democracias>

WILDSON, Luiz Pereira Dos Santos. Educação científica humanística em uma perspectiva freireana: resgatando a função do ensino de CTS. Alexandria Revista de Educação em Ciência e Tecnologia, v.1, n.1, p.109-131, mar. 2008. Disponível em:

<https://periodicos.ufsc.br/index.php/alexandria/article/view/37426>